Diário de Lisboa

Julho 1979
Quarta-feira

ANO 59.º
N.º 20 002
10$00

11

Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Quinto Governo morre de parto

QUARENTA E OITO HORAS DECISIVAS

Dissolução da Assembleia pode ser decidida sexta-feira

A próxima consulta do Presidente da República ao Conselho da Revolução poderá ter como objectivo a dissolução da Assembleia da República. Ramalho Eanes adiou a reunião do Conselho, que estava marcada para esta tarde, transferindo-a para a próxima sexta-feira. O adiamento deveu-se ao facto de o Presidente pretender dilatar em 48 horas o prazo para receber uma resposta do Partido Socialista sobre se se propõe formar Governo. Até ao fim desta manhã, contudo, não havia da parte do PS qualquer iniciativa nesse sentido.

As hipóteses de se vir a constituir um V Governo a partir de uma aliança PS/ASDI recuaram consideravelmente quando ontem a Presidência da República tornou público que Ramalho Eanes não tencionava responder ao comunicado que nessa mesma manhã lhe havia sido entregue pela ASDI e no qual esta formulava cinco questões cujas respostas seriam consideradas como fundamentais para o seu apoio a um próximo Executivo. Aguarda-se para esta tarde, segundo indicação de Sérvulo Correia, uma nova reunião dos sociais-democratas independentes que ontem foram elevados, na Assembleia da República, à categoria de grupo parlamentar graças aos votos dos socialistas.

No final de uma reunião de oito horas, a Comissão Directiva do PS divulgou um comunicado em que convida o Presidente da República a esclarecer se quer formar Governo ou dissolver a Assembleia da República e realizar eleições intercalares. Para o PS, porém, a única solução neste momento continua a ser a constituição de um V Governo. Amarrado, no entanto, à exigência de apoio presidencial, formulada pela ASDI, o PS rejeita, no referido comunicado, a existência de Governos de exclusiva iniciativa partidária, conforme expresso por Eanes no seu comunicado do passado dia 6, e pronunciou-se pela necessidade da confiança simultânea do Presidente e da Assembleia da República.

Entretanto, a Comissão Política do PCP tomou posição face às movimentações políticas em curso, demarcando-se de um eventual V Governo ao qual, aliás, levanta diversas reservas. Os comunistas acusam o PS de ter rejeitado qualquer hipótese de negociação e lembram que a possibilidade de realização de eleições intercalares fora por eles próprios aventada o ano passado.

Novos directores da PJ tomaram posse dos cargos

O ministro da Justiça, em exercício empossou, no final da manhã de hoje, os novos elementos directivos da Polícia Judiciária: director-geral, Armando Torres Paulo e directores adjuntos, José Joaquim da Costa Figueirinhas, José Augusto Macário e Joaquim Manuel Pereira da Silva.

Conforme noticiámos, há cerca de uma semana, o dr. Lourenço Martins, pediu a demissão do cargo de director-geral daquela Polícia, alegando desinteligências insanáveis com o ministro Eduardo Correia. Acompanharam-no na demissão, por solidariedade, os directores adjuntos Eduardo Baptista, Garcia Marques, major Bernardo Lencastre, o director da Judiciária do Porto, Manuel António Ferreira Antunes, e o de Coimbra, Ernesto António da Silva Maciel, bem como o director da Escola, de Ciências Criminais, Laborinho Lúcio.

Entretanto, soube-se agora, contrariamente ao que tinha sido anunciado que nem todas estas demissões, foram aceites pelo ministro. Este decidiu manter nos seus cargos os directores adjuntos dr. Garcia Marques e major Bernardo Lencastre e, ainda, o director da Escola, dr. Laborinho Lúcio.

Segundo pudemos apurar, embora sem a confirmação dos interessados, os últimos não estarão dispostos a aceitar tal medida de excepção da parte do ministro da Justiça, do Governo demitido.

NESTA EDIÇÃO
MESA REDONDA
O cooperativismo hoje

Guerrilheiros da ETA algures no País Basco

A próspera Espanha está a empobrecer

Pág. 18

EM FOGO ANTES DA QUEDA

"Skylab" sobrevoou Lisboa às 15 horas

Duas horas antes da sua queda nas águas do Índico, prevista, com bastante rigor, para as 17 horas, a nave espacial «Skylab» sobrevoou Lisboa cerca das 15 horas em direcção aos céus de Sevilha, na sua segunda órbita a seguir à entrada na atmosfera.

Ondulando, rolando, balouçando, a «Skylab», uma espécie de moinho de vento com as cores brancas, preta e cinzenta, de altura equivalente a um prédio de nove andares e 75,5 toneladas de peso, após deambular pelo espaço durante seis anos e 57 dias, vai inexoravelmente desintegrar-se, como bola de fogo, nas águas do Índico, relativamente próximo da África do Sul.

Quando mergulhou definitivamente nas primeiras camadas da atmosfera completou, segundo a NASA, 34.981 órbitas em torno da Terra, em 2249 dias.

Em muitos países gerou-se o pânico entre as populações, nesta encenação de «guerras de estrelas» que ainda fazem parte da ficção. Noutros, reinou o humor. Mas como todo o cuidado é pouco, o próprio Vaticano, colocou de prevenção os seus 12 bombeiros de serviço e requisitou todos os capacetes de metal da Guarda Suíça.

Pág. 17

O laboratório espacial quando esta manhã atravessou as primeiras camadas da atmosfera terrestre, começando então a desintegrar-se (aguarela publicada pela revista «Life»)

CONCURSO DL • ENVIE AS SUAS COLECÇÕES • INDICAÇÕES NA PÁG. 2

LISBOA, VERBO AMAR

As contas

E pronto. Estávamos naquele instante em que ninguém sabe nada de nada, como se, a meio do labirinto, se quebrasse o fio de Ariadne.

O cemitério do Alto de S. João ficava para trás e, com ele, o corpo de Gizela. Perpassam nos nossos rostos massacrados as horas daqueles últimos dias, perdidas no corredor do hospital, as notícias sorvidas de hora a hora, a esperança a passear-se, de olhos vendados, na corda bamba, agora caio, agora não caio, pode ser que sim, pode ser que não, passam os balões de soro, passam as equipas médicas, não há nunca silêncio de olhos tranquilos, mas abertos e inquietos como os das estátuas.

Agora ali estávamos os cinco amigos dentro do automóvel, obedientes aos sinaleiros e aos semáforos, atentos aos sinais, proibido voltar à esquerda, proibido voltar à direita, tudo simples, tudo voar rasteiro, tudo dentro de limites perfeitamente definidos, perfeitamente razoáveis, com excepção deste ou daquele local mal sinalizado, ali estávamos os cinco amestrados para o curriculo sem glória, atrelados resignadamente aos varais dos minutos imperiosos. Pelo menos a entrar no jogo, o que vem a dar no mesmo.

Foi quando viémos por ali abaixo, Morais Soares, Almirante Reis, Rua da Palma, por aí adiante, Rua dos Fanqueiros e depois sempre a subir até ao Largo da Sé. Era onde morava a Maria Alberta, companheira de Gizela no emprego.

O José Martins o contabilista da firma ao volante do carro, por acaso ainda lhe falta pagar algumas prestações, encostou-o no palmo de rua disponível. O motor parado aumentou o silêncio.

– Caramba – disse ele – Morrer assim tão nova... Não devia ser permitido. Deixar assim, sem mais nem menos, o namorado, os amigos e isto, isto, isto...

De cabeça quase fora da janela:

– ... Lisboa...

Maria Alberta, pálida, desceu, afastou-se tristemente em «ciao».

– Que é que estás a olhar para mim? – perguntou o Martins.

– Nada – respondi – Nada. Sou eu que oiço vozes.

MÁRIO CASTRIM

COMUNICAÇÃO SOCIAL

"Jornal Novo" ainda não pagou Junho

Os trabalhadores do «Jornal Novo» continuam sem receber o vencimento do mês de Junho. Ao fim da tarde de ontem, a administração da empresa informou-os de que não estavam reunidas as condições económicas suficientes para o pagamento.

Segundo os trabalhadores daquele vespertino, os subsídios de férias e do Natal dos anos anteriores «foram pagos em géneros, a troco de publicidade», mas os referentes ao ano em curso estão ainda em débito.

Dois milhões e meio de dólares para a TV a cores na Colômbia

O ministro das Comunicações da Colômbia revelou que a montagem da televisão a cores custará cerca de 2,5 milhões de dólares (125 milhões de escudos) para o Estado e que, em Dezembro deste ano, começará a transmissão dos primeiros programas.

Para a instalação dos novos equipamentos a cores, o Governo abriu um concurso internacional, na qual participaram várias empresas, sendo os resultados revelados brevemente.

Existem na Colômbia dois canais de televisão que operam em aproximadamente 70 por cento do país.

Há ainda um outro canal, TV Educativa, que chega somente à zona central do país.

As primeiras emissões de televisão na Colômbia datam de 1954.

Condenado director de jornal italiano

O director do jornal satírico italiano «Il Male», Calogero Venezia, foi condenado pelo Tribunal de Roma a dois anos e meio de prisão pela publicação de artigos considerados «ofensivos para a religião» ou «obscenos».

O director do «Male» («O Mal») apresentou recurso da sentença. Venezia havia já sido condenado a um ano e três meses de prisão suspensa, há alguns meses.

«Il Male» tornou-se célebre ao publicar nomeadamente uma edição pirata do órgão oficial do Partido Comunista Polaco «Trybuna Ludu», que tinha conseguido difundir clandestinamente na Polónia, pouco antes da viagem do Papa. Na Itália, publicou também uma edição pirata do jornal popular «Paese Sera», anunciando a todo o comprimento da primeira página, e com fotografias, a detenção do «chefe das brigadas vermelhas» Ugo Tognazzi (o célebre actor italiano). Muitos italianos tinham-se deixado enganar por estas falsas notícias.

Prolongamento de aulas no ensino básico e secundário

«Aos alunos das turmas dos Ensinos Básico e Secundário poderá ser determinada a frequente extensão curricular, obrigatória, e considerada tempos lectivos para todos os efeitos legais, designadamente para marcação e contagem de faltas e cálculo das aulas previstas, dadas e assistidas». Este é o principal conteúdo de um despacho do secretário de Estado a publicar, brevemente, no «Diário da República».

Segundo este despacho ficam abrangidas por estas determinações os alunos que no ano lectivo anterior hajam frequentado menos de dois terços de aulas previstas ou com leccionação notoriamente deficiente.

Para tentar ultrapassar o insucesso escolar o secretário de Estado tomou estas medidas inovadoras e que procuram introduzir os docentes na abordagem e discussão dos assuntos de natureza pedagógica, didáctica e científica, programação de actividades de apoio e de recuperação, integradas no funcionamento normal da turma, análise e estudo dos conteúdos programáticos, planificação de unidades temáticas dos programas em vigor e a elaboração do correspondente material e avaliação dos alunos.

"Amigos da Terra" editam boletim

mês um encontro em Espanha das organizações ibéricas.

Entre outras informações de natureza ecológica, relativas à luta nacional e internacional pela preservação do meio-ambiente, salienta-se o «êxito da campanha de reestruturação administrativa e a campanha dos 30 contos». Enquanto decorre uma campanha de angariação de sócios, «estão a ser empreendidos contactos no sentido da criação de uma Zona Regional do Norte, que compreenda os distritos de Aveiro, Viseu, Guarda, Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo», com direcção própria eleita pelos associados da zona e poder de decisão sobre todos os assuntos da região.

Os «Amigos da Terra» têm sede provisória na Praça da Ilha do Faial, 14-A, (Tel. 573585) em Lisboa.

Os «Amigos da Terra», Associação Portuguesa de Ecologistas, começou a publicar um boletim mensal, de que acaba de sair o primeiro número, referente a Julho.

Em editorial, explica-se que «Os Amigos da Terra» é uma rede internacional de organizações de ecologistas reconhecida pela ONU, na qual tem estatuto de observador permanente e por outros organismos internacionais, e é membro do Centro de Ligação para o Meio Ambiente». Composta por 25 países-membros, reúne um total de mais de 150.000 membros, dos Estados Unidos à Jugoslávia.

Realizam-se presentemente contactos com «Os Amigos da Terra» espanhóis, «tendentes a uma coordenação de esforços para uma abordagem conjunta do problema nuclear na Península», estando previsto para este

Grupo "Renascimento Rural" organiza campos de Verão

O «Renascimento Rural», Centro de Ecologias e Alternativas afirma-se «como um contributo e à sua pequena escala para a busca de uma civilização harmoniosa». Embrionário e em fase inicial de construção, tendo escolhido materiais e técnicas que «é necessário redescobrir e que impõem um ritmo lento de avanço, o Centro destina-se futuramente a constituir um espaço de encontros, pesquisas, repouso e reflexão sobre ecologia, renascimento rural, desenvolvimento harmonioso e alternativas à sociedade industriocrata, urbanocêncrica e poluidora».

Para permitir a participação dos interessados nos trabalhos de construção agrícola, artesanais e outros, realizam-se acampamentos de trabalho na Páscoa e nos quatro meses de Verão. São fabricados objectos de couro e vendidos directamente. A aquisição de uma tipografia de «off-set» permite redigir e fabricar no local a revista «Urtiga» e outras edições. Existe um centro de documentação, que recebe publicações periódicas de todas as partes do mundo.

Finalmente, são organizados regularmente seminários sobre os vários temas das alternativas. Recorde-se, a propósito, que está prevista a realização de um seminário sobre Agricultura Biológica entre 1 e 8 de Agosto, em Barão de São João, a 10 quilómetros de Lagos, no centro do Renascimento Rural. Para mais esclarecimentos, escrever para Apartado 31, 8601 Lagos Codex.

"Diário de Macau"

Foi ontem posto à venda o primeiro número de um novo jornal em língua portuguesa – o «Diário de Macau», que se destina obviamente à circulação naquele território português do Oriente.

ENSINO

Sindicato dos professores contesta calendário de exames

O reconhecimento como válidas de provas realizadas em condições fraudulentas, como aconteceu com a disciplina de Português, e a fixação do novo calendário de exames, que não poderá ser cumprido durante o mês de Julho, foram alguns dos problemas apresentados ao secretário de Estado do Ensino Básico e secundário pela direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, e tornadas públicas por meio de um comunicado.

O sindicato dos professores «manifestou o seu desacordo quanto ao novo calendário de exames, que, pelo seu início tardio e pela acumulação de exames de outros anos, particularmente do 9.º ano, não poderá ser cumprido durante o mês de Julho, o que implicará a alteração do calendário de férias dos professores, estudantes e encarregados de educação».

Ainda segundo o comunicado do sindicato, «foram dados alguns esclarecimentos pelo secretário de Estado, designadamente de ordem jurídica, relacionados com as medidas adoptadas e a promessa de fazer chegar ao titular da pasta da Educação o desacordo do sindicato quanto ao processo de exames e às alterações das férias dos professores».

Plano nacional de alfabetização e educação base de adultos

Pela Lei 3/79, de 10 de Janeiro, foi determinada ao Governo a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação Base de Adultos, tendo-lhe sido fixado o prazo de seis meses, a partir daquela data, para a sua apresentação ao Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos, que, nos termos do artigo quinto daquele diploma, funciona junto da Assembleia da República.

O MEIC deu por concluída a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação Base de Adultos que foi entregue dentro do prazo fixado pela lei (10 de Julho) ao Conselho Nacional de Alfabetização e Educação Base de Adultos.

Para além do projecto do Plano Nacional de Alfabetização foram ainda entregues um relatório-síntese, que constitui o estudo de fundamentação do plano, e onze documentos que constituíram os trabalhos preparatórios do Plano.

CONCURSO **NÃO DEIXE PARA O FIM**

Envie hoje mesmo a sua colecção

Terminada que foi a repetição dos cupões da 1.ª série, feita com o objectivo de habilitar ao sorteio os nossos leitores, a quem faltava algum cupão, basta agora enviar as colecções de cupões e o boletim de identificação para o «Diário de Lisboa». Leia, por favor, as indicações seguintes, e envie hoje mesmo a sua colecção!

- **PARA SE HABILITAR AO SORTEIO** o leitor deverá juntar 30 cupões numerados de 1 a 30 (de qualquer das 2 séries) recortados pelo tracejado e tendo anexo um boletim de identificação;
- **O BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO** deverá ser totalmente preenchido com letra bem legível, e indicar o nome do concorrente (nome completo, tal como figura no bilhete de identidade) morada e telefone (se tiver) bem como (o que é facultativo mas se recomenda) o nome do vendedor ou estabelecimento onde adquire o seu jornal;
- **O TALÃO RECIBO** deverá ser igualmente preenchido no caso de o concorrente desejar a devolução do mesmo depois de numerado, para o que terá de juntar um selo de correio de 5$00. Se não o fizer, o leitor não deixa por isso de se habilitar ao sorteio: acontece apenas que não terá em seu poder a informação do número que lhe coube para o sorteio;
- **QUANTO AO ENVIO** o leitor pode enviar quantas colecções quiser, mas sempre só uma em cada envelope, e cada uma acompanhada de um boletim de identificação devidamente preenchido e de um selo de 5$00 no caso de desejar a devolução do talão recibo;
- **O PRAZO DE ENVIO** termina em 14 de Agosto de 1979 (data do carimbo de correio) e as colecções devem ser enviadas para

DIÁRIO DE LISBOA – CONCURSO
RUA LUZ SORIANO 44
1200 LISBOA

- **O ENVIO PELO CORREIO** é obrigatório nos termos do regulamento, não se aceitando em nenhum caso entregas pessoais, pois é necessário o carimbo do correio para determinar a data de recepção das colecções;
- **O APURAMENTO DAS COLECÇÕES** será feito entre 14 e 31 de Agosto de 1979, sendo esta última a data prevista para o sorteio.

O concorrente deverá indicar o nome completo tal como figura no seu bilhete de identidade

Não se esqueça de indicar o nome e endereço do vendedor ou do estabelecimento onde adquiriu o «Diário de Lisboa»

ponto a ponto

A primeira reunião da comissão mista de cooperação luso-angolana só deverá iniciar-se nos últimos dias desta semana (ou começo da outra) – segundo indicação prestada à Anop por uma fonte diplomática. A reunião prevista, inicialmente para o dia 9 de Julho, em Luanda tinha já sido adiada para 11. O novo adiamento terá sido motivado por impedimento do chefe da delegação angolana, o ministro das Finanças, Ismael Martins.

Segundo informa o Gabinete Coordenador para a Cooperação do MNE, estão abertas inscrições para uma missão de cooperação na República Democrática de São Tomé e Princípe, ao abrigo do acordo geral de cooperação e amizade celebrado entre Portugal e aquele país. São solicitados os técnicos de contabilidade com o curso do Instituto Comercial e o mínimo de 5 anos de actividade em empresa média dos ramos comercial e industrial. Mais esclarecimentos são prestados na Av. da Liberdade, 192-3.°, em Lisboa.

«A designação de representantes das Universidades no Conselho Nacional do Ensino Superior, seguindo-se a análise de um projecto de decreto regulamentador da dedicação exclusiva por parte dos docentes das Universidades» foram, segundo Ferrer Correia, reitor da Universidade de Coimbra, os pontos abordados na reunião (a segunda em vinte dias) do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que anteontem teve lugar naquela cidade.

Deputados socialistas e comunistas encabeçam um abaixo-assinado, subscrito ontem na AR, destinado a percorrer o país, numa recolha de fundos para a construção de uma escola para crianças no Vietname. A iniciativa apoiada já, entre outros, pelos socialistas Etelvina Lopes de Almeida, Teresa Ambrósio e Igrejas Caeiro e pelos comunistas Georgette Ferreira, Alda Nogueira e Carlos Carvalhas, integra-se numa campanha de solidariedade para com o heróico e martirizado povo vietnamita, que suportou, muito recentemente, outra guerra e invasão (pela China) do seu território nacional.

A CRISE e A ESTRATÉGIA DA DIREITA—I

OS OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA

CESAR OLIVEIRA

No período pós-25 de Abril tem havido momentos vários de extrema tensão político-social nos quais as probabilidades de um triunfo das forças de direita têm sido atenuadas mercê das disponibilidades de luta do movimento popular, de resistências no aparelho militar ou pelo recurso a soluções políticas que, indirectamente, representam algum compromisso com aquelas forças. Nunca, como neste momento, as cedências às pretensões do bloco PSD/CDS/PPM implicam, inexoravelmente, a possibilidade de desenvolvimento de uma dinâmica em cujo horizonte se perfila, claramente, o triunfo desse bloco. Curiosamente é em torno das eleições intercalares (inequivocamente uma prática democrática) que a ofensiva das forças de direita se tem construido.

Porque quer a direita as eleições intercalares, acompanhadas ou não de um referendo?

As eleições intercalares representam, na actual conjuntura, a concretização de objectivos tácticos que a direita sabe virem favorecer a vitória da sua estratégia. Esses objectivos tácticos são, no essencial, dois:

– evitar o aprofundamento e consolidação do processo de recomposição das forças políticas, mormente no que ele contém de potencialidade para uma solução que derrotará, duradouramente, a estratégia da direita;

– criar condições para uma dinâmica de completa subversão das instituições que emergem da Constituição da República e que possa conduzir à implantação de um Estado forte, autoritário e repressivo única via adequada à plena restauração do sistema de dominação capitalista desejada pelo bloco PSD/CDS/PPM.

Como é que, nas actuais circunstâncias, a realização de eleições intercalares serve os dois objectivos tácticos atrás enunciados?

As eleições intercalares acompanhadas ou não de referendo (**este** é um outro problema) poderão ter como consequência uma das três situações que, de imediato se apontam:

a) – o bloco PSD/CDS/PPM ganha as eleições intercalares (**o que se afigura de todo em todo improvável**) e a direita ascende ao poder, e, a partir daí, terá todas as condições para impor o referendo, transformar as eleições intercalares em eleições antecipadas e começar a construir um «novo Estado» adequado às necessidades de completa subversão do espírito e da letra da CR;

b) – manter-se a correlação de forças na Assembleia da República tal como existia há um ano. Isto é, ainda que os actuais independentes ex-PS ligados à UEDS possam transformar-se em representação parlamentar desta organização não parece possível que a ASDI possa vir a estar representada na AR e pela ASDI, pela UEDS e pelo reforço da esquerda em geral passará, sem dúvida, a possibilidade de desbloquear a situação de impasse na AR existente de há um ano. Como está afastada qualquer hipótese de aliança parlamentar ou governamental duradoira entre o PS e o PCP, tudo indica que as eleições intercalares conduziriam à manutenção dos actuais impasses parlamentares. **Julgo que é isto que a direita quer.** Poder fazer a prova cabal perante a opinião pública e até perante as potências europeias e ocidentais da não-funcionalidade do sistema institucional português plasmado pela Constituição. Ter-se-iam feito, então, todas as experiências: governos minoritários, governos de coligação, governos de iniciativa presidencial e eleições intercalares. Nenhuma das experiências permitiu soluções duradoiras, logo haverá que implantar um outro sistema inserido numa nova ordem constitucional. **A dinâmica que esta situação iniciaria conduz, pelo que se expôs, ao golpe de Estado, mantenha ele ou não uma fachada parlamentar.**

c) – mantendo-se a correlação de forças na Assembleia da República tal como existia há um ano poder-se-ia criar uma situação que, diferentemente da anterior, conduzisse ao fracasso do bloco PSD/CDS/PPM e a uma aproximação entre o PSD e o PS, aproximação que, podendo evitar o recurso ao referendo e mantendo as eleições «normais» para 1980, constituiria sobretudo uma derrota de vulto para o PS que a direita deseja e que poderá levar à sua completa desagregação. Presumo que esta hipótese não deixa de fazer parte das cogitações de alguma direita portuguesa e europeia e de colher apoios favoráveis em sectores mais conservadores da Internacional Socialista.

São estas as situações que poderão ser criadas pelo recurso a eleições intercalares e, diferentemente das afirmações proferidas por Mário Soares em Paranhos, não penso que o recurso ao referendo ou a transformação das eleições intercalares em antecipadas esteja afastada apenas pelo facto de que o Presidente da República fechou as portas a estas hipóteses. Na verdade, a dinâmica política de-

Continuação da pág. 3

O ARRASTAMENTO DA CRISE

A duração desta **crise** e a indiferença relativamente à duração da **crise** são indícios suficientes para diagnosticar que a **crise política** é mais profunda do que o episódio parlamentar da censura a um Governo mau e do que a fuga apressada pelo expediente da demissão **in extremis.** Independentemente das motivações últimas e íntimas do Presidente da República, impõe-se uma conclusão: o general Ramalho Eanes deixou avançar a «direita», não conseguiu ultrapassar sentimentos e ressentimentos, tem dificuldades na negociação com o Partido Socialista que, como partido mais votado e dispondo na Assembleia da República do mais numeroso grupo parlamentar, deveria ser chamado a formar Governo.

A questão da **maioria de apoio** que, na letra da Constituição, poderá ser **maioria expressa** ou **maioria flutuante,** mas que só em palavras poderá ser apresentada como promessa de **maioria de legislatura** – coerente, estável, etc., etc., – seria verificada oportunamente pela Assembleia da República, à qual cabe, constitucionalmente, comparticipar com o Presidente na responsabilidade do Governo. O perigo da **instabilidade governativa** não é maior do que o perigo do arrastamento da **crise.** O perigo da sucessão de Governos efémeros não é mais grave do que o perigo de manter a governar (ou a desgovernar, melhor dizendo) um «cadáver político».

Na presente situação portuguesa, a **crise** é uma arma de dois gumes: desgasta as instituições democráticas mas põe em evidência as acções e as omissões dos que apostam nesse desgaste ou em tal propósito se deixam comprometer.

A constituição de um agrupamento político que vem consagrar, em termos organizacionais, a dissidência, fundamentalmente a nível parlamentar, do PSD, exige que esse «clube de parlamentares em dissidência» se converta em «partido político» e como tal se assuma. Hoje, a ASDI é uma falsa posição política. Uma falange parlamentar livre de negociar ou de servir um projecto extraparlamentar. Não se vê que os deputados sociais-democratas independentes possam ser algo mais do que a base parlamentar de um V Governo de compromisso político, no qual o Presidente da República esteja interessado para evitar a realização de «eleições intercalares» e de mais três actos eleitorais. Quatro actos eleitorais, quatro campanhas eleitorais, no prazo de 12/13 meses, cujos custos sociais e políticos não se ignoram, mas de cujos inconvenientes alguns querem tirar partido.

Porque há quem queira explorar a situação de **crise.** Porque há indivíduos e grupos políticos que apostam na **crise.** Afirmamo-lo à luz da informação corrente. Basta ler a Imprensa que a «direita» controla, que a «direita» paga directamente ou indirectamente inspira. Basta verificar as gritantes coincidências entre os quotidianos dependentes e os semanários independentes, para compreendermos que existe um plano bem cerzido de actuação anticonstitucional e antidemocrática.

O «restauracionismo» praticado nas próprias instâncias do Governo vem, segundo é notório, incentivo da liberdade de movimentos que lhe é proporcionada pela **crise política.** O arrastamento da **crise,** prolonga a acção do mau Governo para além dos normais limites, temporais e substantivos, da missão intercalar de expedição dos negócios correntes. O arrastamento da **crise** representa, na prática, um prolongamento da confiança concedida ao mau Governo do professor Mota Pinto.

E, ao que consta, como tal a interpretou já o catedrático coimbrão. Mas a notícia posta a circular é de sua natureza suspeita. Em vez de uma inconfidência, deverá ser considerada uma fuga de informação tendente a insinuar que com o Primeiro-Ministro demissionário nem tudo corre pelo melhor. Mas vai correndo pelo melhor (leia-se: pelo pior, de mal em pior) a política «restauracionista» do Governo – o mais à «direita» dos Governos que tivemos desde o 25 de Abril de 1974.

Governo de «restauração». Governo de «regresso» e de «regressos». Com tal Governo – politicamente morto, mas administrativamente vivo – não admira que forças obscuras e interesses claros estejam empenhados em prolongar a **situação de crise**. Ninguém, e muito menos o cidadão Presidente da República, pode ignorar que a «direita» está empenhada em mostrar pela **crise,** primeiro, e depois pela reprodução eleitoral da **correlação de forças palamentar,** que o Portugal de Abril é ingovernável. A reclamação de «eleições intercalares» é uma mera tentativa desestabilizadora que não assusta a «esquerda», mas que para a «direita» interessa, fundamentalmente, como prova complementar da permanência da **situação de crise.**

Tudo indica que as eleições reproduzirão, com flutuações ligeiras, a actual correlação de forças, a não ser que a «direita» sofra as consequências da abstenção que alguns sectores preconizam. Não se vislumbra, porém, que esses sectores, activos para a campanha presidencial, possam manifestar-se nas campanhas eleitorais que pressupõem a intervenção partidária organizada.

O «bloco da direita» não é o «partido unitário da direita». Mas poderá vir a sê-lo, se incorporações inesperadas forem reduzindo a área da «extrema-direita» e da manipulação política a que têm sido sujeitos os compatriotas «retornados». (Não gostamos da palavra, mas fala, precisamente, daqueles em quem pensamos). E a existência do «bloco da direita» abre um espaço político. Quererá a ASDI preenchê-lo? Terá a ASDI capacidade para se organizar como partido político à escala nacional?

O que a ASDI não pode ser – se quiser constituir-se como movimento social-democrata – é uma força de pressão sobre o Partido Socialista a pretexto **desta crise** ou da futura eleição presidencial.

Os votos dos deputados «sociais-democratas independentes» não podem estar em leilão. A vida política portuguesa tem que definir-se como **prática política democrática,** aberta, participativa, transparente.

A atitude da ASDI terá que ser apreciada no plano político e no plano da moralidade política. E será, também, no plano da moralidade política e da fidelidade aos princípios que serão julgados os responsáveis por **esta crise** e por todas as crises do sistema. É tempo de **ver claro** e de dizer a verdade que é revolucionária.

post-scriptum

O vandalismo em Moscavide

Há meses, a Câmara Municipal de Loures, no louvável intento de introduzir melhoramentos em Moscavide, começou por mandar calcetar um trecho do passeio dessa avenida, ao lado da Igreja e em frente da esquadra da PSP, e, ao mesmo tempo, plantar uma dúzia de arbustos no mesmo local e dois no próprio adro da igreja. Dias depois, cinco desses arbustos foram arrancados, tanto os que estavam mais próximos das casas de habitação, como os que tinham sido plantados no adro da igreja. Ao saber isso, a vereação da CM mandou substituí-los. Foi como que um desafio ao vandalismo imperante. Outros arbustos foram arrancados e ainda há dias um dos que estavam já lindamente ramosos foi partido pelo meio do delgado tronco, sem que **ninguém** visse, apesar do constante movimento na avenida, da existência de uma paragem de camionetas da RN e a esquadra da PSP a poucos metros de distância.

É inconcebível que se passem coisas destas numa terra e numa sociedade que se dizem civilizadas.

Um leitor identificado

Um hospital «exemplar»

Devido a uma incómoda doença vascular tive a infelicidade de necessitar de ser internado no Serviço 6 da Sala-1 do Hospital de Santo António dos Capuchos, nos meses de Maio e Junho.

Essa necessidade levou-me a uma enfermaria (?) onde, para mal de quem lá cai, se verificam as seguintes anomalias:

– As paredes e o tecto de todo aquele serviço ressumam humidade ao ponto de se encherem de enormes camadas de bolor.

– A agravar o que anteriormente foi dito, houve necessidade de estender àquela enfermaria (?) um fio eléctrico e, consequentemente, instalar uma caixa de derivação. Pois esse serviço foi feito com os doentes nas camas e o pedreiro de escopro e martelo a trabalhar. Mas o mais interessante é que durante as visitas matinais dos médicos o pedreiro não trabalhava, começando imediatamente após a saída daqueles.

– Os enfermeiros desde que estejam a almoçar ou a jantar não movem um dedo para socorrer um doente, ainda que este esteja em estado grave, ou que três quatro ou cinco dos que se podem movimentar vão, aflitos, solicitar a sua presença na enfermaria.

– Frequentes lapsos na ministração da medicação e das dietas sucedem-se naquela enfermaria. Sucedeu, por exemplo, que um doente que tinha perfeita necessidade de estar a regime alimentar geral (13), apareceu um belo dia, no cartão que acompanha o carro de distribuição das dietas, a dieta-diabética, o que só se esclareceu por diligência do interessado junto do enfermeiro de serviço.

– Quanto à higiene do doente não se regista um mínimo de esforço de pessoal de enfermagem daquele serviço no sentido da sua lavagem o que, parece, seria elementar.

– É também de salientar que além de o pessoal velante dormir, não existe uma ronda nocturna.

António A. Salgueiro – AMADORA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

A CRISE E A ESTRATÉGIA DA DIREITA — 1

Continua na pág. 4

sencadeada pelo advento das duas primeiras situações atrás referidas impulsionaria, inevitavelmente, o Presidente da República para a adopção de outros critérios. As sucessivas tomadas de posição do Presidente da República têm-se revelado altamente premeáveis às pressões da direita e nada garante que em Dezembro próximo não fossem outros os critérios do PR, quanto à realização de um referendo.

Julgo que o bloco PSD/CDS/PPM tem clarissíma consciência das pouquissímas possibilidades de uma vitória eleitoral. Esta para ocorrer teria que passar por assegurar que não houvesse abstenções no eleitorado desse bloco que, o PCP não cresceria e que haveria 10% de abstenções no eleitorado socialista das quais nenhumas seriam recuperadas à esquerda. Ora, é pouco crivel que o bloco de direita conquiste votos em percentagem muito significativa no eleitorado do PS cuja tendência é, tanto quanto se pode verificar pelas eleições administrativas parciais até agora realizadas, para a abstenção por inexistência de uma alternativa democrática que as recolha ainda que parcialmente. Essa inexistência não se verificaraem eleições intercalares.

Sendo assim quase inevitável a derrota eleitoral do bloco de direita como explicar a sua insistência na reivindicação de eleições intercalares a não ser por uma estratégia onde um golpe anticonstitucional (que pode assumir formas e expressões muito diversas) tem lugar relevante?

Com a realização de eleições intercalares – a menos que pudesse verificar-se uma espectacular viragem do PS que conduzisse a uma aliança PS/PCP – todos os trunfos passam inevitavelmente para a mão do bloco PSD/CDS/PPM. Curiosamente, são as eleições intercalares, realizadas no contexto preparado pelo Governo Mota Pinto e após uma persistente campanha nos meios da comunicação social favorável ao referendo, o «passe de mágica» que permitirá a um bloco claramente minoritário (e minoritário deverá continuar após as intercalares) impor as suas próprias soluções. É assim que a concretização dos objectivos últimos que presidem à ofensiva estratégica da direita representa, directa ou indirectamente, um golpe antidemocrático e anticonstitucional.

Pelas razões apontadas derrotar a direita agora não significa apenas derrotar o bloco PSD/CDS/PPM no quadro estreito de uma conjuntura de crise governamental, a derrota da direita – pelo recurso a um V governo constitucional comporta implicações importantes de natureza estratégica que conduzem, também, à derrota a prazo da direita portuguesa.

TRIBUNA LIVRE **VIRGOLINO JORGE**

A capela dos Capuchos cede lugar a moradia

Foi a opinião pública alertada por este jornal, no dia 7 corrente, do verdadeiro escândalo praticado em Leiria no dia anterior, com o derrube da histórica ermida de Santo António no alto da urbanização dos Capuchos.

Este atentado aos valores culturais, na sequência doutros, entre os quais a recente destruição da capela românica de Joane e, mais recentemente, ainda a demolição do edifício dos CTT's (classificado de interesse) na Rua de S. José em Lisboa, não pode deixar a opinião pública e, agora mormente os leirienses, sujeitarem-se passivamente a este inqualificável acto que teve a anuência e a grave conivência do Município local. E, tanto mais grave e escandaloso se rotula este acto perpetrado nas «barbas do Município» (a Câmara Municipal dista cerca de 500 metros...), se considerarmos que em acta da Câmara Municipal se dá conhecimento aos munícipes da necessidade e da concordância municipal em preservar as referidas ruínas da capela, segundo apelo feito pelo Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural através da Direcção-Geral do Património Cultural (1).

Capuchos em Leiria: mais uma demolição

O SEU VALOR HISTÓRICO E CONCELHIO

Este apelo da Direcção-Geral do Património Cultural surge na sequência do pedido de classificação como imóvel de interesse público da referida capela, solicitado pelo autor deste comunicado em 1 de Setembro de 1978. Consciente do futuro aleatório, porque grave, que esperava esta ermida o autor, propositadamente, solicitou a distinção de «imóvel de interesse público» a fim de subtrair o que hoje são destroços aos poderes e decisões arbitrárias da edilidade leiriense.

Não o conseguiu, todavia, mercê de um processo burocrático que se arrasta desde essa data. (2)

A capela de Santo António dos Capuchos, agora derrubada e vilipendiada aos cidadãos leirienses, datava do terceiro quartel do século XVII, conforme documento inédito, e fora construída pelos frades arrábidos que se implantaram em Leiria e construíram aí o seu convento em 1652. Com a extinção das ordens religiosas em 1834 foi este convento e a referida capela desafecta ao culto religioso e entregue ao Estado que nele instalou, em 1864, o Hospital Militar, servindo até há poucos anos de arrecadação regimental.

Em finais da década precedente, surge a urbanização parcelar da Quinta de Santo António dos Capuchos, sendo os terrenos anexos ao convento e à capela, bem como estes imóveis, salvaguardados para zona de equipamentos colectivos locais e verde natural, impostos pela situação topográfica dos terrenos e pelo valor histórico das edificações.

RESPONSABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL NO DESRESPEITO PELO PLANO DIRECTOR

Sob este critério de protecção, foi aprovado superiormente em 25 de Abril de 1970 o Plano Director de Leiria, constituindo o instrumento legal que deveria nortear e pautar urbanisticamente a cidade de Leiria. Sabemos que, posteriormente, a Câmara de Leiria submeteu para aprovação superior a revisão do referido Plano Director aprovado em 1970, o que não o invalida legalmente até à aprovação superior e definitiva do seu pedido de revisão – o que garantimos ainda não ter-se verificado segundo informação competente que nos foi prestada. Assim, levamos ao conhecimento público a ilegalidade em que incorreu a Câmara de Leiria e o seu Gabinete de Arquitectura e Urbanização, de então, ao deferir este derrube consentindo que no mesmo local se edifique uma vistosa moradia.

Urge que se exijam superiormente responsabilidades pelo derrube cometido, curiosamente, na sexta-feira ao fim da tarde. Porquê nesse dia e hora?

Porquê a ineficácia e o «esquecimento» intencional da gerência municipal em não acolher as solicitações prévias da Direcção-Geral do Património Cultural quanto à capela dos Capuchos?

Que justificação apresenta a Câmara de Leiria ao ultrapassar ilegalmente o seu Plano Director, visando satisfazer os ensejos de um munícipe?

Por actos idênticos, que não são singulares em Leiria, onde os interesses da colectividade e dos munícipes são violados, preteridos e olvidados em proveito de interesses unilaterais, e onde não há problemas de escala que justifiquem políticas de ocupação do solo tão ignaras e abusivas, sobretudo, impõe-se uma tomada de posição dos munícipes face a actos discricionários e sobejamente subvertedores como este permitido pelo penacho municipal!

De notar, ainda, que se trata não apenas da destruição de um valor histórico-cultural (o edifício da capela) como também da usurpação e violação irrecuperáveis, caso não se tomem as adequadas providências, de uma área de interesse urbano que o Plano Director referido estava afecta ao uso público para áreas verdes (dado o seu valor paisagístico) e equipamentos colectivos.

Notas

(1) – Vide os semanários locais «Mensageiro» de 2/11/78 e «Região de Leiria» de 4/11/78, onde a Câmara Municipal de Leiria dá conhecimento público desta resolução.

(2) – Não pode nem a Câmara de Leiria nem a Direcção-Geral do Património Cultural alijar responsabilidades facilmente, se se considerar que já em 5/9/68 o falecido dr. Luciano Ramos denunciava no «Mensageiro» o abandono a que se encontrava votada a velha ermida de Santo António, seguido pelo autor deste comunicado que em 4/2/78 publicava no «Região de Leiria» um artigo exclusivamente dedicado ao valor histórico e concelhio desta capela, solicitando as atenções municipais para a sua integração na escala urbana envolvente e, em 13/5/78, no mesmo semanário, publicava-se um artigo da responsabilidade de Manuel Jerónimo Pascoal onde se pretendia, igualmente, sensibilizar a edilidade para a necessidade de restaurar e integrar a capela dos Capuchos na envolvente da urbanização que lhe é contígua. De salientar, refira-se ainda, que estes documentos eram na totalidade do conhecimento de ambas as instituições citadas.

PUB.

PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE SILVA PAIS

Advogados de acusação não se deverão pronunciar

Nem a favor, nem contra: será esta, em princípio, a posição dos advogados de acusação do processo Delgado relativamente ao pedido de libertação que a defesa do n.º 1 da sinistra PIDE/DGS depositou no Tribunal Militar de Santa Clara na penúltima sessão. Recorde-se, a propósito, que a libertação do ex-director daquela hedionda corporação fora já pedida há um ano. Nessa altura, o dr. Abranches Ferrão (que indicou a posição acima referida à ANOP), único representante da família do general Humberto Delgado, opos-se categórica e terminantemente à possibilidade de fazer saír Silva Pais de Caxias.

De facto, após a libertação do ex-inspector Lopes Ramos, que participou em toda a trama que culminou com o assassínio do general e da sua secretária, e encontrando-se ausentes Rosa Casaco e Barbiéri Cardoso, ficaria o tribunal desfalcado de testemunhos directos, caso Silva Pais viesse a furtar-se à acção da justiça.

Neste momento, o advogado de Silva Pais, Manuel Anselmo, apresentou novo pedido de libertação, com base no agravamento do estado de saúde do seu constituinte e no facto deste se encontrar preso há mais de cinco anos, aguardando a decisão do julgamento. O juiz auditor do Tribunal Militar resolveu ouvir a acusação particular, que deverá pronunciar-se, em definitivo, no prazo de cinco dias.

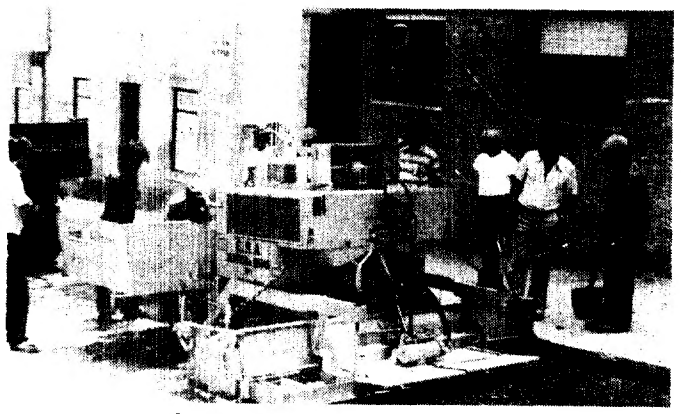
Porém, a decisão de libertar ou não Silva Pais caberá, em definitivo ao tribunal. Salvo melhor indicação, a acusação particular abter-se-á de intervir nesta questão.

CM de Almada amplia parque de máquinas

Foi recentemente inaugurada, nas obras da Rua António José de Almeida, na Cova da Piedade, a nova pavimentadora adquirida pela Câmara Municipal de Almada, que assim se esforça por ampliar a sua frota de máquinas e respectivos estaleiros.

A CM de Almada entende ser fundamental estruturar a sua secção de obras para intervenções rápidas e eficientes na resolução dos muitos problemas com que se defronta na conservação do património municipal. Particularmente no que respeita à rede viária, a situação herdada pelo actual município é simplesmente calamitosa. A grande maioria das estradas do concelho atingiu há muito o limite de resistência, ao mesmo tempo que o volume de tráfego aumenta constantemente.

Com a aquisição da nova pavimentadora, afirma a Câmara, «estamos certos de termos dado mais um importante passo na nossa luta para apetrecharmos a autarquia de um parque de máquinas com dimensão tal que nos permita, no futuro, responder melhor às mais prementes necessidades da vida do nosso concelho».



A nova pavimentadora em funções

MORADORES CONSTROEM PASSEIOS

Todos os dias, depois do trabalho, e aos fins-de-semana, os moradores da Rua Ruben Borges, no Feijó, deitam mãos à obra, com o fim de calcetarem os passeios da sua rua. Trata-se de mais uma iniciativa que demonstra a força e capacidade das organizações populares de base, neste caso a associação local de moradores e em especial a dos vizinhos da Ruben Borges.

Segundo um morador, a obra tornava-se urgente, pois que há perto de 20 anos a rua se encontrava sem passeios: «Durante o Inverno a chuva abria buracos por todos os lados. Era urgente modificar a situação e por isso nos unimos neste trabalho. A Câmara Municipal fornece-nos os materiais necessários».

Curiosamente, a iniciativa está a alargar-se a outras ruas do Feijó: «Ainda há pouco fomos contactados por moradores da Rua do Clube Recreativo que queriam saber como proceder para fazerem um trabalho do género deste».

Entretanto, os moradores da Ruben Borges, têm outros planos: um parque infantil, na Escola Primária, n.º um e uns «bancos de jardim para os velhotes», no largo da paragem das camionetas.

Fábrica de Tintas de Mem Martins destruída por um incêndio

Uma fábrica de tintas «Spray», sito perto de Mem Martins, foi ontem totalmente destruída por um incêndio que se desencadeou perto das duas da tarde. O incêndio iniciou-se com duas explosões na altura em que se estava a proceder ao enchimento de um «Spray» que, como se sabe, funciona a gás.

Apesar da pronta intervenção dos bombeiros de Mem Martins e de mais uma dezena de corporações não foi possível extinguir o fogo antes da meia-noite. Esta manhã os bombeiros de Mem Martins ainda voltaram ao local para proceder ao rescaldo.

Os 40 trabalhadores que iam iniciar o seu trabalho na fábrica, construída há quatro meses, ficam sem saber quando o podem fazer, uma vez que o telhado abateu todo, incluindo ferros, chapas e paredes.

Alguns bombeiros tiveram de ser assistidos no hospital, por intoxicações sem importância.

No combate às chamas participaram além dos Bombeiros Voluntários de Algueirão-Mem Martins o Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, os Voluntários de Sintra e de S. Pedro de Sintra, de Alcabideche, Belas, Queluz, Estoril e Agualva-Cacém.

REMOÇÃO DO "TENORGA"

Quatro propostas para uma resposta

PORTO, 11 – Quatro empresas (duas holandesas e outras tantas portuguesas) apresentaram propostas ao Departamento Marítimo do Norte (DMN) para a remoção dos destroços do cargueiro grego «Tenorga» que, como é do conhecimento público, se afundou, em Dezembro último, à entrada do porto de Leixões.

Cada uma das quatro propostas consta de outros tantos documentos com cerca de 200 páginas cada, propondo não só o preço do custo do trabalho a efectuar, mas, também, o processo de remoção dos destroços. Algumas delas referem, em alternativa, mais do que um processo para a remoção, com e sem emprego de explosivos.

Uma comissão técnica nomeada pela DMN vai estudar as propostas apresentadas a concurso público, cujo prazo expirou na segunda-feira. Prevê-se que este trabalho de apreciação e selecção se prolongue por alguns meses.

As empresas que se propõem realizar este trabaho são a «Wijsmuller» e a «Smit-Tak», da Holanda, «António Pereira Ramalheira», de Leça da Palmeira, e a «Tecnáqua», de Lisboa, esta última associada a uma firma sul-africana.

ACUSADOS DE OFENSAS A MAGISTRADOS

Julgamento de separatistas adiado para Novembro que vem

FUNCHAL, 11 – O Tribunal Judicial desta cidade e comarca adiou para o próximo dia 29 de Novembro o julgamento de seis pessoas que proferiram palavras injuriosas de índole separatista a magistrados que se encontram a prestar serviço na Madeira.

O adiamento do julgamento, que estava marcado para hoje, deve-se ao facto de uma das rés, Maria Helena Ramalho, não poder comparecer no tribunal em virtude de se encontrar em exames, em Lisboa.

Os acontecimentos que deram origem a este processo tiveram lugar nos dias 22 e 23 de Novembro de 1977, quando se processava o julgamento de um cidadão venezuelano, filho de pais madeirenses, acuasdo de ter alcunhado de «cubano» um agente da Polícia Judiciária.

Segundo a acusação, findo o dito julgamento, do qual resultou a condenação do réu, cerca de 40 pessoas, entre as quais se encontravam os acusados, ofenderam os magistrados à saída do tribunal com palavras como «cubanos», «assassinos», «por cada madeirense preso cem cubanos mortos» e «a Madeira para os madeirenses». A acusação que se encontra a cargo do Ministério Público, afirma ainda que um elemento não identificado no processo ameaçou um dos magistrados de que teria quinze dias para deixar a região autónoma.

Os acusados, que se encontram em liberdade por caução, são: Maria Zita Luís, Maria Amália Gomes, Maria Helena Ramalho, Ricardo Jorge Luís, Vítor Manuel Figueira da Silva e José António Faria Nunes.

"Juve Minho 79"

Vai realizar-se, de 20 a 28 de Outubro próximo, no Parque Municipal de Exposições de Braga, à «JUVE MINHO 79», certame integrado no Ano Internacional da Criança, organizado pela Universidade do Minho, Câmara Municipal de Braga e delegações distritais do FAOJ e DGD.

Os objectivos desta iniciativa são, em síntese, «sensibilizar a juventude para a cultura, o desporto e o associativismo» e explicitar «quem é quem e faz o quê em prol da juventude em si mesma».

A comissão coordenadora da «JUVE MINHO 79» pretende levar à exposição todas as crianças dos distritos de Braga e Viana do Castelo – 150 mil, segundo os seus cálculos.

se7e

Dois jornais num só jornal

À quarta-feira Preço: 12$50

mais conforto em suas férias!

VENDA ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

PAQUERA

Móveis Electrodomésticos

R. EDUARDO AUGUSTO PEDROSO, 18-B
ALGÉS – 2116475

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Dissidentes do PSD formam grupo parlamentar

• PS interpela o Governo sobre o escândalo da venda de armas a Somoza

A Assembleia da República aprovou ontem por maioria, na generalidade, uma proposta de alterações ao seu Regimento apresentada pelo grupo de deputados que abandonaram o PSD. Votaram a favor o PS, Vasco da Gama Fernandes e os proponentes (beneficiários exclusivos com as alterações aprovadas, já que, no conjunto de deputados independentes da Assembleia, são os únicos que passam a poder constituir-se em grupo parlamentar, com os direitos e regalias inerentes). PSD, CDS e Aires Rodrigues votaram contra, enquanto o PCP, o centrista Cunha Simões e os independentes Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues optaram pela abstenção.

A questão do número mínimo de independentes necessários para a formação de um agrupamento ainda não foi decidida. O PCP reservou a sua posição, o PS propõe que seja de dez deputados e a ASDI defende que seja de cinco. A discussão deste assunto prossegue hoje.

Antes da ordem do dia, foi apresentado na Mesa um voto dos independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, de protesto contra «o regresso dos Feteiras à empresa de Vieira de Leiria» e os incidentes que à sua volta se verificaram. O voto, admitido, não chegou a ser discutido na sessão.

O período «antes da ordem do dia» registou um prolongamento, a pedido do PSD, e foi assinalado por sete intervenções (é na verdade incompreensível que numa sessão extraordinária do plenário da Assembleia, em dispendioso funcionamento para dar despacho a diplomas urgentes, se gaste dois terços do tempo útil com discursos que nada têm a ver com a matéria em agenda).

As intervenções mais importantes couberam a Severiano Falcão, do PCP, que denunciou a «repressão patronal sobre os trabalhadores» na empresa de concentrados Alvalade-Sado, formulando diversas acusações a outras empresas e entidades patronais «por represálias exercidas sobre empregados por alegadas actividades políticas e partidárias», e o centrista Ângelo Vieira, que abordou o problema do imposto sobre o marisco levado à lota, tendo os restantes partidos subscrito as posições do orador.

Na parte mais relevante da sua intervenção, disse Ângelo Vieira: «Quando, em 1974, se fez um decreto que obrigava que o marisco transaccionado na lota fosse sobrecarregado com uma taxa de 60 por cento, as autoridades não tiveram na devida conta que esses 60 por cento teriam de sair da bolsa, não do consumidor, mas do pescador, que, com tal taxa, seria obrigado a ficar com o marisco, sem hipótese de o escoar para os circuitos tradicionais. (...) O resultado prático de tal medida não se fez esperar: o marisco deixou de ir à lota. Vendido directamente ao comprador, não beneficia o pescador, prejudica o Estado e enriquece o intermediário. Como exemplo, as receitas da lota de Peniche, quanto ao marisco, passaram de 10 mil contos, em 1973, para menos de 100 contos, em 78».

O ESCÂNDALO DAS ARMAS PARA SOMOZA

«Importa que o Governo demitido, que para além de ser uma vergonha nacional pretende tornar-se também uma vergonha internacional, abandone imediatamente as funções se, numa guerra civil como é aquela que se trava na Nicarágua, pôs o Portugal de Abril ao lado do ditador» – palavras do deputado socialista José Luís Nunes, que apresentou um requerimento no sentido de o Governo esclarecer sem subterfúgios, e de uma vez por todas, se vendeu ou não armas a Somoza.

«Só um país onde os ideais do 25 de Abril tenham sido atirados para o caixote do lixo da História – diria José Luís Nunes – é que poderá mostrar-se insensível à polémica levantada nos órgãos de Informação à volta desse negócio sórdido que é a venda de armas a Somoza.»

O deputado socialista propôs que o governo Mota Pinto «corte imediatamente relações diplomáticas com o governo de Somoza e reconheça a Junta Sandinista».

Entretanto, Carlos Carvalhas (PCP) traria mais elementos para o conhecimento dos factos, revelando o envolvimento na operação da empresa «Rector International Corporation», associada à Norte-Importadora e a importadores ligados à família Somoza.

O deputado comunista, depois de afirmar que têm sido exportadas, a partir de Portugal, espingardas, pistolas-metralhadoras, «rockets», granadas de morteiro, morteiros «Comando» e minas, salientou que outras ditaduras da América Latina, além de Somoza, têm recebido armamento a partir de Portugal.

E.S.

Esforços para evitar ruptura financeira na Câmara de Braga

O presidente da Câmara Municipal de Braga manifestou à ANOP a sua preocupação pelo facto de não ter sido publicado o Orçamento Geral do Estado, de que depende a Lei das Finanças Locais, facto que – disse – «contribui para uma situação bastante preocupante para todas as câmaras do país». Sem aquela Lei – acrescentou – «a Câmara deixa de receber verbas e estão-se a fazer esforços para evitar que a ruptura económica aconteça.»

A Assembleia Municipal de Braga irá discutir, na sua próxima reunião, orçamentos suplementares da Câmara e dos Serviços Municipalizados. Os orçamentos feitos apresentam os totais de 43 530 mil escudos (CM) e 65 039 escudos (SM).

A mesma Assembleia apreciará ainda o novo código de posturas, que inclui, nomeadamente, as taxas a aplicar por estacionamento de viaturas no Campo da Vinha, terreno que recebeu recentemente melhoramentos para o efeito.

TWA suspende voos para Portugal

A companhia aérea norte-americana TWA vai suspender dois voos semanais de Boston para os Açores devido a restrições nos fornecimentos de combustível e ao aumento de custos. Paralelamente à suspensão daqueles voos, prevista para Outubro, serão cancelados três voos semanais de Lisboa para Casablanca e de Barcelona para Nice.

As despesas da TWA em combustível sofreram um aumento de 42 por cento em relação a 1978.

Casa de Camões

No 14.º Cartório Nacional é esta tarde assinada a escritura de constituição da Associação para a Reconstrução da casa memória de Camões, em Constância.

A Associação agora constituída vem substituir uma comissão que durante vinte anos trabalhou para a construção da casa de Camões. As ruínas são monumento nacional e a casa de Camões vai passar a dispor da notável camoneana oferecida pelo prof. Vítor Fontes, recentemente falecido.

Três centenas de expositores na Intercasa/79

Cerca de trezentas empresas se farão representar na próxima Intercasa, que decorrerá este ano de 28 de Setembro a 7 de Outubro, nas instalações da FIL.

O certame incluirá como novidade uma urbanização de casas prefabricadas, mobiladas e inteiramente decoradas.

Como habitualmente, a Intercasa, que é uma das feiras portuguesas admitidas na União das Feiras Internacionais, é organizada pelo Departamento de Feiras e Exposições da Associação Industrial Portuguesa, com o objectivo de promover a nível interno e externo a criatividade, o «design» e a produção nacionais, de acordo com as exigências dos mercados considerados mais avançados.

Estarão representados na feira grande número de fabricantes portugueses dos ramos de mobiliário, decoração, iluminação e artigos domésticos.

Participarão também organismos oficiais que apoiam o desenvolvimento e dinmização dos sectores envolvidos no certame.

Um programa de manifestações paralelas que tentará ser um repositório de identificação, levantamento e sugestões de ordem técnico-didáctica, está a ser elaborado, para essencialmente criar «uma sensibilização comum para problemas que a todos interessa solucionar», de acordo com a nota emitida pela AIP.

CRISE GOVERNAMENTAL

Belém não aceitou as pressões da ASDI

A ASDI examina hoje, reunida na Assembleia da República, a posição assumida por Belém, face aos extenso comunicado que emitiu na manhã de ontem depois de o entregar na Assembleia da República. Face às cinco questões dirigidas pelos dissidentes do PSD ao Presidente, um porta-voz de Belém, expressando a posição presidencial, limitou-se a dizer que «não há qualquer razão para uma resposta do Presidente da República».

A primeira reacção dos sociais-democratas independentes surgiu de um dos seus dirigentes, Sérvulo Correia, ao considerar que a informação prestada por um porta-voz de Belém, «é já uma resposta da Presidência da República», a qual é hoje «examinada como tal».

Nas declarações feitas ontem, a instâncias da ANOP, o referido porta-voz presidencial disse ainda, comentando o comunicado da ASDI, que «a terceira hipótese apresentada no comunicado (do PR) do dia 6 é claro: trata-se de um Governo da exclusiva iniciativa partidária com apoio parlamentar maioritário expresso com duração até 1980». O mesmo porta-voz acrescentou ainda que «a condição prévia para a concretização desta alternativa é, portanto, a apresentação dessa fórmula governativa por um partido parlamentar».

Esta posição coloca em cheque, de certo modo, o PS, já que, por um lado abre-lhe o caminho para que se apresente como disposto a formar Governo, enquanto, por outro lado, limita as possibilidades de a ASDI aceitar um acordo governamental com o PS.

Comentando ainda o comunicado da ASDI, à luz da nota de Belém do passado dia 6, o porta-voz presidencial disse ontem também que «o juízo sobre a estabilidade e eficácia dessa eventual fórmula governativa é da exclusiva responsabilidade do Presidente da República e depende da solução concreta que for apresentada no prazo estabelecido, ou seja, do exame das condições de viabilidade de apoio parlamentar maioritário e expresso».

Estas afirmações de Belém vêm dificultar ainda mais a formação de um V Governo, embora da parte do Partido Socialista, como se infere do comunicado da sua comissão directiva, haja uma determinação expressa de conseguir a todo o custo um novo Executivo. Quanto à ASDI não parece provável que force o seu caminho para o poder face à posição de Belém, pelo menos que o consiga sem provocar dissidências na recém-formada Associação como já esteve em vias de suceder anteontem quando Rui Machete e Mário Pinto decidiram abandonar a Comissão Instaladora da ASDI mantendo-se embora na organização.

Outro dado desta complicada questão parece residir na recusa do PS a duas condições colocadas pela ASDI para o seu eventual apoio a um V Governo. Segundo disse Ferreira Junior a ASDI pretende o fim da «maioria de esquerda», ou seja, que o PS não vote pontualmente com o PCP na Assembleia da República, e que não sejam aprovadas sem profundas modificações os projectos de lei de alteração à Lei do Arrendamento Rural e do Serviço Nacional de Saúde.

Mota Pinto foi a Belém

O Primeiro-Ministro exonerado esteve ontem em Belém, na altura em que os problemas entre o PS e a ASDI, por um lado, e o Presidente da República, por outro, atingiam o seu ponto mais «quente». À saída Mota Pinto preferiu manter o «mistério» sobre a natureza da audiência – segundo disse, antes de se despedir, inopinadamente, dos jornalistas, foi tratar de assuntos correntes de administração «como foi sempre sua prática» desde a investidura do IV Governo. Antecipando-se a qualquer pergunta, Mota Pinto acrescentaria que, sobre a situação política, não tinha quaisquer informações a prestar nem quaisquer comentários a fazer.

Especialista espanhol afirma estar assegurado o fornecimento de água a Portugal

Quinze mil milhões de metros cúbicos de água chegam a Portugal depois de regularizados em Espanha, e os portugueses só têm a beneficiar com isso – afirmou ontem Martin Mendiluce, director do Centro de Estudos Hidrográficos do Ministério das Obras Públicas de Espanha.

O especialista espanhol considerou Portugal como um país privilegiado no que respeita a água. Na verdade, os Estados consideram necessário uma capitação de 1300 metros cúbicos por habitante/ano, a maior parte da qual empregue na agricultura.

Este número deverá manter-se até ao ano 2020, embora com uma inversão: baixarão os gastos na agricultura (dada a sua modernização) e aumentarão os consumos domésticos.

Certas zonas de Espanha não atingem aquele número, mas os de Portugal devem rondar os 4 mil metros cúbicos por habitante/ano. Martin Mendiluce foi um dos responsáveis pelo desvio das cabeceiras do Tejo e do Ebro para regar a região seca e costeira de Segura. Essa obra, contestada mesmo dentro de Espanha, desvia do curso do Tejo mil milhões de metros cúbicos de água.

De acordo com o técnico espanhol, tal facto não traz qualquer inconveniente para Portugal, dado que o Tejo dispõe de 15 mil milhões de metros cúbicos de água desaproveitada (provenientes das barragens hidroeléctricas) que continuarão a preencher suficientemente o curso português do rio.

Dúvidas mais sérias foram postas em relação à qualidade da água que a Espanha envia para Portugal, especialmente no caso do próprio Tejo. Medições rigorosas efectuadas nas principais barragens espanholas demonstram que 35% das águas são de má qualidade. Em relação ao Tejo essa percentagem sobe para os 66%. Martin Mendiluce acrescentou ainda que se está a proceder à renovação de todo o saneamento de Madrid, o que permitirá excluir praticamente a poluição do curso médio do Tejo. Outro problema é o das centrais nucleares, das quais a Espanha construiu uma no Tejo junto à fronteira portuguesa. A produção de energia hidroeléctrica é altamente insuficiente em Espanha e a única alternativa de acordo com o especialista espanhol, é a construção de centrais nucleares.

Foi ainda dada a informação segundo a qual a Espanha não está a construir as barragens nos rios que seguem para Portugal como uma medida de se defender da poluição nuclear, mas sim por que as centrais necessitam de grandes quantidades de água. A localização das futuras centrais nucleares não está ainda decidida.

A abrir a sessão, Faria Ferreira, director-geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos anunciou a criação, ainda este ano, em Lisboa e no Porto, de cursos sobre temas de hidráulica, a cargo de técnicos espanhóis. Aquela Direcção-Geral vai intensificar a divulgação das suas actividades, a começar pelo que tem feito quanto a águas subterrâneas no Algarve (com a participação da Unesco e do PNUD) cujos resultados excederam largamente o que estava previsto.

Novo administrador da Transtejo

O ministro dos Transportes e Comunicações conferiu hoje posse a um novo membro do conselho de gerência da Transtejo, comandante Azevedo Soares. Após a posse o engenheiro Marques da Costa proferiu breves palavras, salientando o currículo do empossado. Ao acto assistiu o secretário de Estado da Marinha Mercante.

CRISE GOVERNAMENTAL • CRISE GOVERNAMENTAL • CRISE GOVERNAMENTAL

"Não existem governos de exclusiva iniciativa partidária" — resposta da CD do PS à Presidência

Depois da ASDI, também o PS devolveu ontem a solução da crise governamental a Belém. «O Presidente da República tem de assumir perante o País a responsabilidade de escolhas claras», diz o PS no final de um comunicado emitido na sequência da reunião da sua Comissão Directiva, que decorreu a noite passada na sede do Largo do Rato. «O que está em causa», lê-se ainda no comunicado, «é saber se o Presidente da República pretende colaborar na construção duma solução de Governo que evite eleições intercalares ou se, pelo contrário, assume a exclusiva responsabilidade de, por vontade própria e fechando todas as portas, encaminhar o País para a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições intercalares, com todos os riscos facilmente previsíveis».

Produto aparentemente de um compromisso entre os que, nas cúpulas socialistas, se opõem a uma aliança com a ASDI, que consideram à direita, e os que defendem uma tal solução, o comunicado, manifestando alguma dureza relativamente a Belém, insiste conteudo em manter aberta a via para o V Governo: «O PS, como sempre afirmou desde o início da actual crise política, continua disposto a colaborar com o Presidente, com abertura e flexibilidade, na construção da solução governativa que melhor defenda o regime democrático.» Aliás, ao alongo dos cinco pontos que constituem o comunicado da Comissão Directiva, o PS faz questão em reafirmar sempre a sua preferência por um V Governo em detrimento de eleições intercalares, embora sublinhando sempre que as não teme.

Na linha desta insistência no V Governo, aponta directamente para a ASDI, em jeito de convencimento quanto às dúvidas dos dissidentes do PSD, a afirmação expressa no comunicado de que «ao contrátio do que afirma o comunicado presidencial, não existem governos de 'exclusiva iniciativa partidária'. A dupla responsabilidade política do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia da República, prevista na Constituição, exige sempre a iniciativa do Presidente que tem de nomear o Primeiro-Ministro e dar a sua confiança ao Governo».

É do seguinte teor o comunicado do PS.

«1 – Desde o início da actual crise política sempre o PS se revelou disposto a promover as iniciativas necessárias para viabilizar uma maioria parlamentar de apoio a um novo Governo. Disso informou oportunamente o Presidente da República bem como das iniciativas que este deveria tomar para tornar possível um tal governo. De facto os contactos que o PS estabeleceu com os deputados sociais-democratas independentes demonstraram a possibilidade de uma maioria apoiante de um V Governo, desde que o Presidente da República se empenhasse nessa solução. Esta condição, posta pelos sociais-democratas independentes, era, pois, do conhecimento prévio do Presidente da República.

«Neste momento a Comissão Directiva do PS reafirma a disposição do partido de assumir as responsabilidades pela formação de um novo Governo.

AMBIGUIDADES DO PRESIDENTE

«2 – Ora, um mês depois da demissão do Governo Mota Pinto o Presidente da República veio comunicar ao País não ainda uma decisão, mas um conjunto de hipóteses de solução para a crise política não isento de ambiguidades.

«O PS constata, todavia, que o Presidente da República, na hierarquia das soluções preconizadas, afirma claramente uma preferência por um V Governo que complete a actual legislatura até 1980, em detrimento da realização de eleições intercalares, cujos 'altos custos políticos, sociais e económicos' são reconhecidos pela 'generalidade das opiniões recolhidas', 'sobretudo tendo em conta a possibilidade de se vir a reproduzir o actual perfil eleitoral e de se criar um clima eleitoralista que se estenderá por um período de cerca de 18 meses». Com efeto, as eleições em causa são expressamente qualificadas de 'intercalares' de acordo com a Constituição, não dispensando, pois, novo acto eleitoral em 1980 para uma nova Assembleia da República só então com poderes constituintes.

«Aparentemente portanto, o Presidente da República tomou a iniciativa de promover, com o concurso dos partidos políticos e não à margem deles a constituição de um Governo que complete a actual legislatura. Uma tal iniciativa presidencial, a ser consequente, merece-nos uma atitude de abertura predispondo-se o PS, como já se referiu, a realizar esforços no sentido de viabilizar uma solução de Governo.

«O procedimento normal seria aliás, à semelhança do que se passa em situações de crise na generalidade das democraciais europeias, que o Presidente indigitasse um primeiro-ministro, encarregando-o de proceder às diligências necessárias à formação de um novo Governo. Não foi essa, porém, a metodologia adoptada.

A RESPONSABILIDADE DO PR

«3 – Na situação entretanto criada com a reacção das restantes forças políticas, conforme o próprio presidente já reconheceu, das soluções adoptadas apenas resta a possibilidade da constituição de um Governo impropriamente designado como sendo de 'exclusiva iniciativa partidária', com 'apoio parlamentar maioritário expresso' e com as 'necessárias condições de estabilidade e eficácia até ao fim da presente legislatura até 1980'.

«Na verdade, e ao contrário do que afirma o comunicado presidencial, não existem Governos de 'exclusiva iniciativa partidária'. A dupla responsabilidade política do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia da República, prevista na Constituição, exige sempre a iniciativa do Presidente que tem de nomear o Primeiro-Ministro e dar a sua confiança ao Governo.

«Não se pode, por um lado, reconhecer os altos custos das eleições intercalares e a consequente necessidade de as evitar, e, por outro lado, apresentar soluções de Governo à partida já ultrapassadas pelos acontecimentos, ou que, como na solução em apreço, se configuram em termos tais que parecem querer excluir o empenhamento presidencial.

«O que está, pois, em causa é saber se o Presidente da República pretende colaborar na construção duma solução de Governo que evite eleições intercalares ou se, pelo contrário, assume a exclusiva responsabilidade de, por vontade própria e fechando todas as portas, encaminhar o País para a dissolução daAssembleia da República e a convocação de eleições intercalares, com todos os riscos facilmente previsíveis.

«Se se vier a confirmar a primeira hipótese o PS considera que o V Governo é possível. Deste modo, se o Presidente da República optar pela dissolução da Assembleia da República o País não deixará de o responsabilizar por uma decisão de tão graves consequências para o regime democrático.

A QUESTÃO DAS ELEIÇÕES

«4 – O PS está consciente dos riscos de assumir as responsabilidades de um Governo, sempre susceptível de conduzir a alguma erosão eleitoral no momento de crise económica nacional e internacional como a que presentemente atravessamos. O prestígio da democracia exige, porém, que os partidos estejam dispostos a governar e o PS não foge às suas responsabilidades, como partido mais votado que é. Além disso, numa altura em que se adensam as ameaças ao 25 de Abril, o PS sente ser seu dever assumir no Governo a defesa intransigente da Constituição, cuja revisão só admite no momento, nos limites e pelos processos previstos no próprio texto constitucional.

«É certo que dum ponto de vista estritamente partidário, seria mais cómodo disputar agora eleições, numa situação em que o maior partido que se nos opõe sofreu uma estrondosa cisão, que lhe retirou os seus melhores quadros, e em que o bloco conservador-monárquico carece de credibilidade nacional.

«Se o Presidente vier afinal a revelar que, ao contrário do que afirma no seu comunicado, deseja eleições, o PS não as recusa nem as teme. A Comissão Eleitoral do partido está já, de resto, em pleno funcionamento. Se houver eleições intercalares em Outubro, o PS manifesta a sua firme convicção de que, tal como em 75 bateu o Partido Comunista e garantiu a Portugal a democracia, também desta vez saberá vencer o bloco conservador-monárquico que pretende alterar qualitativamente o regime estabelecido na Constituição.

PS DISPOSTO A COLABORAR

«5 – Entretanto, o País não compreende que se perca muito mais tempo na resolução da actual crise governativa. Com ou sem eleições intercalares, é urgente nomear um novo Governo que ponha termo às arbitrariedades e às irresponsabilidades do Governo Mota Pinto. O Presidente da República tem que assumir perante o País a responsabilidade de escolhas claras. O PS, pelo seu lado, como sempre afirmou desde o início da actual crise política, continua disposto a colaborar com o Presidente, com abertura e flexibilidade, na construção da solução governativa que melhor defenda o regime democrático. Não fornecerá, assim, nenhum pretexto para justificar decisões que só ao Presidente cabe tomar neste momento. Na situação de profunda crise política que actualmente vivemos, assim o exigem a defesa da democracia, os interesses das classes trabalhadoras e o futuro do País.»

PCP manifesta reservas a um Governo PS-ASDI

O PCP demarcou-se ontem, claramente, de um eventual governo PS-ASDI ao afirmar ser «completamente estranho a diligências e negociações» em curso e revelar que os socialistas não mostraram «qualquer interesse em examinar com o PCP as questões relativas à composição, programa e actuação de um futuro governo promovido pelo PS».

Numa nota da sua Comissão Política, os comunistas colocam mesmo algumas reservas a um tal governo, designadamente, por temerem ser prosseguida «pelo PS a sua orientação no I e II Governos constitucionais» e pela «fragilidade política do grupo dos dissidentes do PPD (ASDI) e as suas exigências feitas publicamente como condição de um acordo governamental como o PS, designadamente, um compromisso de que os socialistas não votarão as alterações à Lei Barreto e à Lei PPD do Arrendamento Rural».

O PCP, que define um «governo democrático» como implicando «a paragem imediata da ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução e a rectificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e uma orientação e actuação rigorosamente conforme com os princípios constitucionais», acusa ainda o PS de «nunca se ter mostrado verdadeiramente interessado em examinar com o PCP a formação de um governo democrático, na base de um acordo entre o PCP e o PS».

É do seguinte teor o comunicado do PCP:

AS DUAS SAÍDAS

1. Desde há cerca de 2 anos, o PCP tem apresentado duas soluções constitucionais possíveis para a crise política que desde então se prolonga com sucessivas crises governamentais: ou um governo democrático com apoio maioritário na Assembleia da República, ou eleições intercalares com a formação de um governo de gestão.

Com o desenvolvimento recente da situação política e, designadamente, com a queda do Governo Mota Pinto e a urgência da sua substituição em virtude da sua actuação inconstitucional, arbitrária e ditatorial, a concretização de uma destas duas hipóteses entrou na ordem do dia.

UM GOVERNO DEMOCRÁTICO

2. Um governo democrático implica a paragem imediata da ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da revolução (designadamente a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão) e a rectificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e uma orientação e actuação rigorosamente conformes com os princípios constitucionais.

O PCP tem relembrado insistentemente que, na Assembleia da República, existe uma maioria numérica de deputados do PS e do PCP. O PCP tem relembrado a necessidade de um entendimento entre o PCP e o PS como condição para a formação de um governo democrático. Se o PS se entendesse com o PCP na base do respeito pela Constituição e duma política de consolidação do regime democrático e das conquistas da revolução, seria possível a formação de um governo democrático até 1980.

Verifica-se entretanto que o PS nunca mostrou verdadeiro interesse em examinar com o PCP a formação de um governo democrático, na base de um acordo entre o PCP e o PS.

GOVERNO PS-ASDI

3. Com o desenvolvimento da situação nos últimos dias tomou corpo a hipótese de uma saída da crise na base de um acordo do PS com dissidentes do PPD (ASDI).

No referente aos objectivos do governo constituído numa tal base, a concretizar-se a sua formação, o PCP expressa sérias apreensões acerca do prosseguimento pelo PS da sua orientação no I e II Governos Constitucionais, apreensões agravadas com a insistência na aprovação da Lei Gonelha e da Lei sobre as Comissões de Trabalhadores e com declarações feitas no Clube Americano pelo secretário-geral do PS. Causam também sérias apreensões a fragilidade política do grupo dos dissidentes do PPD (ASDI) e as suas exigências, feitas publicamente, como condição de um acordo governamental com o PS, designadamente, um compromisso do PS de que não votará alterações à Lei Barreto e à Lei PPD do arrendamento rural (lei dos senhorios ricos).

Repetidas vezes, o PCP declarou a sua prontidão a examinar com o PS e outros sectores democráticos (sem discriminações) todas as questões relativas à formação do novo governo.

O PCP considera necessário esclarecer a opinião democrática de que estando-se em vésperas de decisões acerca da formação do novo Governo, o PS (não dando seguimento às constantes insistências do PCP para um exame conjunto da situação e das possíveis soluções), não mostrou qualquer interesse em examinar com o PCP as questões relativas à composição, programa e actuação de um futuro governo promovido pelo PS.

O PCP é completamente estranho a diligências e negociações do PS e dissidentes do PPD para a formação de um novo governo. Desconhece os planos e projectos correspondentes.

Por isso não está, nem directa nem indirectamente, vinculado a eventuais propostas para a formação do novo governo.

No caso de vir a ser formado tal governo, a atitude do PCP – como já tem sido afirmado – dependerá da sua composição política, do seu programa e da sua previsível actuação.

ELEIÇÕES

4. Apesar dos inconvenientes que oferece a realização de eleições intercalares quando se têm obrigatoriamente, de realizar eleições para as autarquias, para a Assembleia da República e para a Presidência da República, no curto espaço de um ano, as eleições constituem uma solução válida expressamente prevista e indicada na Constituição.

Eleições intercalares, realizadas segundo as normas constitucionais, significam que a Assembleia da República eleita não tem poderes de revisão constitucional e terminará o seu mandato, quando das novas eleições que se devem realizar obrigatoriamente em 1980.

A realização de eleições intercalares exige, com a imediata cessação de funções do exonerado Governo Mota Pinto, a formação de um governo de gestão que cumpra rigorosamente a Constituição, se mantenha dentro dos limites do andamento corrente dos negócios do Estado, cesse as actuações contra as conquistas democráticas do povo português, dê provas de espírito de diálogo e de isenção, assegure o respeito pela liberdade e direitos dos cidadãos e garanta o pluralismo nos meios de comunicação social do Estado e condições verdadeiramente democráticas na preparação e realização do acto eleitoral.

Não se concretizando rapidamente a saída para a crise com a formação de um novo governo com uma política democrática o PCP, como repetidas vezes tem insistido, pronuncia-se pela realização de eleições intercalares para a Assembleia da República no prazo de tempo o mais rápido possível.

UNIDADE DOS DEMOCRATAS

5. O facto de as saídas para a crise, que no concreto se apresentam como possíveis no momento actual, serem soluções constitucionais, significa que, pelo menos por agora, sofreram um rude golpe e estão afastados os planos inconstitucionais da reacção (abolição do voto proporcional, anulação das eleições de 1980, referendo, poderes constituintes da Assembleia a eleger, eliminação dos limites materiais da revisão constitucional e da exigência de uma maioria de dois terços, etc.) A reacção não desiste, porém, dos seus planos e voltará à carga. A situação continua a ser extremamente complexa. Os perigos para a democracia não estão afastados.

A situação exige o entendimento e a acção comum de todos os democratas e patriotas na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução (designadamente da reforma agrária, das nacionalizações e do controlo de gestão), na consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Neste momento crucial, tudo deve ser feito para aproximar e unir todos quantos consideram necessário defender e consolidar o Portugal de Abril. Pela sua parte o PCP guiar-se-á na sua actividade pela compreensão desta necessidade imperiosa.»

CURSOS

MECANOGRAFIA
PERFURAÇÃO/VERIFICAÇÃO
Sistemas IBM e UNIVAC
Início 12/7/79

GRAVAÇÃO/VERIFICAÇÃO
IBM 3742 DISKETTES
Início 12/7/79

DACTILOGRAFIA
Início: todos os dias
Inscrições limitadas

EXTERNATO CONTINENTAL
Telf. 325652 — R. do Arsenal, 100-1.º

BOAS PERSPECTIVAS COMERCIAIS COM A URSS

Têxteis e concentrado de tomate poderão atenuar défice português

— refere Secretário de Estado, Correia Guedes

Boas perspectivas para os nossos têxteis, concentrados de tomate e indústria naval, no âmbito das relações comerciais de Portugal com a União Soviética, foram assinaladas pelo secretário de Estado do Comércio Externo, Correia Guedes, no seu regresso ontem, de Moscovo, onde manteve contactos com responsáveis daquele país.

Referindo-se às questões relacionadas com a assinatura marcada para este ano, de um contrato comercial, entre os dois países, onde se prevê a atenuação do défice comercial português relativamente à URSS, através de um maior incremento das nossas exportações, com relevo para os têxteis (as empresas nacionais – disse – devem inventariar as suas possibilidades a fim de ser aproveitado o momento da elaboração do plano quinquenal soviético, em preparação), aquele membro do Governo adiantou, ainda, ser provável um aumento das nossas importações de petróleo proveniente da União Soviético.

Segundo afirmou, também, os soviéticos terão sugerido a participação de empresas portuguesas na construção de uma siderurgia que a URSS vai construir, a partir do próximo ano, na Nigéria.

INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-SOVIÉTICO

Entretanto, o vice-ministro da Cultura da URSS, Gueorgui Ivanov, eleito presidente da Associação da Amizade URSS-Portugal, assina esta noite, às 21 horas, o novo acordo de intercâmbio cultural para os anos 79-80, entre as Associações Portugal-URSS e URSS-Portugal.

Ex-actor de teatro, e antigo responspavel da Radiodifusão e TV soviéticas, Ivanov destacou à sua chegada a Lisboa a existência na URSS nas suas quinze Repúblicas socialistas, de núcleos daquela associação de amizade, e que visam estimular o conhecimento de Portugal pelo povo do seu país.

A visita estender-se-á até ao próximo dia 17, prevendo-se ainda no programa da estadia daquele responsável soviético, entre nós, um encontro amanhã, com o secretário de Estado da Cultura; uma visita ao Teatro, D. Maria; viagem a Coimbra na sexta-feira, e, no domingo, a Évora. A visita culminará com um encontro na próxima segunda-feira, dia 16, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Exercício "Marte 79"

Militares de todo o País vão participar entre 16 e 30 de Julho num exercício denominado «Marte 79».

O exercício, que incluirá uma série de operações de ataque e contra-ataque a realizar na zona Sul do País, tem como objectivo principal testar a operacionalidade dos militares dos três ramos das Forças Armadas, e as possibilidades de coordenação de operações conjuntas numa situação de guerra convencional.

No exercício vão estar empenhadas unidades do Exército de todas as Regiões Militares, Açores e Madeira incluídos, e ainda da Marinha e Força Aérea.

A primeira parte das operações do «Marte 79», restrita aos postos de comando, realizou-se de 21 a 25 de Junho.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS DO DIA 6 DE JULHO DE 1979 — BARREIRO

MOÇÃO

— SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL

Apostando descaradamente na continuação do Governo demitido MP/PPD/CDS e em manobras anticonstitucionais, apoiadas pelo imperialismo e o grande capital interno e com o conluio ou abstenção cúmplice de forças democráticas que teriam como obrigação defender as conquistas de Abril, as forças de direita tentam subverter o regime democrático no sentido do regresso a uma nova ditadura.

O Governo de direita Mota Pinto/PPD/CDS, demitido há cerca de um mês, na sequência da luta desenvolvida pelos trabalhadores nas empresas e nos campos e expressa nas grandiosas manifestações promovidas pelo Movimento Sindical Unitário continua querendo destruir as grandes conquistas da Revolução de Abril.

Agente e instrumento de desestabilização social e política o Governo Mota Pinto/PPD/CDS viu derrotada a sua política antinacional e foi repudiado pelas massas laboriosas. Não obstante, o Governo demitido MP/PPD/CDS continua na entrega massiva das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, no assalto antidemocrático e inconstitucional aos órgãos de informação, no ataque feroz à Reforma Agrária, aumentando o desemprego e os despedimentos. Enquanto um Governo demitido e sem autoridade democrática investe numa ofensiva feroz e inconstitucional contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, de que é exemplo último o Pacote Mota Pinto/CIP, as forças divisionistas, guiadas por interesses alheios aos trabalhadores, promovem o divisionismo e o cisionismo no seio das massas trabalhadoras a partir de várias iniciativas legislativas de que o famigerado «Projecto Gonelha» (230/1) e a lei sobre C.T.S. são exemplos evidentes.

Os trabalhadores já demonstraram que não é possível governar contra as conquistas de Abril, contra a sua vontade.

Com a demissão do Governo Mota Pinto/PPD/CDS ficou demonstrado que não é possível governar levando à prática uma política de direita contrária aos interesses do país e dos direitos e interesses das massas trabalhadoras.

Assim e porque a continuação em exercício de um Governo demitido que trai os interesses nacionais é altamente negativo para os trabalhadores e para o país, os Delegados Sindicais da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal, reunidos, no Barreiro, em 6 de Julho de 1979 decidem:

- Exigir dos orgãos de soberania competentes o imediato cessar de funções do Governo demitido MP/PPD/CDS, já que cada dia que passa se mantêm e agravam os perigos da sua actuação destruidora;
- Exigir que a solução democrática que venha a ser adoptada tenha em conta a necessidade de o Governo demitido MP/PPD/CDS ser urgentemente substituído e respeite e cumpra a Constituição da República;
- Exigir à Assembleia da República que sejam tidas em consideração as posições, sugestões, propostas, alternativas e participação dos trabalhadores, do Movimento Sindical Unitário, face ao famigerado «Projecto Gonelha» (230/1), conforme o exige o Art.º 58.º da Constituição;
- Continuar a luta determinada, firme, organizada e enquadrada nas perspectivas de acção definidas pelo Movimento Sindical Unitário para que se consiga um Governo e uma política que corrija todas as ilegalidades, arbitrariedades e prepotências cometidas pelo actual Governo demitido, um Governo que respeite a Constituição, assegure as liberdades e promova o desenvolvimento económico e social do país.

NÃO AO GOVERNO MOTA PINTO/PPD/CDS/
NÃO AO DIVISIONISMO/PELA UNIDADE SINDICAL/
POR UM GOVERNO E UMA POLÍTICA CONSTITUCIONAIS/
A LUTA CONTINUA/
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS/
A DIRECÇÃO

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

MOÇÃO

— SOBRE O PACOTE MOTA PINTO/CIP

O Governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS, na sequência da ofensiva inconstitucional contra as conquistas de Abril e os direitos dos trabalhadores, fez publicar, 7 dias depois de ter sido demitido, um conjunto de anteprojectos de diplomas sobre matérias de maior importância para os trabalhadores, para a economia, para o País, que os trabalhadores classificaram já de Pacote Mota Pinto/CIP.

Insistindo em iniciativas legislativas que têm como objectivo, entre outros, uma maior submissão da economia e do País ao imperialismo (FMI, CEE), o Governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS quer dobrar a espinha aos trabalhadores para melhor servir os seus patrões.

Pretendendo rever legislação laboral, nomeadamente, tecto salarial, salários mínimos, contratação colectiva, despedimentos e contratos a prazo e outras, o Governo demitido procede mostrando um total desprezo pelos trabalhadores e suas organizações, como tem vindo a ser sua prática corrente.

Possibilitar mais despedimentos, liberalizar ainda mais os contratos a prazo, congelar na prática a Contratação, limitar novamente os aumentos salariais, são algumas das principais intenções deste «Pacote» dum Governo demitido que, sem legitimidade nem autoridade democrática visa, com mais esta iniciativa da política de pacotes já nossa conhecida, pôr nas mãos da CIP, CAP, CCP e Multinacionais os direitos, garantias e interesses dos trabalhadores, o destino da economia nacional e do País.

Os Delegados Sindicais da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal, reunidos no Barreiro em 6 de Julho de 1979:

- Repudiam por inconstitucional e porque o Governo exonerado carece em absoluto de competência legislativa para tal, a «pacotada» laboral publicada a 11 de Junho/79 na Separata dó Bol. de Trabalho e Emprego
- Requerem forças democráticas na Assembleia da República, pela defesa das conquistas de Abril, da economia nacional e do país, uma posição firme contra mais esta fraude do Governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS
- Continuarão a lutar firmemente e enquadrados na acção unitária do Movimento Sindical, pela imediata cessação definitiva de funções deste Governo, por um Governo e uma política constitucionais.

NÃO AO GOVERNO MOTA PINTO/PPD/CDS/
NÃO AO PACOTE MOTA PINTO/CIP/CAP/CCP/
CONTRA O DESEMPREGO E OS DESPEDIMENTOS/
A DIRECÇÃO

APROVADA POR MAIORIA

MOÇÃO

Considerando como justas as lutas dos trabalhadores das Minas da Panasqueira e dos Transportes, os Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal reunidos em Assembleia no dia 6-7-79, apoiam inteiramente as lutas destes trabalhadores.

APROVADA POR MAIORIA

Tabaco: Imposto de Consumo é máquina de fazer dinheiro"

• Fuma-se mais no sul que no Norte

Fuma-se mais no Sul que no Norte. Números e percentagens do Relatório e Contas do Conselho de Gerência da «Tabaqueira» relativo ao 1.º exercício como empresa pública e ao ano de 76 (entre 1 de Julho e 31 de Dezembro) indicam que 37% do tabaco produzido por aquela EP é consumido nos distritos de Lisboa e Setúbal, isto é, mais 18 por cento que os restantes da região: Leiria, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro (onde apenas se consome 19%). Temos, assim que, no Sul do país o consumo total ronda os 56 por cento, contra 44% no Norte.

É no Porto e em Aveiro, os dois distritos de maior densidade populacional no Norte, que mais tabaco se consome nessa região: 24 por cento. Nos restantes (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco) esse consumo aponta para vinte por cento do total produzido (e distribuído) pela «Tabaqueira». Aliás, estes números e percentagens são referidos no citado relatório daquela empresa pública no capítulo da distribuição. Sobre esta deverá dizer-se que o maior número de armazenistas, na ordem dos 35%, está disperso por aqueles 8 distritos do Norte (com excepção do Porto e Aveiro, portanto), seguindo-se depois os restantes do Sul (Leiria, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro), com 29 por cento. Porto e Aveiro, por seu turno, concentram 21% dos distribuidores, enquanto Lisboa e Setúbal são abastecidos por 15 por cento dos distribuidores-armazenistas (ou depositários).

São na ordem do meio milhar os depositários (armazenistas) que a «Tabaqueira» tem ao seu dispor e que fornece directamente. A este cabe, por sua vez, abastecer os cerca de 55 mil retalhistas existentes no país.

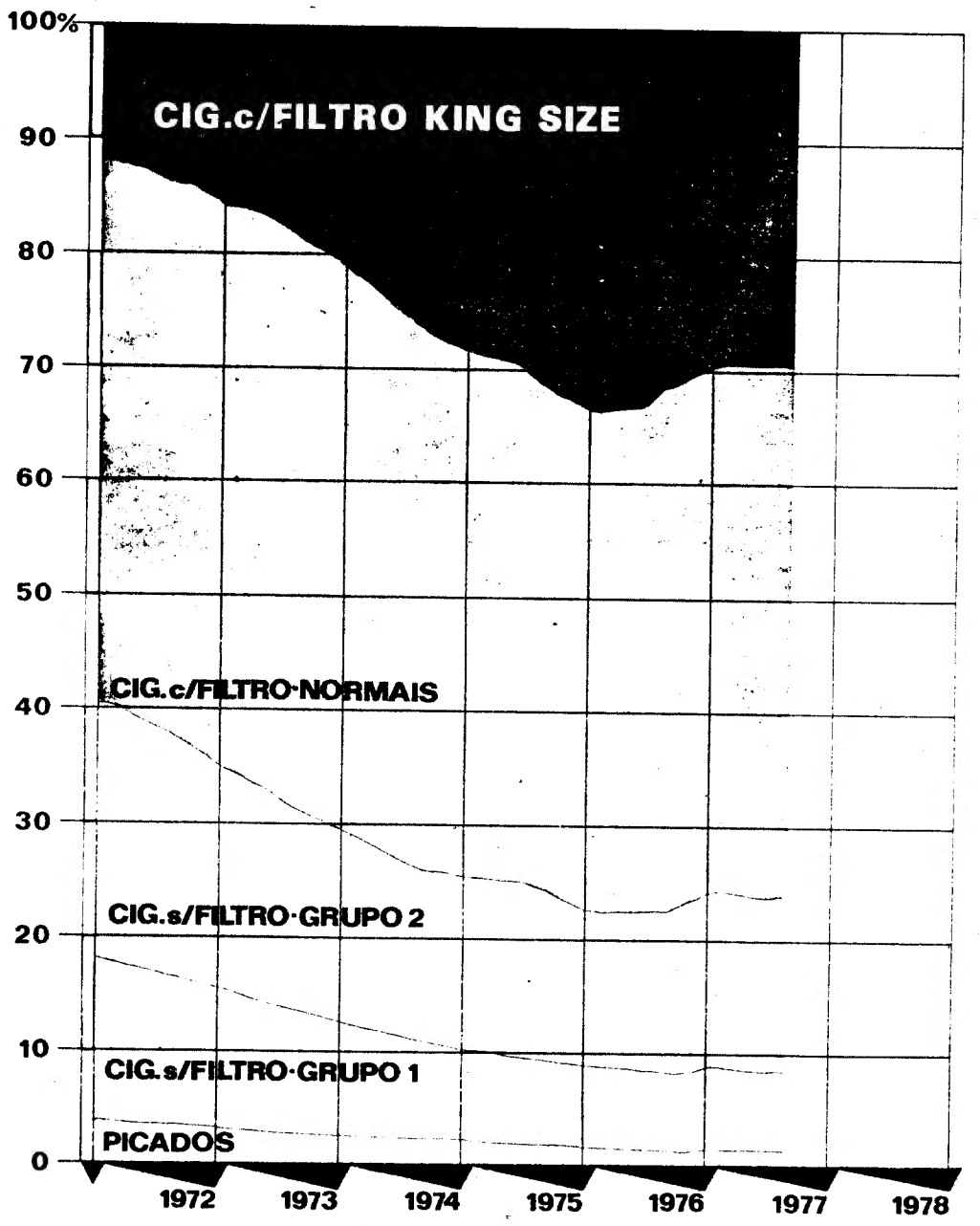
De destacar neste espaço a região urbana de Lisboa, com um peso considerável no consumo total. Corresponde-lhe, como se afirma no relatório, uma menor densidade do comércio armazenista, fundamentalmente pelas características de **habitat** fortemente concentrado que manifesta, e também o maior grau de especialização que o comércio distribuidor da região possui relativamente ao resto do país.

OS MALEFÍCIOS DO IMPOSTO DE CONSUMO

Vistas assim as coisas no capítulo do consumo e da distribuição, constituirá preciosa achega vermos como evoluiram as taxas do imposto de consumo nos últimos anos, medida que na prática é objecto de legislação específica. A primeira vez que isso ocorreu foi em 1961, através do Decreto-Lei 43 766, de 30 de Junho. Novo diploma em 68 agravava o imposto de consumo de todas as marcas na ordem dos 100 por cento em relação ao anterior. O de 70 (n.º 653/70, de 28/12) acrescentava-lhe um aumento de 50%. Em 1974 esse IC subiu cerca de 130 por cento em relação ao anterior. Em 19 de Dezembro de 1975, através do Decreto-Lei 713, esse imposto de consumo agravava o consumidor em mais 45 por cento.

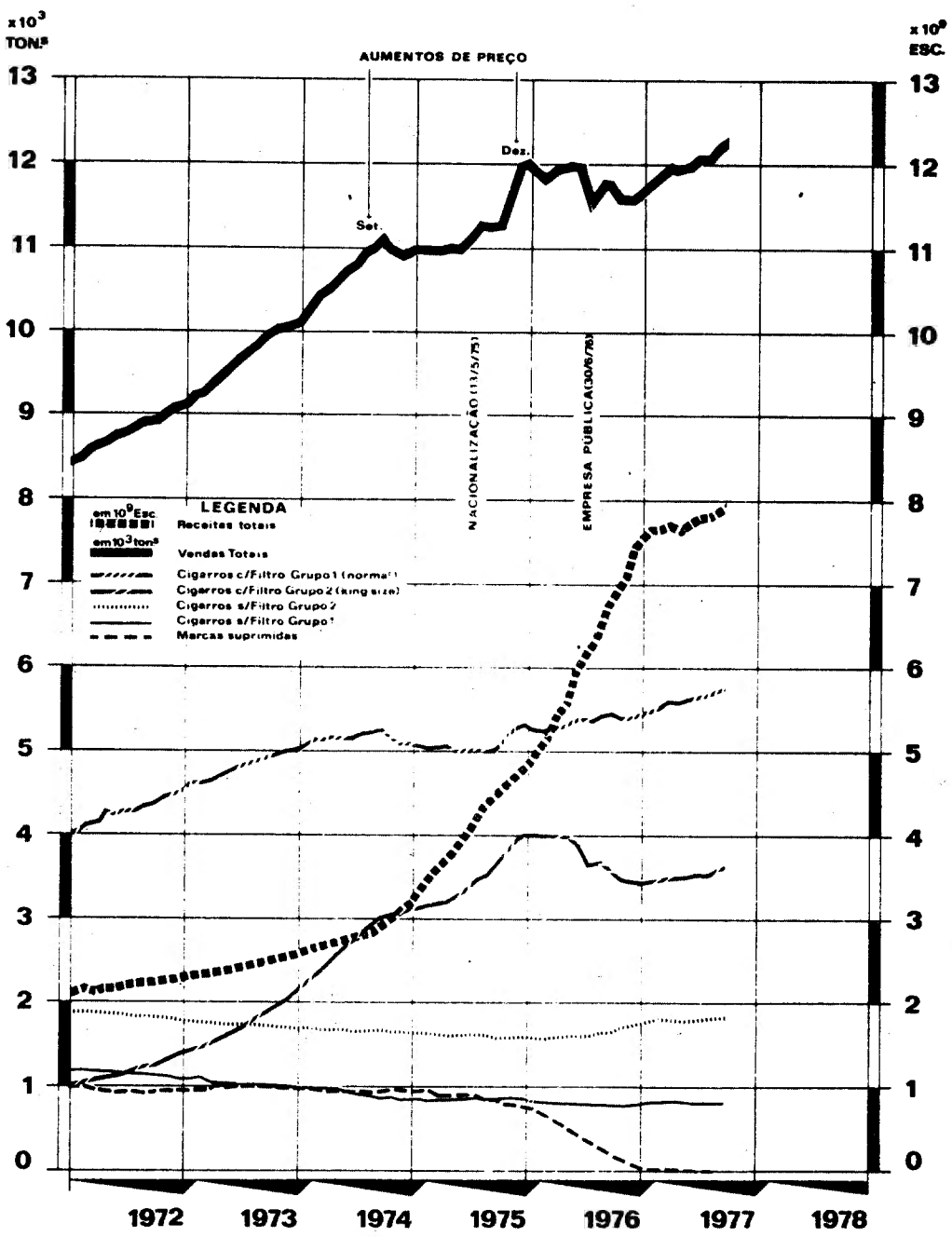
O último aumento do IC e, concomitantemente do tabaco data de 19 de Junho do ano passado. Foi formalizado através do Decreto-Lei n.º 149-A, simultaneamente definidor e enquadrador de tipos de cigarros e tabaco.

ESTRUTURA DO CONSUMO (em%)



Cigarros com filtro de tamanho «normal» (em especial SG Filtro e SG Ventil): os mais procurados pelos fumadores

EVOLUÇÃO DAS VENDAS E DA RECEITA TOTAL
(CURVAS DO TOTAL ANUAL MÓVEL)



SG e SG Ventil (com filtro, grupo 1, tamanho «normal»), Português Suave (sem filtro, grupo 2) e SG Gigante (grupo 2 «king Size», 85mm com filtro normal) são marcas que têm resistido à contração do consumo apresentando índices de aumento apreciáveis em detrimento das outras marcas incluídas nos seus grupos

Aos preços até então praticados acrescentava-lhes um aumento de cerca de 44%. O tabaco picado (Águia, Duque e Holandês) era pela primeira vez atingido.

Temos, assim que, presentemente, 4$00, 2$55 e 4$20 do custo daquelas marcas revestem, por esta ordem, para o Estado, do mesmo modo que cada pacote de «Gama» (tabaco para cachimbo) canaliza para os cofres daquele 30$00 (o seu preço é de 35 escudos, o que quer dizer que apenas cinco escudos são «monopolizados» pela «Tabaqueira»). O «Kentucky», os «Provisórios» e os «Definitivos» rendem ao Estado, sempre através do clássico IC, $90 (caso do primeiro) e 9$00 (os dois últimos), respectivamente.

«Português Suave», «Paris» e «20-20-20» («Três Vintes») pertencem também ao escalão dos cigarros sem filtro, mas ao Grupo 2. Para estas três marcas o Imposto de Consumo é uniforme: 12$25 (o seu custo é de 17$50, o que vale por dizer que para a «Tabaqueira» apenas vão 5$25). Quanto a cigarros com filtro há dois grupos: I, (70 mm) e II (85 mm, com filtro normal e filtro especial). Pertencem ao primeiro, temos o «Porto», «Ritz», «SG», «SG Ventil», «Kart», «Sagres» e «Negritas». O IC é de 14$00 (20$00 é o seu preço de venda ao público). O imposto dos «King Size» («Ritz», «SG», «Kart», «CT» Longo» e «Negritas») é, por seu turno, de 15$75, enquanto os de filtro especial (casos do «Sintra», «2002» e «Kayak») de 17$50.

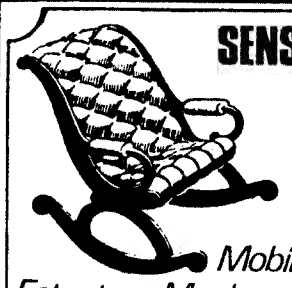
A reter: está para breve o aumento dp preço do tabaco, de acordo com o conteúdo do Orçamento Geral do Estado e o que sobre a matéria o documento refere. Não se prevê, porém, que o Imposto de Consumo seja agravado, revertendo esse acréscimo em favor da «Tabaqueira».

OPÇÃO POR DETERMINADAS MARCAS

O aumento preçário do tabaco decorrente do agravamento do Imposto de Consumo em 74, 75 e o ano passado levou a que o consumidor tomasse posição. Daí que se tenha observado, nesses três instantes, a estabilidade das marcas «Águia» e «Holandês» e uma pequena descida do «Duque», quanto a tabaco picado. O «Gama», o único para cachimbo de fabrico nacional, apresenta comportamento estacionário.

Relativamente a cigarros sem filtro, Grupo 1, notou-se naquelas fases de aumento um ligeiro acréscimo dos «Provisórios» e dos «Definitivos» e uma moderada descida no consumo do «Kentucky». Ainda cigarros sem filtro, mas do Grupo 2: posição destacada para o «Português Suave», cujo consumo ronda os 70 por cento de todo o grupo, em detrimento do «Três Vintes» e do «Paris», com situação estacionária.

Quanto a cigarros com filtro (estamos ainda a reportar-nos ao consumo de 75/76), Grupo 1 (tamanho «normal»), é de referir que se acentuou notoriamente a preferência pelas marcas «SG Filtro» e «SG Ventil», com ligeiro decréscimo para as restantes. Grupo II (tamanho «King Size»): «SG Gigante» em posição de relevo, representando cerca de 84% das vendas de cigarros deste tipo. Decréscimo evidente, ou estacionaridade para os restantes.



SENSACIONAIS DESCONTOS NA CAMPANHA
de Primavera
da MAJUSCULA
Mobílias Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas,
Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele
Papel de parede. Alcatifas
NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS
* CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES
SEDE: Praça Paiva Couceiro,1 Lisboa1 Telefone 846839
SALAO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira,4-A Telefone 824840

TRIBUNAL CÍVICO: UMA BOA ARMA

"Encontrei a verdadeira democracia nas UCP's e Cooperativas" — diz-me um jurista holandês

Na qualidade de observadores assistiram às sessões do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária juristas holandeses de diversas tendências políticas (até da democracia cristã) entre os quais estava o jovem advogado A.W. M. Willems, de Amesterdão, defensor dos objectores de consciência do Sindicato dos Soldados e que presta assistência jurídica gratuita num bairro operário da cidade.

Com os outros juristas, que integravam a delegação holandesa, visitou uma cooperativa na zona de Montemor-o-Novo onde, em contacto com a realidade da Reforma Agrária transformou o conhecimento que tinha desta «muito vago e teórico» numa opinião mais precisa.

Foi essa opinião que transmitiu ao «DL» através das declarações prestadas.

«Fiquei impressionado com o comportamento dos trabalhadores agrícolas que ocuparam as terras desaproveitadas com o intuito de as pôr a produzir. Já acreditava, há muito tempo, na possibilidade dos trabalhadores alterarem as relações de produção. Mas só agora tive a certeza dessa convicção, depois de ouvir os depoimentos tão convincentes feitos pelos trabalhadores agrícolas portugueses.»

O jurista salientou, ainda, que numa sociedade «estável e equilibrada» como é a da Holnada não se tem uma ideia concreta sobre a luta dos trabalhadores. Daí a forte impressão recebida durante a sua visita ao Alentejo. Viu como os trabalhadores souberam «dar o salto para um novo caminho de produção, para o colectivismo».

TULIPA VERMELHA

O jurista A.W.M. Willems já tinha feito a sua escolha política, ao decidir dedicar-se à defesa das classes mais desfavorecidas da Holanda. Aliás, corroborando a tendência manifestada por muitos jovens licenciados – em contraste com os «velhos» advogados, de ideias conservadores, que só defendem os ricos. **«Interesso-me por todos os processos que tenham a ver com as mudanças sociais. E considero que o processo português poderia servir para consciencializar as pessoas, os povos da Europa ocidental do que foi o fascismo...»**

No entanto o povo holandês, apesar de tudo, ainda possui uma certa informação sobre as questões políticas de Portugal. Graças à acção desenvolvida pela organização «Tulipa Vermelha», incansável na divulgação do processo da Reforma Agrária em todas as suas fases, sobretudo agora, com a ofensiva que tenta liquidar uma das mais importantes conquistas de Abril.

«Foi a «Tulipa Vermelha» que nos contactou para a vinda a Portugal pediu quatro juristas. Nós, os escolhidos, tivemos acesso a um determinado número de informações fornecidas por um indivíduo da organização que viveu no Chile e conhece bem o processo revolucionário português.»

– E a imprensa holandesa?

«Bem... essa traz, por vezes, alguma informação sobre Portugal, mas muito superficial. Nos jornais de esquerda é que aparecem boas notícias sobre o assunto focando, especialmente, sobre a Reforma Agrária.»

O jurista Willems, até porque tem defendido os emigrantes na Holanda (marroquinos, turcos, portugueses, espanhóis e outros), têve oportunidade de estabelecer contactos directos com a realidade portuguesa. Condena as precárias condições em que eles vivem fazendo os trabalhos mais sujos, mais pesados, pelos salários mais baixos. E ainda, de certa maneira, incompreendidos pelo povo holandês... Através dessa experiência encontrou a justificação para a existência de uma Reforma Agrária em Portugal, de onde foram obrigados a emigrar milhares de trabalhadores agrícolas.

«Não tenho dúvidas de que a Reforma Agrária é fundamental para a economia portuguesa. Pelo que vi e ouvi, sem ela, haverá sempre uma dependência do estrangeiro: das divisas, dos produtos importados...»

MERCADO COMUM

– A agricultura holandesa, desenvolvida e mecanizada, teria sido beneficiada pela entrada da Holanda no Mercado Comum?

«Depois da entrada na CEE começaram a levantar-se uma série de problemas. O agricultor holandês, naturalmente porque a terra é fértil, tem uma noção muito forte do apego à propriedade. A entrada no Mercado Comum exigiu uma política de concentração das pequenas explorações para melhor poder competir com os países agrícolas como a França. E desta forma as explorações mais pequenas desapareceram tendo muitos agricultores ido trabalhar para as fábricas. Os grandes agricultores apropriaram-se das explorações dos mais pequenos.»

– Os agricultores holandeses, apesar do seu espírito individualista, nos finais do século XIX, travaram ainda algumas lutas. Mas não foram além do protesto. Também já depois da entrada na CEE os agricultores se têm manifestado nas grandes cidades (com a maquinaria) contra a baixa de preços que lhes são pagos.

Considera, pois, que os agricultores são mal pagos devido, sobretudo, à implantação das multinacionais agrícolas na Holanda?

«Sim. As multinacionais, nomeadamente a Unilever, de produtos alimentares fez com que os agricultores perdessem a sua independência na medida em que têm de estar sujeitos às planificações do governo, estabelecidas em função dos interesses do Mercado Comum. Sobre isto gostaria de sublinhar que o governo, em determinada altura, decidiu que a Holanda não devia produzir mais fruta pois para isso não havia melhor país que a Itália. E propôs pagar uma certa quantia em dinheiro aos agricultores por cada árvore que cortassem.

«Entretanto a política da CEE alterou-se e o Governo holandês resolve mandar de novo os agricultores plantar árvores de fruto. Agora, estamos com dificuldades porque os frutos demoram imenso tempo a fazer-se e os que aparecem são de má qualidade.»

– E para Portugal seria benéfica a entrada na CEE, como pretendem os seus governantes?

«Julgo que o facto do governo insistir em acabar com a Reforma Agrária tem a ver com a entrada na CEE. Por outro lado a entrada no Mercado Comum também exige uma agricultura que Portugal não possui. Não vejo que a solução seja entregar as terras aos agrários para depois estes não as aproveitarem... Assim é que não poderão competir de maneira nenhuma...»

DEMOCRACIA

A propósito da violência e da repressão desencadeada na zona da Reforma Agrária perguntámos ao jurista holandês se achava que tais métodos tinham cabimento num sistema que se diz democrático.

«Quanto a mim isso é um escândalo. E significa que em Portugal ainda não existe uma verdadeira democracia. Não se pode admitir que haja democracia com polícias a bater nas pessoas. Não será um regime fascista mas também não é democrático...

– Para si o que é a democracia?

«O que vi no Alentejo. Os trabalhadores das UCPs e das Cooperativas é que estão em condições de dar lições de democracia...»

Para o jurista Willems, o Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária em que participou, a título de observador, constitui um documento da maior importância para o conhecimento da Reforma Agrária.

E quando se luta «todas as armas são boas...». Quanto à contribuição que a delegação holandesa poderá dar para a defesa da Reforma Agrária, disse:

«Vamos convocar uma conferência de imprensa para divulgarmos tudo o que vimos. E depois está prevista a elaboração de um relatório que deverá ser entregue às entidades governamentais. O facto da delegação ser heterogénea e de haver nela até democratas cristãos, não impediu uma unanimidade de opinião sobre a Reforma Agrária portuguesa.»

Ainda no Tribunal

No Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária a **acusação** perguntou à testemunha Joaquim Nunes Gracinha, operário agrícola da UCP «12 de Maio» de Montargil se tinha participado em alguma ocupação de terra.

Reesposta: **Participei em todas as ocupações da minha zona. Até respondi em Tribunal por causa da ocupação de uma herdade...**

Acusação: «E foi condenado?»

«Naõ. Fui absolvido...

Na verdade o juiz entendeu que o Joaquim Gracinha não tinha feito mais nem menos que os outros trabalhadores e que, portanto, não devia ser condenado.

A propósito das reservas a testemunha garantiu que a UCP «12 de Maio» de Montargil» «é uma das mais queixosas do distrito de Portalegre». Até agora já perdeu mais de cinco mil hectares das suas melhores terras: de regadio.

UM ECONOMISTA

A testemunha Virgílio Ferreira, economista, afirmou que os regadios foram feitos com o dinheiro do Estado no intuito de valorizar as terras dos agrários.

OS HOLANDESES VIRAM

O Tribunal Cívico recebeu uma carta, em língua alemã, subscrita por 14 estudantes universitários holandeses que testemunharam o comportamento da GNR durante a entrega de uma reserva numa cooperativa do distrito de Portalegre: Foram-lhes confiscados pela GNR os filmes que fizeram sobre os acontecimentos.

A acusação requereu a junção da carta ao processo.

E que estes, sem qualquer despesa passaram a cobrar rendas por essas mesmas terras aos pequenos agricultores.

É óbvio que os proprietários que arrendam terras estão a pensar utilizar o dinheiro que recebem do arrendamento fora da agricultura.

A testemunha acrescentou ainda que parte dos terrenos regados apesar de nacionalizados, continuam nas mãos dos agrários. E deu o exemplo da família Lico, no Ribatejo.

(Afinal quem são os usurpadores? Quem merece ser condenado?)

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO CENTRO, SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, 50, 1.° E 2.° (SEDE) — — Telefs. 5 89 34/5-5 86 30 – 1198 LISBOA CODEX

Contra pacote Mota Pinto – CIP

MOÇÃO

— Considerando que a manobra do Governo Mota Pinto-CIP-Multinacionais para revisão da legislação do trabalho é uma afronta à Constituição da República Portuguesa e aos direitos e liberdades dos trabalhadores;
— Considerando que a revisão do salário mínimo mais não é do que a reivindicação feita pelo Movimento Sindical;
— Considerando que o tecto salarial, previsto para 20% é o resultado dos chumbos dados pela Assembleia da República quando da discussão do Plano para 1979;
— Considerando que a não discriminação no trabalho em função do sexo, é uma justa reivindicação da mulher portuguesa;
— Considerando que o projecto sobre contratação colectiva não é mais do que um retrocesso ao regime corporativo criado por Marcelo Caetano e seus ministros;
— Considerando que quanto a férias, feriados e faltas, verificar-se-ia um retrocesso em relação aos actuais direitos;
— Considerando que o projecto sobre despedimentos permitiria a liberalização ilimitada ao patronato jogar com os trabalhadores a seu bel-prazer;
— Considerando que a facilidade indiscriminada do recurso ao contrato a prazo permitiria que as empresas funcionassem assentes numa maioria destes trabalhadores, fazendo com que os mesmos perdessem os seus direitos e regalias que são inerentes aos trabalhadores efectivos;
— Considerando em suma que esta revisão legislativa não visa mais do que transformar a Lei Fundamental – a Constituição da República, numa lei somente favorável ao grande capital reaccionário, procurando destruir as grandes conquistas de Abril;

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul, decide:

1 – Repudiar veementemente o pacote Mota Pinto-CIP e o convergente projecto Gonelha de destruição da Liberdade Sindical;
2 – Repudiar o Governo Mota Pinto-PPD, demitido mas que arrogantemente continua na senda dos seus odiosos crimes contra as conquistas do Povo português;
3 – Repudiar todas as medidas, venham elas de onde vierem, que tenham como objectivo ofender e destruir o 25 de Abril.

— NÃO AO GOVERNO MOTA PINTO–PPD!
— NÃO AO PACOTE DA CIP!
— CONTRA O DESEMPREGO E OS DESPEDIMENTOS!

Lisboa, 10 de Julho de 1979 ***A DIRECÇÃO*** (legível)

Conflito da Panasqueira agrava-se após nova ruptura de negociações

As negociações entre os representantes dos trabalhadores das Minas da Panasqueira e a Administração da Beralt Tin and Wolfram foram interrompidas, ontem, no Ministério do Trabalho, depois de a entidade patronal fazer um brusco recuo, quando tudo parecia caminhar no bom sentido.

A acusação foi esta manhã formulada por um representante dos trabalhadores que anunciou a possibilidade de novas formas de luta, provavelmente para muito breve, e sob a forma de paralisações por sectores, segundo tudo faz prever.

Aliás, face à ruptura das negociações ontem verificadas, os representantes dos trabalhadores propuseram-se desde logo reiniciar a greve ainda hoje, dado que ela apenas havia sido suspensa, na sexta-feira passada, para reinício dos contactos. Contudo, um elemento do Ministério do Trabalho pronunciou-se pela conveniência de formulação de novo pré-aviso de greve, para evitar mais agudizações do conflito.

Um elemento da Administração da Beralt, Humberto Albarraque, chegou, nas negociações de ontem, a ceder na questão salarial, subindo dos 12% agora já «impostos» até aos 15%. Contudo, em anterior fase das negociações, já tinham ficado assentes aumentos salariais de 18%, apenas dependentes dos horários de trabalho, particularmente no que se refere ao funcionamento aos sábados.

De resto, também essa questão esteve em vias de resolução nas negociações ontem havidas, até porque os representantes dos trabalhadores têm feito propostas concretas que permitem não só a laboração aos sábados de manhã, mas também durante todo o dia, permitindo ainda um maior aproveitamento dos equipamentos industriais e já que esse é um dos argumentos da entidade patronal.

EXALTAÇÃO NA PANASQUEIRA

Entretanto, tanto quanto apurámos, nas Minas da Panasqueira, os ânimos exaltam-se de hora a hora e a possibilidade de virem a verificar-se recontros físicos não é posta de parte. Por exemplo, não é pacífico que alguns empregados dos escritórios tenham decidido aceitar e cumprir o horário que impõe o trabalho aos sábados.

«Nós, elementos da Comissão Intersindical, não somos a partir de hoje responsáveis pelo que possa vir a acontecer nas Minas da Panasqueira, uma vez que a Administração se mantém nas suas posições de irresponsabilidade» – dizia-nos um dos elementos daquela estrutura, esta manhã.

Para além do recuo da Administração no que respeita a alguns pontos que já anteriormente se poderiam considerar assentes, uma campanha de boatos postos a circular nos locais de trabalho em nada contribuiem para a acalmia.

É assim que foi «soprada» a ameaça de encerramento das Minas por três meses, ou de novos processos disciplinares para mais umas dezenas de trabalhadores, etc. Por outro lado, continua sem solução o reivindicado não despedimento de cerca de 30 dirigentes sindicais a quem foram instaurados processos disciplinares. Curiosamente, os representantes da Administração admitiram, ontem, no MT, a possibilidade de aquela medida extrema não ser aplicada a todos os dirigentes por igual.

Assinale-se, entretanto, que apesar da ameaça de instauração de processos disciplinares a quem não cumprir os horários impostos pela Administração, eles não são cumpridos mesmo após a sua afixação nas respectivas secções, como aconteceu com a metalurgia.

O progressivo agravamento deste conflito não foi ainda bastante para que o Estado, detentor como é de cerca de 20% do capital da empresa, intervenha e tente encontrar uma saída para a irredutibilidade da Administração da Beralt. O facto tem vindo a ser lamentado pela Comissão Intersindical da empresa.

Os propósitos da entidade patronal não são, de resto, transparentes, uma vez que se trata de uma empresa com elevados lucros (mais de 300 mil contos em cada um dos dois últimos anos) e com bons níveis de produtividade.

Para impor regresso patronal

Polícia não "larga" Vieira de Leiria

Uma força de choque da Polícia de Segurança Pública mantinha-se esta manhã em Vieira de Leiria para onde foi deslocada por requisição do governador civil de Leiria, com o intuito de impor o regresso dos antigos patrões à Fábrica de Limas Tomé Feteira.

A situação mantém-se, assim, inalterada, uma vez que os trabalhadores repudiam o regresso daqueles elementos e, consequentemente, paralisaram todas as suas actividades logo no momento em que a entrada foi imposta, na segunda-feira.

Entretanto, os responsáveis sindicais continuam a desenvolver diligências no sentido de ultrapassarem a presente situação, na linha das quais se insere uma reunião que está marcada para amanhã, à noite, no Governo Civil de Leiria.

Do mesmo modo, foi solicitada a retirada das forças policiais com o intuito de evitar que as tensões se acumulem naquela vila e possam, por isso, surgir dificuldades nas diligências que decorrem para encontrar uma solução.

«A brutal intervenção policial abatida sobre a população de Vieira de Leiria e, em especial, sobre os trabalhadores da 'Tomé Feteira' é bem o espelho da política de recuperação capitalista levada a cabo pelo Governo reaccionário de Mota Pinto, a quem o I Governo Constitucional abriu a porta ao proceder à desintervenção da empresa» – comenta o Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria.

«Tal intervenção policial visa pura e simplesmente a devolução da empresa à família Tomé Feteira que, assim, põe em risco eminente o despedimento colectivo dos trabalhadores» – acrescenta um comunicado emitido a propósito.

E acrescentam: «Esta provocação montada mostra bem os intentos reaccionários da família Feteira, apoiada no Governo que tudo tem feito para espesinhar os direitos e interesses dos trabalhadores. Os trabalhadores dizem não à provocação policial.»

Mais: «Os trabalhadores pretendem negociar o documento entregue, em Outubro de 1978, no Ministério da Indústria e Tecnologia, em resposta às condições propostas pela família Feteira, os quais têm sistematicamente ignorado a vontade dos trabalhadores em encontrar uma solução justa que defenda os seus direitos e interesses.»

Acresce que a família Feteira, enquanto administrou a Fábrica de Limas, a encaminhou para uma gestão ruinosa que constituiu um incrível legado para os trabalhadores, quando tomaram conta da empresa. Então, seguiu-se um período de recuperação, tendo o saldo positivo do ano passado subido a mais de 13 mil contos.

SOLTAS

A civil e... com fardas

O governador civil de Braga decidiu intrometer-se na vida sindical e, no fim da semana passada, concedeu um prazo de 24 horas para que fossem entregues as instalações do Sindicato da Hotelaria daquele distrito. É que os corpos gerentes desta organização não haviam cedido a uma tentativa de golpe, oportunamente desencadeada por um responsável local ugetista e mantiveram-se em funções. Como há, visivelmente, uma grande pressa em «quebrar a espinha» ao movimento sindical, aquele governador civil resolveu conceder o citado prazo, invocando para tanto o Código Administrativo e ameaçando com a intervenção da PSP que, aliás, já avisou sobre o não cumprimento da sua decisão. O último dos prazos expirava às 11 da manhã de hoje, sendo de esperar que a PSP imponha a «tomada de posse» de uma Comissão Administrativa nomeada pelo governador civil.

TINHAM RAZÃO

Afinal, tinham razão os responsáveis da União dos Sindicatos de Leiria quando recorreram para o Supremo Tribunal Administrativo relativamente à exoneração ilegal dos representantes dos trabalhadores na Caixa de Previdência, pelo S.T.A., ao recurso apresentado, o que implica a anulação do despacho do secretário de Estado da Segurança Social que afastava os representantes sindicais da Caixa. A ilegalidade da decisão resultava de não ter sido previamente instaurado processo disciplinar nem entregue nota de culpa aos dois saneados, o que reforça a tese de que se tratou de um saneamento político-sindical.

FEDERAÇÃO CRESCE

A Federação dos Sindicatos do Comércio cresceu e mudou de nome: passou a ser também de Serviços. Ou seja, alargou o seu âmbito a vários sindicatos de outros sectores, de acordo com decisão tomada em plenário das organizações sindicais implicadas no processo e que são representativas de 170 mil trabalhadores. A nova Federação, que agora passa a representar 200 mil trabalhadores, foi acrescida dos seguintes sindicatos: de Armazéns do Norte: de Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza; dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas; dos Cabeleireiros, Barbeiros e Ofícios Correlativos do Centro e Sul; do Serviço Doméstico; e dos Cobradores.

BEM DEFINIDO

Ainda a propósito, o alargamento de âmbito da Federação do Comércio resulta da legislação em vigor, dos estatutos federativos e da vontade expressa dos associados. Um comunicado diz: «Esta será uma associação sindical intermédia e vertical, correspondendo a um sector bem definido, não interagrando, portanto, trabalhadores de outros ramos». Entretanto, no plenário, foi já fixado que o Congresso da Federação se realizará no próximo ano.

PORTUCEL

Uma lista unitária de esquerda, aliás, a única que se candidatou, foi eleita para a Comissão de Trabalhadores da Portucel (Viana do Castelo). Votaram 841 trabalhadores, o correspondente a 73,1 por cento dos eleitores potenciais. Votos brancos houve 137 e 22 nulos. Nos propósitos da lista está a defesa da Constituição e a consolidação das nacionalizações.

CORTICEIROS NÃO PÁRAM

A greve dos trabalhadores corticeiros, com início marcado para as zero horas de hoje, foi suspensa. A suspensão desta greve deve-se ao facto de hoje prosseguirem, no Ministério do Trabalho, as conversações, ontem iniciadas, para ultrapassar o impasse nas negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector. Os trabalhadores corticeiros exigem aumentos salariais da ordem dos 23 por cento e outros subsídios.

BOICOTE NAS MADEIRAS

O boicote na publicação da PRT do sector de madeiras poderá originar formas de luta nos distritos do Porto e de Aveiro, pelo menos de acordo com uma moção dos delegados sindicais do sector. Os delegados recomendaram à Comissão Negociadora Sindical que «caso continue a verificar-se o impasse, desenvolva as acções necessárias para que os trabalhadores dêem a resposta conveniente». A acusação de boicote vai para o patronato, com a conivência do MT.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS EMPREGADOS DO ESTADO

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 81.º e para efeitos da primeira parte do § 1.º do Estatuto, convoco os sócios a reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 18 do corrente mês, pelas 18 horas, na sede da Associação com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Discussão e aprovação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal do ano anterior.

2 – Substituição do 1.º Secretário efectivo da A.C. pelo seu substituto, por pedido de demissão daquele.

3 – Informações diversas que forem julgadas pertinentes.

Na falta de número legal de sócios, fica desde já convocada nova reunião para o dia 25 do mesmo mês, no mesmo local e hora, de conformidade com o disposto no § único do artigo 82.º do mesmo Estatuto.

Lisboa 4 de Julho de 1979

O Presidente da mesa da Assembleia Geral

Eng. António Roquette de Mello Campello

Comissão Sindical Negociadora TAP/SATA

PARALIZAÇÃO TOTAL 13 DE JULHO DE 1979

DAS 13.00 ÀS 19.00 H EXCEPTO NA SEDE E AEROPORTO DE LISBOA ONDE SERÁ DAS 11.00 ÀS 17.00 H.

Na sequência da paralisação efectuada em 21/6, os trabalhadores mandataram a C.S.N. para decretar nova paralisação, no caso de a TAP e a SATA não darem resposta positiva às suas principais reivindicações, até à passada sexta-feira. A situação actual é a seguinte:

Posição sindical:

– Aumento das tabelas salariais de 24%, (o aumento do custo de vida em 1978, foi de 24%).

– Revisão das cláusulas de expressão pecuniária (refeição, diuturnidades, infantários, reformas, subsídios diversos).

– Aceitação pelas empresas de mecanismos de penalização no caso de não cumprirem os prazos relativos aos enquadramentos, proposta justificada pelos sucessivos protelamentos da responsabilidade das Empresas. Posição da TAP/SATA:

– Aumento das tabelas salariais de 20%.

– Recusa sistemática de rever o clausulado.

– Não aceitação das penalizações, posição tanto mais incompreensível, quanto é certo que as mesmas não terão lugar se a TAP e a SATA cumprirem os prazos que elas próprias propõem.

Esta a situação.

Alguém pode acusar os trabalhadores da TAP e da SATA de irrealismo, quando apenas pretendem a reposição do poder de compra?

Alguém os pode acusar também por adoptarem formas de luta em apoio das suas reivindicações, depois de darem todas as oportunidades às empresas para apresentarem propostas negociáveis?

Os trabalhadores lamentam os incómodos causados aos utentes os quais nenhuma culpa têm da situação – mas estão convictos de que os utentes, tal como já aconteceu durante a paralisação de 21 de Junho, compreenderão a situação e saberão ver nos Conselhos de Gerência da TAP e da SATA e no Ministério dos Transportes os únicos responsáveis pela situação existente e, portanto, pela greve do dia 13 de Julho.

A COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA

ABRIL SOPRA A NOROESTE (conclusão)

De como um quar virou "palácio" d

Era uma vez um Regimento de Infantaria, de respeitáveis tradições, com residência fixa em Viana do Castelo, num amplo e sólido edifício. Na cidade ninguém imaginava que aquilo pudesse um dia acabar. Mas acabou. Foi há cerca de dois anos. E conta-se nos mais discretos (mas «autorizados») meios militares que a «morte» do RI-3 constava já de uma longa série de quartéis a abater, sob inspiração da omnipotente (a ocidente... e nem sempre) NATO. A desculpa: questões de eficiência e adaptação técnica às necessidades do vigilante pacto, defensor «generoso» das antigas e virtuosas tradições cristãs. E o velho regimento finou-se mesmo. Só que... alguém teve a rara e inteligente ideia de agarrar as espaçosas salas, casernas e gabinetes do quartel para outros fins, menos militares: uma casa de Cultura. Foi um preço essencialmente simbólico (3.500 contos), o combinado entre o governador, Oliveira e Silva, e os antigos donos. Daí à instalação no ex-RI-3 do Centro Cultural do Alto Minho e dos seus Arquivos Distritais foi um breve passo.

Aspecto parcial do quartel, onde agora se faz teatro, se aprende música, desporto, etc..

Hoje Viana, e todo o distrito, pode, com um certo orgulho, falar de uma velha casa – outrora «estágio» de homens que iam para a guerra – transformada em calmos e repousantes salões onde se aprende e «produz» Teatro, Música, Desporto, e onde serão conservados os valiosos tesouros bibliográficos e documentais de toda a região. É um exemplo, talvez espectacular, mas singularmente significativo de como também a Noroeste, os ventos de Abril têm sido favoráveis à protecção e desenvolvimento das actividades culturais.

O TEAR

O Centro Cultural é a «jóia» preferida do activo governador de Viana. Mostra-nos um plano de obras e adaptações a fazer no antigo quartel e que o irá transformar profundamente, sobretudo no seu interior. O orçamento prevê despesas da ordem dos 50 mil contos mas ali terão espaço e condições de trabalho o TEAR (Teatro Estúdio de Arte Realista), a «Gruta» e o «Pataco» (grupos amadores de Teatro), a Academia de Música, o Centro de Estudos Regionais, o Rancho Folclórico de Viana, uma Escola de Judo e outros grupos culturais que venham a necessitar de instalações – além dos já citados Arquivo Distrital e órgãos de administração distrital.

Considerando esta «experiência-piloto», de que referiu o apoio da SEC, como a «justa síntese entre a criatividade popular e o apoio oficial, sem interferências ou dirigismos», Oliveira e Silva tem, entretanto, outros projectos. Um deles, e em colaboração com o Parque Nacional do Gerês, é a criação em Castro Laboreiro (onde há vestígios importantes de uma rara comunidade castreja) de um Centro de Artesanato, «espécie de museu ou casa castreja» – diz – que incluirá biblioteca, uma sala de Teatro e outros espaços para recolha e exposição de elementos etnográficos e arqueológicos.

O TEAR, cuja vinda para Viana se inscreve nos objectivos de descentralização cultural, avançados depois do 25 de Abril, pela Secretaria de Estado da Cultura, é um nome já intimamente associado à principal cidade do Alto Minho. Nem todas as cidades do País se podem ufanar de possuir, «de tempo inteiro», uma companhia de teatro profissional do nível do Tear. Daí que a própria câmara vianense, ciente da importância que o facto encerra (e não apenas em termos culturais) tenha aprovado numa das suas últimas reuniões (por proposta da APU) um subsídio, infelizmente simbólico.

Estivemos no TEAR, instalado no primeiro andar de uma das alas do velho quartel. Aí conversamos com Castro Guedes, actor e encenador habitual das peças que o grupo representa, e João Guedes o grande actor portuense, que após passagem pelas nossas mais prestigiadas companhias parece ter encontrado no TEAR, o «sítio» certo para um trabalho tranquilo mas profundo.

Referindo-nos que uma percentagem de cinco a 10 por cento da população adulta de Viana terá assistido já aos (três) espectáculos montados pela companhia (a trabalhar apenas desde Setembro de 1978), Castro Guedes indica ainda, terem já feito mais de 100 representações, através do distrito.

O TEAR durante um dos seus últimos ensaios nas instalações do velho quartel do ex-RI-3

Numa região que alberga 134 grupos de teatro amador, uma das tarefas cometidas, em princípio, ao TEAR seria a de orientar ou animar espectáculos produzidos por amadores e ministrar cursos de teatro. Mas tal tarefa não é fácil e o próprio grupo tem dúvidas sobre o âmbito ou limites do seu trabalho.

Em primeiro lugar a vida cara, os alojamentos raros e dispendiosos, associados a um subsídio que, já no momento da atribuição, mal dá para viver, não tem facilitado a actividade dos 14 elementos do TEAR. Apesar de tais dificuldades, foram ministrados três cursos de teatro e promoveram-se ciclos de cinema e recitais de música na pequena mas bem aproveitada sala de 100 lugares.

Castro Guedes sublinha-nos, por outro lado, que a companhia decidiu orientar o essencial do seu trabalho, tendo em atenção o «público de características urbanas» existente (mesmo nas pequenas aldeias suburbanas), quer pela existência de significativas concentrações operárias (estaleiros, crescimento do porto, Portucel e, para breve, um novo e forte parque industrial), quer pela intensa difusão (via TV e outros «mass media») de múltiplos elementos da cultura urbana. É uma opção consciente – acentua o encenador do TEAR – pois somos da cidade, do litoral e não nos sentimos, à vontade para outro tipo de trabalho e pesquisa.

Contactos, digressões por Espanha (Galiza) e outros pontos do País (há dias, em Setúbal) e intercâmbio com companhias nacionais e estrangeiras (o grupo «Artelho» de Vigo irá a Viana) constam, também, do programa de acção do TEAR.

Da restante actividade cultural, é de registar o conjunto de espectáculos promovido crescentemente pela activa Academia de Música, onde se ensina, piano, guitarra clássica e solfejo.

E isto apesar de muitas dificuldades, incompreensões e do facto, até, do vereador cultural, Piorísio Marques (PSD) não parecer homem muito entendido, ou amigo destas coisas. Pelo menos o episódio que ouvi de um piano, meio «arrastado» pela velha parada do quartel para um concerto fora da Academia, não é muito abonatório.

CAPOEIRA TERB E CONSTRUÇÃO

Em Barcelos existe igualmente um grupo de teatro de grande notoriedade no Noroeste: o «Capoeira», já com digressões frequentes pelo Baixo e Alto Minho.

Em Guimarães, dos seis grupos de teatro amador, sobressai o prestigioso «Teatro-Ensaio Raul Brandão», criado há duas dezenas de anos, com 200 sócios, e dirigido pelo dr. Santos Simões, um intelectual activo e progressista. Assistimos, na breve passagem pela cidade, a um ensaio de uma colagem de textos de Gil Vicente «Da Vida e da Morte», elaborada e encenada por Santos Simões. A interpretação feita por gente muito heterógenea (estudantes, operários metalúrgicos, empregados de serviços, professores, etc.) da «colagem» pareceu-nos (assistimos a uma parte apenas do ensaio) um belo exemplo do aproveitamento político e cultural do maior criador teatral português.

Parámos igualmente em **Joane,** a meio caminho entre Famalicão e Guimarães. Na pequena freguesia, semi-rural, funciona o conhecido «Grupo Teatro Construção», criado em 1975 e que encenou mais de uma dezena de peças, na sua pequena sala (180 lugares) instalada num antigo armazém de uma fábrica têxtil (o padre não lhes cedeu, nunca, o amplo salão paroquial).

Com alguns (fracos) subsídios do FAOJ, câmara, governo civil e Gulbenkian), o grupo Construção, com cerca de duas centenas e meia de sócios procura, além disso, fazer animação cultural (festivais e cursos de teatro), e desportiva (atletismo) além de exposições de trabalhos manuais e cerâmica.

O grupo, composto na sua maioria por operários têxteis ou empregados de serviços, percorreu já todo o distrito de Braga em espectáculos de fim-de-semana e trouxe a Joane o Tear, o Capoeira, o Selva Trupe, etc..

BRAGA: O EXEMPLO DA ASPA

Em Braga há igualmente grupos activos e conhecidos, como o GETA (Grupo Experimental de Teatro Amador) e que inclui um grupo de Cantares, o GATEC e o TUBRA (Teatro Universitário de Braga) existe um cineclube (600 sócios), um Conservatório (pouco operante) e vários museus famosos como o dos Biscainhos (único aberto e a funcionar), o do Tesouro da Sé, Pio XII, etc..

No entanto a iniciativa que mais nos impressionou e que reflecte a importância que Abril teve na região, ao nível cultural, diz respeito à ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural), criada há dois anos.

«Numa região – sublinha-nos Henriques Nunes, um dos responsáveis da ASPA – que possui uma identidade própria, tanto na paisagem física como na humana, e um passado histórico da maior importância perpetram-se quotidiana e impunemente, quer nas zonas rurais quer nas urbanas, atentados violentos contra um Património riquíssimo, desfigurando a sua originalidade, caricaturando ou transformando a sua fisionomia peculiar».

Um dos movimentos mais conhecido desta activa associação prende-se com a preservação das ruínas de Bracara Augusta. «Ela ainda não está salva» – diz-nos Eduardo Oliveira, outro dirigente da ASPA, «pois faltam os meios materiais necessários para que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho possa levar a cabo essa missão». Lamenta um certo alheamento da câmara local e da SEC, notando que, há poucas semanas, no decorrer do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular, realizado em Guimarães, foi realçada (por investigadores franceses e espanhóis) a extraordinária importância dos trabalhos arqueológicos que estão em curso em Braga.

Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, José de Ab

Aqueles dois responsáveis (que encontramos, momentos antes de uma audiência pedida pela ASPA ao presidente da câmara, acompanhados de Amadeu Carvalho e Francisco Botelho) consideram no entanto não

PASSAPORTES
Aviso Importante
Os passaportes tirados há cerca de 5 anos ou mais deverão ser-nos enviados para obtenção de novos
agencia abreu
LISBOA - Av. Liberdade, 168 - Tel. 371341

Eugénio Alves

rtel
e cultura

Crianças do Porto, cerca de 2500, gritando (em Junho passado), «queremos livros e cadernos gratuitos», «não queremos que o AIC seja só festas», «queremos o amor dos nossos pais», «queremos professores que não faltem», é também um acto de cultura «soprado» de Abril!...

ver tomar-se em conta apenas aspecto histórico e científico.

Turisticamente – refere Amaeu Carvalho, funcionário da niversidade e também da SPA – o adequado tratamento divulgação das ruínas pode roduzir frutos compensadores ara a cidade».

Entre os objectivos prosseuidos pela meritória Associação refira-se, ainda, a intervenção atenta e imediata em casos ontuais, dignos de atenção e inamização dos museus; criação de uma rede de delegados oncelhios e relançamento da evista «Mínia» (já com duas edições na sua nova fase) – que erá eco das preocupações e ctividade da ASPA além, finalnente, da promoção, em diferenes locais, de exposições e conerências sobre a mesma temáca e colaboração periódica na mprensa regional acerca destes roblemas.

PORTO: POUCO... MAS BOM!

Quanto à segunda cidade do País não poderá afirmar-se que a actividade cultural tenha dado saltos profundos nos últimos anos. Todavia o amplo movimento associativo cultural existente deu, muito recentemente, um exemplo de acção colectiva e criadora.

Referimo-nos às comemorações do 25 de Abril deste ano, organizadas por um vasto conjunto de colectividades e associações culturais da cidade, com destaque para a Cooperativa Árvore (grande animadora de colóquios e conferências), Cine Clube do Porto, Coral de Letras da Universidade (despejado recentemente da sua sede ante a complacência incompreensível da câmara e governo civil), o Teatro Experimental do Porto, o Seiva Trupe (companhia também de teatro), a Escola Superior de Belas Artes, os «Modestos», Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Sociedade Portuguesa de Autores (Porto), etc. que, lado a lado com o Movimento Sindical Unitário (USP) e comissões de trabalhadores, de moradores, comissões unitárias de mulheres, etc., levaram a cabo um ambicioso e bem conseguido programa de actividades de ordem artística e cultural, associadas à evocação da data da queda do fascismo.

Com limitações, inexistência de apoios oficiais e dificuldades organizativas e financeiras, boa parte daquelas associações culturais (TEP, Seiva, Árvore e Coral Modestos, sobretudo) têm feito trabalho exemplar, numa cidade ainda pouco «disponível» para uma vida cultural e recreativa, mais elaborada.

De qualquer modo o Porto pode orgulhar-se de «possuir» nomes dos mais representativos da cultura e artes portuguesas, plenamente identificados com os ideais de Abril. Poetas como Eugénio Andrade, Egito Gonçalves, Papiniano Carlos, Luís Veiga Leitão, Sophia de Melo Breyner; artistas plásticos como José Rodrigues e Armando Alves, entre outros e intelectuais de grande craveira como Óscar Lopes, Armando Castro, etc., honram plenamente a cidade que Antero, há cem anos, apelidou de «o berço da Liberdade».

Rodrigues (pintor), Óscar Lopes e Armando de Castro, são nomes, entre outros, ril que honram a cultura nortenha.

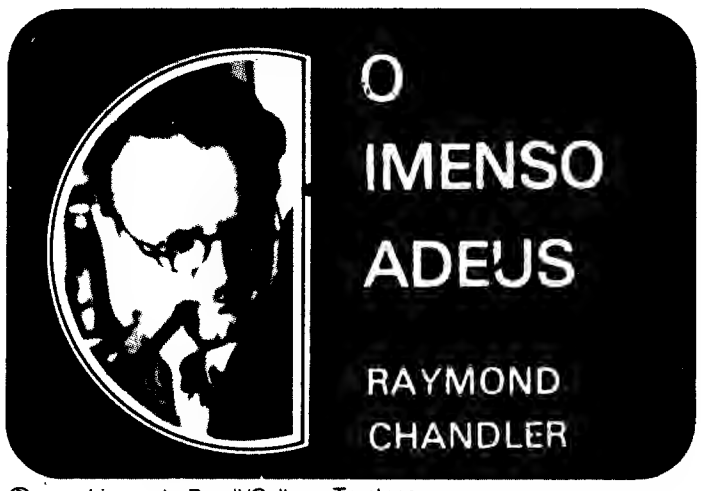
NÃO MATEM AS TUNAS!

O Noroeste das mil e uma romarias do Verão, das centenas de bandas e tunas musicais, continua vivo (mais vivo, julgamos) com os ventos favoráveis de Abril.

António Ferreira, regente da velha tuna de S. Martinho de Argoncilhe (Vila da Feira) diz-nos haver condições para um «maior aproveitamento das potencialidades» existentes nessa região, de grandes tradições musicais.

Todavia – lamenta – os instrumentos tornaram-se proibitivos, o que está a afectar o funcionamento e desenvolvimento de muitas dessas importantes colectividades recreativas e musicais, e «da parte das entidades oficiais, e da própria Gulbenkian» não tem havido a sensibilidade e atenção suficientes para preservar e respeitar uma das mais belas realidades dos povos do Noroeste: as suas alegres e populares romarias, as suas tunas (a alegria maior dos velhos nos fins de tarde, nas festas de Verão...) e bandas.

De qualquer modo, o balanço que, genericamente, se poderá avançar, é, pensamos, francamente favorável. E, também aqui foram – repita-se – salutares os ventos, que de Abril ainda sopram!...



© — Livros do Brasil/College Trustees

—Julguei que você não fumava.

—O quê? Não, não costumo.—Tirou o cigarro da boca, deitou-o para o chão e pôs-lhe um pé em cima.—Só de vez em quando. Ele já telefonou ao dr. Verringer.

A voz dela era distante e plácida. E perfeitamente calma.

—Não pode ser. O dr. Verringer já não vive no mesmo sítio. Mas telefonou-me a mim.

—Ah sim? Tudo o que ouvi foi ele telefonar a alguém para que viesse depressa. E pensei que só podia ser para o dr. Verringer.

—Onde está ele?

—Caiu. Deve ter virado a cadeira de pernas ao ar quando se encostou. Já lhe tem acontecido. Partiu a cabeça. Vê-se algum sangue, mas não muito.

—Óptimo. Ninguém quer muito sangue. Onde está agora?

Olhou-me com um ar solene e depois apontou.

—Está para ali, perto da estrada ou nos arbustos junto ao muro.

Eu dobrei-me um pouco e espreitei-lhe a cara.

—Com um raio! Não me diga que nem se quer se deu ao trabalho de o ir ver?!

Quando acabei de dizer isto decidi que ela devia estar sob o efeito do choque e olhei para o relvado. Não via nada, mas junto ao muro estava tudo na sombra.

—Não, não fui—disse-me com calma.—Procure-o você. Já cá tenho a minha conta, até mesmo mais do que a conta. Procure-o você.

Voltou-se e tornou a entrar em casa, deixando a porta aberta. Mas não andou muito. Depois de um metro caiu ao chão. Eu fui levantá-la e deitei-a num dos sofás da sala. Tomei-lhe o pulso. Não me pareceu nem fraco nem irregular. Tinha os olhos fechados e as pálpebras azuis. Deixei-a deitada e voltei para o jardim.

Ele estava lá como ela tinha dito. Estava deitado de lado junto à sombra dos arbustos. Tinha o pulso rápido e a respi-

© — Livros do Brasil/College Trustees

ração era anormal. Falei-lhe, abanei-o, dei-lhe um ou dois estalos. Ele fez uns barulhos com a garganta mas não acordou. Sentei-o e puxei um dos braços até me dar a volta ao pescoço e tentei levantá-lo com as costas. Mas não consegui: parecia de chumbo. Sentamo-nos os dois na relva, respirei fundo e tentei de novo. Consegui e lá me fui arrastando em direcção à porta. A distância pareceu-me enorme. Os dois degraus da entrada tinham dois metros de altura. Tropecei no sofá, caí de joelhos e depois rolei-o como pude para cima das almofadas. Quando me endireitei pareceu-me que a espinha se me tinha partido em pelo menos três sítios. A Eileen Wade já não estava no outro sofá. Nós estávamos sós. Sentei-me e deixei que o fôlego aparecesse. Depois olhei-lhe para a cabeça. O cabelo estava empastado pelo sangue. A ferida não me pareceu muito séria, mas nunca se sabe quando se trata da cabeça.

De repente apareceu-me a Eileen. Olhou-o sem dizer nada e com a mesma expressão distante de há momentos.

—Desculpe-me ter desmaiado—disse.—Não sei como aconteceu.

—Talvez seja melhor chamarmos um médico.

—Já telefonei ao dr. Loring. É o meu médico. Mas ele não queria vir.

—Experimente outro médico.

—Não é preciso, ele vem. Não queria vir, mas vem logo que lhe seja possível.

—Onde está o Candy?

—É o dia da sua saída. Quinta-feira. Ele e a cozinheira saiem às quintas. Você consegue metê-lo na cama?

—Sem ajuda, não. Arranje-me um cobertor. A noite está bastante quente mas em casos como o dele apanha-se muito fàcilmente uma pneumonia.

Ela disse que já trazia o cobertor e eu pensei que se estava a portar muito bem. Mas não estava a pensar inteligentemente.

164

S. R.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE ESTADO DA POPULAÇÃO
E EMPREGO

Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego

DÍVIDAS AO FUNDO DE DESEMPREGO

Foi publicado na 1.ª série do «Diário da República» de 23 de Junho de 1979 o Decreto-Lei n.º 190/79 que veio conceder facilidades e estímulos ao pagamento das contribuições em atraso ao Fundo de Desemprego.

Podem assim os contribuintes que tenham dívidas ao Fundo de Desemprego à data de publicação do diploma requerer no prazo máximo de 90 dias a contar da publicação o seu pagamento em prestações mensais.

O requerimento, em papel selado da taxa legal, deverá ser dirigido ao Director do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego e enviado ou entregue na sede daquele Organismo — Avenida da República-4, em Lisboa, ou em qualquer das delegações distritais do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego.

Que aconteceu aos homens que pisaram a Lua?

Dez anos após a histórica missão «Apolo - 11» os dois primeiros homens a pisarem o solo lunar, os astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin, bem como o seu companheiro de voo, Michael Collins, deixaram de ter qualquer ligação directa com a NASA ou com o programa espacial americano.

De comum acordo, decidiram reservar um único dia da sua nova carreira — em 20 do corrente — à comemoração oficial, em Washington do 10.º aniversário da missão de «Colombia» — a nave espacial — e de «Eagle» — o módulo lunar que em 20 de Julho de 1969 culminou no primeiro passeio de dois terrestres na paisagem lunar.

Michael Collins, é mesmo assim o único a manter ainda alguns contactos indirectos com a Agência Espacial Americana. Com efeito desempenha actualmente as funções de secretário adjunto da famosa «Smithsonian Institution» que controla todos os grandes museus da capital americana, designadamente, o Museu do Ar e do Espaço. Os outros dois disseram por completo adeus à aventura espacial como se tivesse bastado e sobejado as emoções do voo de 16 a 24 de Julho de 1969 que lhes permitiu permanecer num total de 21 horas, 36 minutos e 21 segundos no solo lunar.

Há dez anos, no dia 20 de Julho, o homem pisava pela primeira vez o solo lunar

Neil Armstrong, professor de Engenharia na Universidade de Cincinnati (Ohio) desde 1971, continua a manter a sua posição crítica na apreciação do programa espacial americano tal como se apresenta actualmente. Ainda há pouco tempo considerou-o pouco dinâmico em relação ao programa. «Homens na Lua» do presidente Kennedy.

O comandante da missão «Apolo - 11» é director de várias companhias de pequena dimensão e aparece regularmente em fotografias publicitárias duma importante marca de automóveis.

Edwin Aldrin, o único dos três que sofreu as consequências da celebridade (depressão, alcoolismo) divorciou-se entretanto e dirige um gabinete de consultores de engenharia em Los Angeles.

Dos doze homens que caminharam na Lua ou descreveram órbitas em volta do satélite terrestre ao longo de seis missões lunares americanas, apenas dois, Alan Bean e John Young, continuam a pertencer ao quadro dos astronautas. Young, chefe do gabinete dos astronautas na NASA, será inclusivamente o comandante de bordo no primeiro voo experimental do «vai-vem» especial programado para o próximo ano.

Quanto aos restantes sete dedicaram-se aos negócios — um, já é milionário; outro, John Glenn, é senador do Novo México; outro é director duma fundação evangélica e outro ainda é professor.

A acção do sionismo

Em tempos o «New York Times» publicou um artigo assinado por Edgar Bronfman que propunha a criação de um bloco militar no Próximo Oriente — o METO — com Israel e Estados Árabes.

Bronfman é um dos chefes sionistas mais conhecidos, presidente da filial norte-americana do Congresso Mundial Judaico. Esta ideia foi agora retomada por certos círculos norte-americanos com a ajuda do acordo separado egípcio-israelita, apesar de veementemente condenado pelos povos árabes.

Não é esta a primeira vez que o sionismo inspira as acções do imperialismo mundial. Nos Estados Unidos, os sionistas e as suas organizações controlam grande número de órgãos de informação.

Organizações como «Congresso Judeu Americano», «Organização Sionista da América», «Federação Sionista Americana», «Apelo Judeu Unificado» e outras dedicam-se a influenciar a política externa dos Estados Unidos. O comité para as relações americano-israelitas que recebeu o nome de «lobby sionista» possui , como testemunha a revista «Atlantic», a lista dos «contactos chave» para cada um dos membros do Congresso.

São igualmente significativos os seus métodos de acção. A «mobilização da opinião pública», por exemplo, é assegurada através dum sistema chamado «banco telegráfico». Utilizando este sistema, as organizações sionistas enviam telegramas a expensas e em nome dos seus membros. Por exemplo, quando a lobby sionista dos Estados Unidos se levantou contra a declaração comum soviético-americana sobre o Próximo Oriente, com data de 1 de Outubro de 1977, milhares de «telegramas de protesto» foram expedidos para a Casa Branca.

Outra arma utilizada pelos sionistas é a acusação de anti-semitismo a todos aqueles que têm uma atitude negativa para com a política de Telavive. O lobby pró-israelita aplica como o testemunha. A. Cordsman, antigo secretário dos serviços especiais do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. «argumentos sobre o anti-semitismo e uma nova catástrofe mundial como uma espécie de matraca moral», em resposta a qualquer crítica que seja dirigida aos círculos dirigentes israelitas. É desta maneira que se garante uma «atitude particular» em Wasgingon para com Telavive.

Apenas nestes últimos quatro anos, a ajuda militar e económica concedida pelos Estados Unidos aos círculos dirigentes de Israel elevou-se a 10 biliões de dólares, quer dizer, mais do que a qualquer outro país. O orçamento americano deste ano prevê para o governo de Telavive 42% da sua ajuda externa, 48% dos créditos para compra de armamento e 56% de todos os subsídios militares dos Estados Unidos a estados estrangeiros.

O sionismo é ainda uma das formas de racismo e discriminação racial. É nessa conta que o tem a Assembleia Geral da ONU. Esta dedução assenta sobre grande número de provas. Repressão, exílio forçado, destruição de casas, detenções e prisão: eis a sorte dos árabes que vivem nos territórios ocupados por Israel. Cerca de 20.000 casas de palestinianos foram destruídas desde Julho de 1967. Mais 150 localidades semi-militares foram criadas pelas autoridades israelitas nas terras «limpas».

A violação dos direitos do homem nos territórios ocupados atingiu tal grau que o Departamento de Estado Americano foi obrigado a reconhecer estes factos no seu relatório anual apresentado ao Congresso. Com base em declarações dum antigo funcionário do consulado americano em Israel, A. Johnson, o «Washington Post» revelou que só em 1978, as autoridades de ocupação prenderam e interrogaram mais de 1600 palestinianos.

Por outro lado os territórios árabes ocupados são geridos como colónias. funcionando como fornecedores de mão-de-obra barata. Os dados oficiais confirmam uma substancial diferença nos salários dos operários israelitas (no seio dos quais os círculos dirigentes tentam formas uma espécie de aristocracia operária) e dos palestinianos.

Israel não se tornou também a «terra prometida» para todos os judeus, como propagandeou o sionismo. Pouco mais de 10.000 famílias açambarcam cerca de metade da receita nacional do país. Simultaneamente pelo menos um terço da população israelita vive «abaixo do nível de pobreza», segundo as próprias autoridades de Telavive.

No livro «O sionismo contra Israel», o antigo sionista N. Weinstok fala de discriminação e da divisão dos israelitas tanto por critérios de classe, como pela origem. A burguesia, os quadros dirigentes, os burocratas e os operários altamente especializados são ashkenazim e vieram dos países ocientais. Os trabalhadores manuais, a mão-de-obra não qualificada são recrutados entre os sephardim, originários dos países orientais, ou os árabes.

Sendo assim, aqueles que emigram para Israel caem numa situação difícil. S. Markus, chefe do gabinete que representa em Tel-Aviv os interesses das organizações sionistas de vários países, escreveu no «Jerusalém Post» que a maior parte dos emigrantes são obrigados a passar um ano ou mais em campos especiais completamente inadequados a uma vida normal. As autoridades de Israel, sublinhou, esforçam-se por atrair novos emigrantes através de generosas promessas que, na realidade, nada valem.

A imprensa ocidental escreve que os Judeus dos países socialistas que morderam o anzol da propaganda sionista têm uma sorte particularmente triste. Segundo o «Washington Post», um em cada dois destes judeus encontra-se numa situação material difícil.

Nada é pois de espantar que milhares de pessoas deixem Israel. É facto significativo que um terço daqueles que abandonam este país sejam jovens com menos de 30 anos de idade ou autóctones.

(NOVOSTI)

ÁSIA

IRÃO

Governo desiste da destituição de comandante da PM

O Governo Provisório do Irão, que tentou demitir um polémico comandante da polícia militar na segunda-feira, teve que se submeter a uma decisão do «ayatollah» Ruhollah Khomeiny para que ele continue no seu posto.

O chefe de Estado não oficial obrigou ontem o Governo a desistir da destituição do general Saif Amir Rahmi, que desafiou a ordem de o demitirem afirmando que tinha 7 mil homens armados à sua disposição e era mais forte do que o ministro da Defesa, Taqi Riahi.

O ministro que ordenou a destituição do general Rahimi, declarou que «a decisão do imã Khomeiny está acima de mim e do Governo e eu obedeço às suas ordens».

O Executivo quis demitir o comandante da polícia militar, após o general Rahimi revelar a existência de uma conspiração militar a alto nível para enfraquecer a revolução.

A crise serviu para ilustrar de novo o poder supremo do «ayatollah» Khomeiny no Irão, onde o Conselho Revolucionário dispõe de veto sobre o Governo Provisório não eleito.

O homem que tentaram demitir é um disciplinador rigoroso, que jurou punir severamente os oficiais que alegou conspiravam contra ele.

O general Rahimi, é um defensor enérgico do desarmamento de grupos paramilitares, que continuam a conservar as armas que confiscaram ás forças do xá, na revolução de Fevereiro.

Contudo, como um antigo preso político do xá, Rahimi conta também com o apoio de membros do clero, que ocupam o poder, e das forças populares, que ajudaram a depor a monarquia.

GRUPO REIVINDICA SABOTAGENS NO CUZESTÃO

Um grupo clandestino anteriormente desconhecido, intitulando-se «Quarta-Feira Negra», reivindicou hoje a responsabilidade pela sabotagem de condutas petrolíferas na província do Cuzestão, no Sul do Irão.

Fontes árabes do porto de Khorramshahr, no golfo Pérsico, afirmaram que panfletos distribuídos hoje na cidade diziam que o grupo tinha feito explodir as condutas há três dias, em protesto contra a repressão da população minoritária árabe da região.

As mesmas fontes revelaram que o nome «Quarta-Feira Negra» se referia ao último 30 de Maio, quando árabes em luta pela autonomia tiveram recontros com milícias persas na região de Khorramshahr.

O número de mortes nesses combates foi calculado entre 100 e 200.

A região tem-se mantido tensa, desde então, com as autoridades iranianas afirmando que os iraquianos estão a passar armas, através da fronteira.

Dezenas de milhares de árabes desfilaram hoje pelas ruas de Khorramshahr apelando para a demissão do governador geral do Cuzestão, contra-almirante Ahmad Madani, que comandou forças governamentais durante o levantamento de Maio.

As fontes árabes disseram que os guerrilheiros reivindicavam ainda a responsabilidade por ataque, a noite passada, contra dois navios, no molhe de Khorramshahr. Um deles, um navio almirante da India, ficou gravemente danificadão a passar armas, através da fronteira.

Dezenas de milhares de árabes desfilaram hoje pelas ruas de Khorramshahr apelando para a demissão do governador geral do Cuzestão, contra-almirante Ahmad Madani, que comandou forças gover namentais durante o levantamento de Maio.

As fontes árabes disseram que os guerrilheiros reivindicavam ainda a responsabilidade por ataque, a noite passada, de Khorramshahr. Um deles, um navio almirante da India, ficou gravemente danificado, disseram.

Os estabelecimentos do porto estão encerrados há dois dias.

Os manifestantes árabes pediram hoje uma Assembleia Constituinte de plenos direitos, que protegesse os direitos das minorias nacionais do Irão.

NOVO REGULAMENTO PARA SENTENÇAS DE MORTE

As sentenças dos tribunais revolucionários iranianos, só deverão ser executadas após um prazo de 10 dias a contar da data da sentença, segundo revelou hoje a rádio iraniana, aludindo a um «novo regulamento».

Em aplicação desse regulamento, um soldado condenado à morte pelo Tribunal Revolucionário de Arabil, a 730 quilómetros para norte de Teerão, só poderá ser executado depois desse prazo, acrescentou a rádio.

Esse prazo permitirá ao procurador-geral de Teerão confirmar ou infirmar a sentença. Antes deste novo regulamento, as execuções seguiam-se imediatamente à sentença.

Nixon visita o xá

O antigo presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, parte amanhã à tarde para o México onde vai avistar-se com o xá do Irão.

Richard Nixon partirá de Los Angeles para a cidade do México a bordo de um avião das linhas aéreas mexicanas.

No passado dia 4 de Julho, Nixon declarou desejar avistar-se com o xá porque «se os Estados Unidos não apoiam os seus amigos quando estão em dificuldades, vamos acabar sem amigos».

O antigo presidente tenciona regressar na sexta-feira aos Estados Unidos – referiu a mesma fonte, acrescentando que Nixon anseia por ter uma «reunião proveitosa» com o antigo dirigente iraniano.

Na foto podem ver-se Nixon e o xá nos seus «bons tempos», durante uma visita que o então presidente norte-americano fez ao mais fiel dos seus aliados. Entre os sorrisos de então e a actual «reunião proveitosa» estão o escândalo Watergate que levou à demissão de Richard Nixon e a insurreição das massas iranianas dirigidas por Khomeiny que empurraram Reza Pahlavi para o exílio, primeiro no Egipto e agora no México.

China controla nascimentos

A China adoptou novas medidas a fim de favorecer o controlo dos nascimentos, anunciou ontem a agência Nova China.

Estas medidas – atribuição de prémios e melhores habitações para as famílias que tenham um único filho e de «pontos de reforma» para as famílias sem filhos – são aplicadas na cidade industrial de Tianjin, no norte da China, precisa a agência.

Desde o início do ano que as 28 mil famílias da cidade com um único filho receberam todos os meses um prémio mensal de cinco yuan. Este é pago até ao momento em que a criança fizer quinze anos e estas famílias têm o mesmo tipo de habitação que as famílias de duas crianças.

A atribuição de «pontos de reforma» às pessoas sem filhos visa fazer nascer um sentimento de segurança nas pessoas idosas: na sociedade tradicional chinesa, a segurança material da velhice era um dos motivos pelos quais os chineses tinham inúmeros filhos, afirma a Nova China.

Cuba disposta a lutar no Vietname

O vice-presidente cubano, Carlos Rafael Rodriguez, afirmou na terça-feira que Cuba dará o seu apoio total ao Vietname se a China atacar novamente este país.

Rodriguez, que se encontra de visita à India, desmentiu a presença de tropas cubanas no Vietname mas afirmou que «enviaremos homens, mulheres e crianças cubanos para combater ao lado dos vietnamitas, se eles o pedirem».

O dirigente cubano declarou, por outro lado, que as tropas cubanas seriam retiradas de Angola e da Etiópia logo que os dois países estejam aptos a defender-se a si próprios.

Nós não interviemos em Angola e na Etiópia, apenas enviámos tropas para ajudar governos na luta pela sua libertação nacional» – sublinhou.

O dirigente cubano conferenciou já com o primeiro-ministro, Morarji Desai, e teve duas sessões de conversações com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Atal Vajapayee, durante esta visita.

Crise política na Índia

Uma crise política, a mais grave desde que Morarji Desai chegou ao Poder, há 27 meses, abala a India, na sequência das alterações das relações de força ocorridas no seio do Parlamento, após a saída de 27 deputados do Partido Janata.

Tal deserção reduziu para 273 o número dos lugares da formação governamental que, desta forma, se arrisca a tornar-se minoritária na Câmara Baixa. Com efeito, o Janata dispõe agora aí de apenas 4 votos de maioria nessa Câmara, que conta 538 membros.

Os dissidentes, chefiados por Raj Narain, antigo ministro da Saúde, constituíram um novo grupo do seio da oposição sob o nome do Partido Janata Secular. Dos 27 deputados do Janata, dois integraram-se, ontem, no Partido do Congresso Oficial.

Este é agora, com 75 membros, o primeiro partido da oposição parlamentar, ocupando o lugar do Partido do Congresso de Indira Gandhi, que acaba de sofrer graves revezes. A formação do antigo primeiro-ministro passou, com efeito, de 81 para 70 lugares na sequência duma série de abandonos.

Nuna conferência de Imprensa, dada ontem em Nova Deli, Narain indicou que esperava novas deserções, dando a entender que a queda do Governo Desai era, agora, previsível.

Morarji Desai poderá vir a ter dificuldades devido à «deserção» de uma parte dos deputados do seu partido

MÉDIO ORIENTE

Conversações Sadate/Begin

O presidente Sadate do Egipto e o primeiro-ministro israelita Menahem Begin tiveram ontem à noite em Alexandria um primeiro encontro sobre o qual foi observado o mais completo silêncio.

Os observadores desconhecem quais os resultados a que se chegou para o desbloqueamento das negociações sobre a autonomia dos palestinianos e de Gaza.

Ontem o quotidiano cairota, «Al Akhbar» revelou que existia um plano dos Estados Unidos, da União Soviética, da Áustria e da Roménia, para levar Israel e a OLP a tornarem mais flexíveis as suas posições respectivas. O encontro do chanceler austríaco Bruno Kresky, com o dirigente da OLP, Yasser Arafat, em Viena no passado fim-de-semana seria uma etapa deste plano. A próxima surgiria, em Agosto, com a visita do presidente romeno à Síria. Enquanto isto as conversações de Yasser Arafat com o chanceler Kreisky e Will Brandt. são consideradas pelos observadores em Beirute, não só como um êxito para a resistência palestiniana mas também como uma possível abertura para novas diligencias com vista à resolução do problema do Médio Oriente.

O dote e a morte

Mais três pessoas foram detidas pela polícia em Nova Deli por terem morto uma rapariga por causa do enxoval.

As autoridades de Bhagtaha, no Punjabi, prenderam o marido de Mhinder Singh, de 20 anos, a sua mãe e o seu irmão por terem morto a noiva à pancada, pois a família desta não tinha entregue um dote considerado satisfatório.

A polícia referiu que a família da noiva tinha gasto 312.500 escudos num enxoval de roupas, móveis, louças e utensílios.

Segundo a Polícia, centenas de jovens, em Nova Deli têm sido assassinadas pelo facto das famílias dos noivos acharem o dote demasiado pequeno.

Os enxovais foram proibidos em 1961 por uma lei antidote que estipula que os bens materiais que uma noiva leva consigo são de sua pertença.

Fornecer ou aceitar um enxoval pode ser punido apenas no caso da noiva apresentar queixa.

Coreia do Norte rejeita conversações tripartidas

A Coreia do Norte rejeitou hoje a ideia de conversações tripartidas (com a Coreia do Sul e os Estados Unidos) sobre o tema da reunificação.

Segundo a agência norte-coreana «KCNA», em informação recebida na capital japonesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros publicou uma declaração em Pyongyang denunciando a proposta feita nesse sentido em 1 de Julho por ocasião da visita do presidente Carter a Seul e que consta do comunicado conjunto americano-sul-coreano.

Nos termos da declaração norte-coreana, tal encontro a três é «absolutamente impossível». «Por que razão iriam os Estados Unidos participar no diálogo entre os coreanos sobre a reunificação da Coreia?» – interroga o Ministro dos Negócios Estrangeiros considerando que a participação americana seria «uma ingerência nas nossas questões internas».

O texto deixa todavia a porta aberta a um «diálogo com as autoridades, os partidos políticos e as organizações sociais da Coreia do Sul».

Ministros discutem em Jacarta preço do estanho

Os ministros dos principais países exportadores de estanho – Malásia, Bolívia, Indonésia, Tailândia, Zaire, Austrália, e Nigéria – reuniram-se hoje em Jacarta com vista a proporem um preço oficial mais elevado antes de negociarem com os seus consumidores, na próxima semana.

Os controlos internacionais sobre os preços do estanho não funcionam desde Janeiro de 1977, data em que as reservas criadas pelo Conselho Internacional do Estanho, foram todas vendidas. Actualmente, o preço do mercado está dezasseis por cento acima do máximo oficial.

O Conselho Internacional do Estanho que associa países produtores e consumidores, reúne-se em Londres na próxima terça-feira.

Sismo na China

Um tremor de terra foi registado na passada segunda-feira na província oriental de Jiangsu, em Liyang, causando onze mortos – anunciou hoje a Agência Nova China.

O sismo atingiu uma intensidade de seis graus na escala de Richter (que vai até 9), precisou a agência.

SÍRIA

Novos incidentes com a "Irmandade Muçulmana"

Pelo menos 22 soldados sírios foram mortos, quando tentavam prender seis homens, relacionados com o massacre do mês passado, no norte da Síria, de cadetes do exército. anunciou hoje um líder muçulmano.

Mohammed Abdel-Rahman Al-Khalifa, chefe do ramo jordano da Irmandade Muçulmana, afirmou que o tiroteio teve lugar em Aleppo, a nordeste de Damasco, poucos dias após mais de 50 estudantes terem sido assassinados, numa academia de artilharia da cidade.

A Síria responsabilizou oficialmente a «irmandade» pelo massacre e executou, mais tarde, 15 membros da organização, sob acusações de cometerem assassínios e atentados bombistas.

Khalifa, um advogado de 59 anos, afirmou que a recente violência na Síria era resultado da hostilidade crescente entre a maioria muçulmana sunita e o regime do presidente Hafez Al-Assad, que seria apoiado principalmente pela seita Alauita.

Disse que o último recontro teve lugar quando oficiais dos serviços secretos sírios cercaram, em Aleppo, seis sunitas armados.

Khalifa revelou que membros da «Irmandade» tinham reagido violentamente, em casos isolados, mas que a organização nunca tinha ordenado oficialmente actos subversivos.

EUROPA

Telefoto UPI/ANSA

Catástrofe ferroviária em Napoles

Dezoito mortos e 60 feridos é o balanço ainda provisório da catástrofe ferroviária que se deu ontem à tarde perto de Nápoles, entre dois comboios das linhas periféricas que chocaram de frente a grande velocidade.

O acidente produziu-se junto ao Vesúvio num local mundialmente conhecido da baía de Nápoles. Nesse troço a linha que diariamente transporta milhares de operários tem uma única via.

Um membro das equipas de salvação explica: «Um dos comboios entrou na via sem ter visto o sinal vermelho.» Mas será difícil determinar qual dos dois condutores se enganou. Cada um dos comboios tinha uma locomotiva eléctrica e seis carruagens completamente cheias de passageiros.

O comboio proveniente de Nápoles ficou literalmente enfiado no que se deslocava em sentido contrário. Quando as equipas de salvamento chegaram tiveram muitas dificuldades a retirarem os feridos e os mortos.

A maior parte das carruagens viraram-se e foram precisos maçaricos para socorrer os passageiros, todos de nacionalidade italiana e habitando nas pequenas localidades vizinhas.

Algumas horas depois do acidente, o balanço era oficialmente de 18 mortos. Mas poderá tornar-se ainda mais pesado, segundo os bombeiros que ainda estão a tentar retirar os passageiros bloqueados nas carruagens.

Suspensão do diálogo OPEP/CEE

O diálogo entre a Organização dos Países Exportadores Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a CEE encontra-se suspenso, na sequência de declarações de Guido Brunner, comissário europeu encarregado do sector da energia.

A OPEP, fez saber à Comunidade Europeia que o segundo encontro entre o seu Comité estratégico e os nove países do Mercado Comum, previsto para Outubro, não se realizaria.

O primeiro encontro OPEP/CEE decorreu em 30 de Junho passado em Londres.

Nas suas declarações, proferidas na quinta-feira, passada ao «Herald Tribune», Brunner tinha dito que a CEE não podia aceitar a política adoptada pela OPEP, de penúria controlada de petróleo, provocando uma tendência para o aumento contínuo dos preços e ameaçando o crescimento económico mundial.

Brunner tinha qualificado essa política da OPEP de «Brinkmanship Económico», isto é «uma política que passa constantemente ao lado da catástrofe sem cair nela». Se os países da OPEP, acrescentou Brunner, se enganarem nos seus cálculos sobre o défice de petróleo, corre-se o risco de se cair numa catástrofe à escala mundial causando uma grave recessão económica, uma desestabilização do sistema monetário internacional e um desemprego que poderão provocar graves conflitos sociais».

Os dirigentes da OPEP, também estão descontentes com as fugas cometidas em Bruxelas, sobre o lançamento dum Fundo Europeu de 2,77 mil dólares, destinado a poupar energia e a desenvolver energias de substituição.

GRANDES CIDADES

FÉRIAS 79

CIDADES E CAPITAIS

- LONDRES — 3, 4, 7 e 8 dias
- PARIS — 4 ou 7 dias
- MADRID — 3 ou 7 dias
- SEVILHA — Fins de semana
- ROMA E ATENAS — 8 dias
- AMSTERDÃO E ZURIQUE — 7 dias
- AMSTERDÃO E FRANCFORT — 7 dias
- TANGER ou CASABLANCA — 3, 6 ou 10 dias

PAÍSES VÁRIOS

- EGIPTO — Cairo, Luxor e Assuão, 8 dias.
- ISRAEL — 7 dias
- GRÉCIA E TURQUIA — 9 dias
- POLÓNIA, RÚSSIA, HUNGRIA E CHECOSLOVÁQUIA — 14 dias.

INFORMAÇÕES E RESERVAS

VISA

LISBOA R Rodrigues Sampaio, 43 T 58874/5
ESTORIL Edifício Hotel Cibra T 2681811
FARO R Conselheiro Bivar, 58. T 22908
LOULE Pr da Republica, 24 T 62375
PORTO Rua Jose Falcão, 82 T 310533

TURI

LISBOA — Turivisa — Av Almirante Reis, 215-B Tel 886559
ALGES — Turigés - Av Bombeiros Voluntários, 117 Loja AC1 Tel. 2102744
BARREIRO — Turibarre — Tr. da Graça, 5 Tel. 2078005/6/7
SETÚBAL — Turimundus — Av. Rep. da Guiné-Bissau, 16 Tel. 29486, 20271
PORTIMÃO — Turinfante — Av. S. João de Deus, Loja B Tel. 24163/4/5

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OEIRAS

3.º JUÍZO

ANÚNCIO

2.ª Publicação

Proc. n.º 35/79

2.ª Secção

Ficam citados os réus José Luís Gomes Martins de Mesquita, solteiro, maior; e Laura Teixeira, casada, ambos com residência na Rua Presidente Arriaga, 40-3.º em Lisboa, para comparecerem pessoalmente ou se fazerem representar por procurador com poderes especiais para transigir, neste tribunal, no dia **nove de Outubro de 1979, pelas doze horas,** a fim de ter lugar a tentativa de conciliação determinada pela alínea a) do artigo 972.º do Código de Processo Civil, designada nos autos de Acção de Despejo que lhes move João Manuel do Rosário, residente em Venda Nova, e ainda para, no prazo de cinco dias a contar da tentativa de conciliação e no caso de esta se frustrar, contestar, querendo, a referida Acção, pelos fundamentos constantes da petição inicial, sob pena de condenação no pedido.

Oeiras, 2 de Julho de 1979

O Juiz de Direito,
(Luís Flores Ribeiro)

O Escrivão de Direito,
(Joaquim Matoso Carreta)

GRÃ-BRETANHA

Governo propõe reforma dos sindicatos

O Governo conservador apresentou ontem à Câmara dos Comuns uma série de projectos destinados a reduzir os poderes dos sindicatos, cumprindo assim uma das promessas do seu manifesto eleitoral.

As medidas propostas dizem respeito, nomeadamente à limitação do monopólio de contratação, em certos sectores industriais, o reforço da protecção aos não sindicalizados e a limitação dos piquetes de greve secundários.

Várias outras medidas visam encorajar os sindicatos a fazerem votações secretas nos momentos de conflito.

Os meios patronais e sindicais reagiram à publicação destes textos. O director-geral da Confederação da Indústria Britânica (GBI), sir John Methymem, lembrou que a CBI «não desejava a transformação do sistema actual de relações industriais num quadro legal rígido». «Do que nós precisamos, acrescentou, é de alterar na lei o que é profundamente inadequado».

Por seu turno, o Sindicato dos Funcionários do Sector Público, (NUPE) declarou-se através do seu presidente, Alan Fischer, «firmemente decidido a opôr-se a qualquer ingerência do Governo nos assuntos do sindicato».

Desde o passado fim-de-semana, o Comité Executivo do Sindicato dos Transportes (TGWU) com mais de dois milhões de aderentes, também reafirmou a sua oposição a qualquer tentativa de reforma da parte do executivo conservador.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latian e Reuter

AMÉRICA LATINA

Somoza abandona hoje a Nicarágua?

O general Anastasio Somoza, os seus familiares e amigos íntimos, seriam evacuados esta madrugada de Manágua pelos helicópteros e fuzileiros norte-americanos que se encontravam no Aeroporto Llano Grande, na cidade de Libéria, a uns 60 quilómetros da fronteira nicaraguense.

A operação estaria prevista para ser dentro de uma semana, mas dois factos poderiam antecipá-la para hoje: os Estados Unidos aceitaram a actual composição da Junta Provisória de Governo nomeada pelos sandinistas e o Congresso da Costa Rica negou a autorização para que os militares norte-americanos permanecessem no território costa-riquense.

O Ministério costa-riquense do Interior comunicou à Embaixada Norte-Americana em San José que tinha um prazo de 24 horas para retirar os militares, equipamento aéreo e de telecomunicações do país.

Aparentemente, as acções militares na Nicarágua estagnaram ontem, pois os sandinistas estariam a considerar inútil continuar o derramamento de sangue, com uma solução do problema à porta.

A firmeza dos sandinistas e do Governo Provisório, levou os Estados Unidos a abandonarem a sua exigência sobre a inclusão de dois nomes conservadores no elenco governamental.

Os Estados Unidos aferram-se agora à indicação do comandante do Exército nicaraguense, e seria apresentada uma lista de nomes da oposição para ser escolhido o futuro chefe militar.

A Costa Rica converteu-se neste momento numa grande mesa de negociações entre o Governo Provisório dos sandinistas,o Panamá e os Estados Unidos.

Um porta-voz do Ministério costa-riquense dos Negócios Estrangeiros confirmou, ontem, que a saída do general Anastasio Somoza da Nicarágua é apenas uma «questão de horas».

FUSILEIROS DEIXARAM A COSTA RICA

Os dois helicópteros da Força Aérea de os 35 fuzileiros norte-americanos deixaram ontem a Costa Rica com rumo desconhecido, depois de o Congresso costa-riquense ter negado autorização para que permanecessem no país.

O Parlamento da Costa Rica, que não havia recebido a solicitação para a permanência dos militares norte-americanos no país, negou-a após um pedido a posteriori».

Um Hércules «C-130» levantou voo pouco antes das 21 horas tmG locais legando os aparelhos de telecomunicações e outros, e posteriormente partiram os dois helicópteros.

Uma fonte do Governo de San José revelou que os aparelhos chegaram à Costa Rica com a intenção de evacuar da Nicarágua o general Somoza, sua família e auxiliares directos.

O general Somoza seria levado para uma base militar norte-americana no Canal do Panamá e, posteriormente, seguiria para Miami ou Hawai.

AFRICA

"Linha da Frente" adverte Grã-Bretanha sobre Rodésia

Numa sessão plenária à porta fechada da Organização de Unidade Africana, reunida a nível ministerial, em Monróvia (Libéria) o ministro tanzaniano Ben Mkapa, advertiu a Grã-Bretanha de que o eventual levantamento das sanções contra a Rodésia por parte do governo britânico equivaleria a uma declaração de guerra contra os Estados da Linha da Frente.

MKapa salientou que a Tanzânia a Zâmbia, Moçambique, Angola e o Botsuana eram de opinião de que o levantamento de sanções é o mesmo que o reconhecimento diplomático de Muzorewa, o que consideram inaceitável.

Esta posição parece ser apoiada pela própria organização cuja reunião, segundo Peter Onu, porta-voz da OUA, está a preparar uma resolução «muito dura» sobre a Rodesia, condenando o Governo de Muzorewa e, ao que parece, advertindo a Grã-Bretanha contra o levantamento das sanções ou o reconhecimento diplomático do Governo de Salisbúria.

Entretanto, uma comissão de trabalho da OUA, começou a analisar um relatório da organização que acusa os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e Israell de apoiarem activamente o Governo sul-africano ao intensificarem as relações comerciais e militares com o regime de Pretória.

Um representante da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) afirmou por seu lado aos ministros presentes na reunião que o plano ocidental para uma solução negociada acerca da Namíbia «está morto e sepultado algures na África do Sul do apartheid». Hoje os ministros, vão abordar a discussão sobre o Médio Oriente e a questão palestiniana.

Muzorewa recebido por Carter

O primeiro-ministro rodesiano, Abel Muzorewa, será recebido hoje em Camp David, pelo presidente James Carter, no prosseguimento da sua campanha para pôr fim às sanções económicas internacionais contra a Rodésia havendo, no entanto, indícios de que pouco se poderá esperar quanto a melhoria de relações entre as duas partes.

Ambos os lados indicaram ontem que as suas posições se achavam muito separadas. A Casa Branca notou que a audiência seria curta e que Carter discutiria com o bispo Muzorewa as medidas necessárias para se conseguir mudanças internas na Rodésia.

O bispo Muzorewa rejeitou ontem, à noite, tal sugestão.

O bispo adiou a sua partida para Londres por 12 horas devido ao encontro com o presidente Carter e deverá agora seguir para a capital britânica, amanhã de manhã.

Skylab cai às cinco da tarde

Com a queda marcada para as 17 horas e dois minutos (hora de Lisboa), a Skylab iniciou a sua descida final em direcção à terra, começando a rolar e a oscilar na sua órbita às nove horas e 25 minutos (hora de Lisboa) – indicou o Centro Espacial de Houston que accionou os pequenos foguetões do controlo da posição do laboratório espacial às oito horas e 47 minutos (hora de Lisboa), na sequência da decisão da NASA em obrigar a Skylab a dar uma «cambalhota» para atrasar em cerca de 30 minutos a sua entrada nas camadas densas da atmosfera. Este atraso permitirá à nave espacial desintegrar-se quase de certeza sobre o oceano Índico e não sobre o Pacífico, como davam a entender os mais recentes dados acerca da órbita do laboratório.

A Skylab cujo destino após seis anos de viagem pelo espaço é desintegrar-se numa bola de fogo respondeu ao sinal de rádio enviado pela NASA para retardar a sua queda na superfície terrestre. A confirmação de que a nave tinha acusado a recepção do sinal foi dada, menos de uma hora depois, quando a Skylab passou ao alcance da estação de rastreio de Madrid.

Com esta nova alteração da velocidade da queda está, em principio, afastado o perigo de a nave cair nos Estados Unidos, Candá ou África Ocidental. «Estava fora de questão assumirmos esse risco. Só adiantámos a operaão de mudança de posição da nave, para ajustar a sua rota à longa faixa dos oecenanos, onde deve cair como tínhamos previsto», salientou Richard Smith, o director desta espectacular «operação-queda».

Apesar de todas estas correcções e de se avançar, como quase certeza, para o local da queda a imensidão do Índico, os técnicos ainda ontem admitiam que sabem tanto como o homem da rua sobre o local onde os restos da nave se vão despenhar.

Nesta antecâmara, que já ultrapassa os limites da ficção, de uma «guerra de estrelas», está prestes a ocorrer, envolto em fogo, o final de um pequeno monstro tecnológico, de três andares, com a altura de um prédio de nove andares, com seis anos e 57 dias de deambulação pelo espaço, com 75,5 toneladas de peso.

Ainda ontem, funcionários da NASA pensavam que a maior parte dos 500 pedaços da Skylab, que se espera sobrevivam à reentrada na atmosfera terrestre, cairiam inofensivamente nos oceanos Atlântico e Índico, falhando por pouco a África do Sul. Isso ocorreria se a nave reentrasse na atmosfera e começasse a desintegrar-se a meio do percurso.

Mais tarde mudaram de opinião, dizendo um informador da NASA que, a meio do percurso a nave semearia destroços ao longo de uma rota de sete mil quilómetros, desde a costa da África do Sul, através do oceano Índico, sobre o coração da Austrália e possivelmente da Nova Guiné.

Logo que atingiu as camadas densas da atmosfera, o que já ocorreu pelas nove horas, a nave começou a desintegrar-se e cerca de dois terços dela devem arder em consequência da fricção atmosférica.

Contudo, espera-se que sobrevivam as restantes 26 toneladas ou mais, na forma de pedaços, com um peso entre alguns quilos e várias toneladas, suficientes para abrir uma cova com metro e meio de largura e 30 metros de profundidade.

Entretanto, o Governo dos Estados Unidos anunciou que pagará quaisquer danos causados pela nave, de acordo com um tratado internacional, tornando países responsáveis pelos objectos que enviam para o espaço.

A «lixeira» do espaço: depois da queda do Skylab, ainda se manterão em órbita cerca de 11.300 destroços de naves espaciais e restos de viagens, incluindo naves inteiras. A maioria destes objectos cairá, cedo ou tarde, na terra. Na gravura, que reproduzimos da revista «Life», a luva que escapou ao astronauta Edward White em 1965, durante o seu «passeio» vê-se no primeiro plano. À sua esquerda, uma «Soyuz» soviética. O Skylab está representado à direita em baixo, com os seus painéis solares em cruz.

REACÇÕES ENTRE O HUMOR E O MEDO

Enquanto a NASA anuncia ter equipas de cientistas e advogados prontas a deslocarem-se a qualquer parte da terra para tratar de quaisquer reivindicações de danos ou vítimas resultantes dos destroços da Skylab, o mundo interroga-se perante a dúvida do local de queda das 75 toneladas prontas a cair do espaço em fogo. Se para uns é sinal de alarme, e para outros motivo de humor, para alguns, sobretudo norte-americanos, é imediatamente matéria de negócio.

Enquanto na Tailândia transeuntes interrogados sobre a queda responderam que gostariam de saber como poderia ser vendido um bocado do laboratório espacial, em Roma, em contrapartida, os trabalhadores dos hospitais tiveram que suprimir as folgas que porventura tinham marcado para hoje. No próprio Vaticano foram postos de prevenção os 12 bombeiros de serviço e foram requisitados todos os capacetes de metal da guarda suíça.

Em Espanha serão suspensos por meia hora os voos dos aviões que crusem a previsível trajectória da Skylab. Os voos procedentes de outros países em direcção a Espanha serão desviados com sufiente antecipação.

São várias as companhias de aviação comercial, do Japão à África do Sul que estão na disposição de cancelar os voos, caso os restos do laboratório orbital comecem a cair nas suas rotas.

Na Índia, milhões de fiéis rezam, enquanto o presidente Neelam Redy declara que a Skylab é um demónio de que só Deus pode salvar o povo. O ministro da Defesa da Indonésia, por seu turno, pavoneou-se imune a qualquer ataque do espaço. «Tudo está nas mãos de Deus».

Continua na pág 18

1855 dias

O Skylab terá vivido 1855 dias em órbita, quando se desintegrar, hoje, ao reentrar na atmosfera, depois de ter dado 34.981 voltas à Terra, segundo revelou a NASA.

O laboratório espacial de 80 toneladas recebeu três tripulações sucessivas de três astronautas, enquanto esteve em órbita. As tripulações viveram nele respectivamente, 29, 54 e 84 dias, sendo graças a ele que os americanos detiveram durante muito tempo o record mundial de permanência no espaço, pertencente à tripulação chefiada por Alan Bean. Viriam a ser batidos pelos soviéticos com o actual máximo de 100 dias no espaço, a bordo da estação Saliut-6.

Para um melhor conhecimento da primeira nave espacial que hoje em bola de fogo vai mergulhar no oceano Atlântico, segue-se uma cronologia da sua existência:

14 de Maio de 1973 – o «Skylab» é lançado sem tripulação do Cabo Kennedy pelo foguetão Saturno-5 para uma órbita de 433 quilómetros de altura. Na subida, sofre alguns danos num escudo contra meteoritos e num painel solar.

25 de Maio de 1973 – Os astronautas Charles Conrad, Joseph Kerwin e Paul Weitz são lançados para o espaço e conduzem a sua nave «Apolo» para um encontro e acoplagem com o «Skylab».

7 de Junho de 1973 – Conrad e Kerwin efectuam um passeio no espaço, libertam o painel solar obstruido e salvam o projecto de 2.600 milhões de dólares.

22 de Junho de 1973 – Os astronautas deixam o «Skylab» em órbita e regressam à Terra.

28 de Julho de 1973 – Os astronautas Alan Bean, Owen Garriot e Jack Lousma partem para o laboratório espacial.

25 de Setembro de 1973 – Os mesmos astronautas regressam à Terra, depois de terem passado 59 dias no espaço.

16 de Novembro de 1973 – Os astronautas Gerald Carr, Edward Gibson e William Pogue, partem para uma acoplagem com o «Skylab».

8 de Fevereiro de 1974 – Os astronautas fecham o «Skylab» e regressam à Terra, depois de passarem 84 dias a bordo. Antes de partirem, colocam a estação numa órbita de 455 quilómetros de altura que deveria manter-se até 1983.

Outubro de 1976 – A órbita do «Skylab» desceu para 410 quilómetros e a agência espacial norte-americana NASA estuda a hipótese de enviar para o espaço astronautas que recoloquem a nave na órbita inicial.

Novembro de 1977 – É feito um contrato para a construção de um foguetão de controle à distância para ser utilizado pelos astronautas do «Space Shuttle» a fim de empurrar o «Skylab» para uma órbita mais alta.

Fevereiro de 1978 – O «Skylab» desce a um ritmo mais rápido do que o previsto e os responsáveis dão-lhe apenas 50 por cento de hipóteses de se salvar.

11 de Junho de 1978 – O «Skylab» é orientado noutra direcção de modo a reduzir a pressão atmosférica responsável pela sua queda.

Dezembro de 1978 – Os esforços para salvar o «Skylab» são abandonados quando se torna evidente qye o «Space Shuttle» não estará em funcionamento a tempo de chegar à estação espacial.

11 de Julho de 1979 – Espera-se que o «Skylab» saia de órbita e atinja a Terra.

Talvez uma nuvem de fumo

Duda Guennes

De toda essa **skynovela** produzida e alimentada pela NASA uma coisa é certa: o Skylab vai mesmo cair. Onde? Quando? Não sei! Se cairá (talvez a esta hora já tenha caído. No momento que escrevo ainda impera a expectativa) como um bloco monolítico ou numa pulverizada chuva metálica é problema de somenos. Espero que não seja na minha cabeça nem na «tola» do querido leitor. Mas bem que podia calhar de ser no «bunker» do Somoza. Exactamente no «bunker» do «Tachito» Somoza, para que ele abandone de vez o **tacho familiar** e deixe o povo da Nicarágua viver em paz e liberdade.

Outra coisa é certa: a NASA que não brinca em serviço sabe fazer de um facto qualquer, quer seja a subida ou a queda de um foguetão, um acontecimento festivalesco. Uma badalada fofoca, que não deixa de ser propaganda e muito bem feita, movimentando a opinião pública mundial para um feito seu. Discute-se, analisa-se, palpite-se; sobretudo fala-se no assunto.

Toda essa badalação em torno da queda do Skylab fez com que a Bolsa de Aposa de Apostas de Londres passasse a viver o seu período mais movimentado dos últimos anos, com todos querendo arriscar um dinheirinho na previsão da sua esperada e anunciada queda. Interesse tão grande que conseguiu bater o «record» da última Taça do Mundo de Futebol na Argentina ou a chegada (ou não) do homem à Lua em 1969.

As possibilidades da queda do Skylab são inúmeras e a Bolsa de Apostas de Londres permitiu as mais diversas variações em torno do tema. Pode-se apostar no local em que a estação orbital deverá cair, quantas pessoas irá matar, quais os estragos que serão produzidos, cairá (ou já caiu) no Hemisfério Sul ou Norte, de dia ou de noite. São ao todo 13 quesitos (tal e qual o Totobola), e quem for «totalista» ganhará nada mais nada menos do que uma importância equivalente a 6 milhões de dólares; aí pelos 300 mil contos.

Talvez essa **skynovela** seja apenas uma cortina de fumo para encobrir uma outra novela. E essa bem mais trágica. Actualmente há três satélites americanos do tipo nuclear em órbita em torno da Terra. Um deles carrega urânio como combustível e os outros dois levam cargas de plutónio – material que tem a vantagem de perder seu potencial radiactivo em (apenas) 88 anos.

Em 1964, um satélite de espionagem americano com carga de plutónio – o SNAP-9-A – desintegrou-se, espalhando seu combustível atómico pelas altas camadas atmosféricas. Depois, quando o Apolo 13, que devia ir à Lua, retorrou logo depois do lançamento, os astronautas desceram de pára-quedas – e outra parte da nave afundou-se no Pacífico com um reactor de plutónio. Finalmente, um satélite meteorológico da série Nimbus caiu na costa da Califórnia, levando ao fundo também uma carga de plutónio. Nos casos da Apolo 13 e do Nimbus, porém, as cargas radioactivas acabaram por ser recuperadas intactas, para alívio dos responsáveis pela aventura espacial americana, para o meu alívio pessoal e o de toda a Humanidade, creio.

Mas, se por acaso, o Skylab cair directamente na cabeça de um parente seu, caro leitor, você irá receber por certo uma amável cartinha da NASA, a pedir-lhe desculpas, com o seguinte texto:

«Por favor aceite nossos pêsames pelo luto que sua família acaba de sofrer, durante a perda de uma das nossas estações espaciais. Quando o tempo tiver abrandado o choque desse infeliz acontecimento, talvez você possa reflectir que a probabilidade de alguém ser atingido por fragmentos da estação espacial era tão remota que chegava a ser, em termos práticos, impossível. Confiamos que, nos próximos anos, você se orgulhará do parentesco como um ser amado que superou chances impossíveis e pôs o nome da sua família no **Guinness Book of Records.**

Ironias à parte, mesmo que isso aconteça com um parente seu, leitor, acho que, em vez de procurar inscrever o nome do parente no livro, você deve é entrar com um pedido de indemnização contra a NASA por perdas e danos

Sobre Lisboa

O «Skylab» deverá ter passado sobre Lisboa entre as 14,30eas15 horas no sentido de Noroeste para Sueste – segundo o Serviço de Informação Aeronáutica do aeroporto de Lisboa.

Sabe-se já neste momento que a trajectória efectuada pelo laboratório espacial norte-americano irá dos 44,5 graus de latitude Norte e os 22,8 de longitude Oeste para os 35,7 graus N. e os 5,5 graus W.

A nave passará também sobre o arquipélago dos Açores dos 43,1 graus N e 41,4 W para os 33,8 N e 25,0 W, entre as 15h20 e as 16h00 de Lisboa, e ainda dos 33,8 N e 25,0 W para os 22,5 N e 12,3 W, entre as 15h24 e as 16h04 de Lisboa – de acordo com o mesmo serviço de informação.

Esta passagem acontecerá na órbita número dois. Ao atravessar o Atlântico Norte entra na Europa por Portugal, a sul de Lisboa, em direcção a Sevilha.

As grandes hipóteses da queda da nave espacial culminam na órbita quatro que tem início às 15h21 tmG, no Equador, com passagem pelo extremos noroeste dos Estados Unidos e queda final, retardada devido à «cambalhota», controlada pela NASA, nas águas do Atlântico Sul.

Entretanto as autoridades portuguesas mostram-se atentas à escassa possibilidade de os destroços do «Skylab» cairem sobre o nosso território. Assim, o MAI emitiu um comunicado em que informa estar o Governo em contacto permanente com as autoridades americanas e de outros países, ao mesmo tempo em que é determinado que desde as zero horas até às 24 horas de hoje, as forças de segurança e do Centro de Emergência do Serviço Nacional de Protecção Civil estejam de vigilância permanente.

Teka
LAVA-LOUÇAS em aço inox 18/10
poli

FABRICADO EM PORTUGAL POR
Teka-Portuguesa
FÁBRICA EM ILHAVO ESTRADA DA MOTA · TELEFS 25014/16/17
LISBOA AV BRASIL, 149-A/C · TELEFS 897166/69

ELECTRODOMÉSTICOS
SUPERMANOS

TUDO COM GARANTIA
OS MELHORES PREÇOS EM:
Frigoríficos, Máquinas de lavar roupa e louça, Televisores, etc.
LARGO DO MASTRO, 3 A 9 (ao Campo de Santana) LISBOA
AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 77-A — TELEF. 55 32 81 LISBOA
AVENIDA DA REPÚBLICA, 60-A — TELEF. 56 24 11 LISBOA

A BRONCA
DEU-SE...
Dezenas de preços de ALCATIFAS
vendidas ao desbarato
no Supermercado de Alcatifas
da Morais Soares
R. Morais Soares 54 Tel. 848948

Caminhos de Ferro Portugueses

LISBOA e PORTO → MADRID

★ PORTO P.	18,45	MADRID P.	23.15
LISBOA P.	21,10	LISBOA C.	9,45
MADRID C.	9,45	PORTO C.	13,00

★ em carruagem directa a partir de 24/6/79.
A partir de Lisboa e Madrid pode fazer-se acompanhar do seu automóvel, utilizando o serviço auto-expresso.
Consulte as Secções de Informações ou os cartazes afixados nas estações.

A DEMOCRACIA AMEAÇADA — II

A próspera Espanha empobrece

MADRID, 11 (Do nosso correspondente, Fernando Jauregui) — Se as autonomias — especialmente a do País Basco — constituem o problema político número um com que a Espanha actualmente se defronta, a situação económica é um factor de preocupação não menor. A próspera Espanha, que ocupa o posto número 11 entre os países industrializados do mundo, empobrece-se rapidamente. E todos, com os responsáveis da política económica do Governo à cabeça, reconhecem que os próximos quatro ou cinco anos vão ser muito duros.

Já ninguém pode pensar em taxas de crescimento como as que se vinham registando até agora. Vêm tempos difíceis para todos.» Esta declaração foi feita pelo vice-presidente do Governo e responsável máximo da economia oficial, Fernando Abril Martorell, um «tecnocrata» e amigo íntimo do presidente Suarez.

Há apenas duas semanas, Abril teve de reconhecer, perante a Imprensa espnhola, o fracasso parcial da sua política económica, baseada essencialmente em conter os preços abaixo de um índice de inflação de 11%. Já em Maio o índice superava os seis por cento. Dois dias depois, a OPEP aumentava, em Genebra, os preços do petróleo.

A subida dos combustíveis constituiu o princípio do fim: o último conselho de ministros realizado em Espanha não só autorizou um espectacular aumento do preço da gasolina e de outros derivados do petróleo (hoje o litro da super custa em Espanha 46 pesetas, mais que na maior pate dos países da CEE) como também de outros produtos e serviços, como os transportes aéreos e ferroviários, os de camionagem, o leite, e ontem subiu em 21% o preço da electricidade (subida que por certo terá a sua repercussão em Portugal, para onde a Espanha exporta uma boa quantidade de energia hidroeléctrica).

INFLAÇÃO RECORDE

Tudo isto significa, segundo fontes governamentais, que os planos económicos do governo, no que se refer à contenção de preços, estão desactualizados: a Espanha terá no fim do ano, dizem fontes realistas, uma inflação de cerca de 20%, ou seja aproximadamente o dobro da dos países do Mercado Comum.

Paralelamente, numerosas empresas entram em crise — cerca de mil entraram em falência este ano, só no País Basco — e a situação não fica por aqui: calcula-se que o número de desempregados é já de cerca de dois milhões, com especial gravidade na Andaluzia. Em cada mês cerca de vinte mil trabalhadores entram no desemprego.

Como consequência da situação económica e da insegurança social, o sector privado investe cada vez menos. O próprio «New York Times» publicava há dois dias uma notícia, segundo a qual os Estados Unidos investem mais em Espanha, com vista ao ingresso espanhol na CEE, que os próprios empresários espanhóis. Estes, num alarde de «patriotismo», promovem a fuga de capitais ou simplesmente investem em zonas mais rentáveis e com mão-de-obra mais barata, como a América do Sul.

A principal fonte espanhola de entrada de divisas, o turismo, sofreu este ano uma brusca recessão, como consequência dos aumentos de preços, da crise energética e das acções da ETA, que há uma semana assustou os turistas europeus com um série de explosões nas costas do Levante e de Andaluzia. O diário económico «Cinco Dias» calculava ontem uma grande descida na cifra de turistas que afluíram este ano a Espanha. Uma descida, segundo fontes do Ministério competente, que pode muito bem ser da ordem dos 40%.

MENOR CRESCIMENTO

Perante tudo isto, o Governo de Adolfo Suarez tenta reagir, apresentando ao país um programa económico de emergência que ainda não foi divulgado. Mas sabe-se que este programa tem um cariz realista, corrigindo as iniciais previsões para os próximos anos. Assim, o governo abandonou a ideia de conseguir um crescimento anual do produto nacional bruto de cinco por cento, contentando-se com dois por cento. Evidentemente, isto significa que os investimentos vão ser mínimos e que portanto o grande mal nacional, o desemprego, vai continuar, já que não parece haver outro remédio, segundo os responsáveis pela economia.

Não se passa um dia sem que as centrais sindicais e sobretudo as organizações empresariais se queixem amargamente perante esta situação. Agora, tanto trabalhadores como patrões parecem ter decidido empreender uma acção comum, à margem do governo, que permanece cada vez mais isolado: ontem mesmo, a «Superpatronal» que agrupa a maioria dos empresários espanhóis, firmou um acordo de «não agressão» com a central socialista UGT. Ambas as partes justificam o acordo «perante a grave crise que o país está a viver», mas, no fundo, existe também um desejo mútuo de marginalizar a central sindical comunista, Comissiones Obreras, que foi a que maior número de votos obteve nas últimas eleições sindicais.

As Comissiones Obreras convocaram para hoje uma paralisação de meia hora em todas as empresas do país, para protestar contra a situação laboral e a regulamentação que o governo quer dar às relações laborais, através de uma lei enviada ao Parlamento e conhecida como «O Estatuto do Trabalhador». A UGT, ao contrário das restantes centrais sindicais espanholas, não se juntou a esta convocatória de paralisação, alegando que é contrária à mobilização de massas nestes momentos.

Um membro da «Secção V», da ETA, pratica tiro com um revolver num esconderijo secreto algures no País Basco

O INGRESSO NA CEEE

A situação é, sem dúvida, preocupante para Adolfo Suarez, que não pode resolver a situação económica nos seus três anos de governo. Correm rumores, inclusivamente, de que o ministro da Economia, José Luis Leal, poderia apresentar a demissão por causa das suas cada vez maiores divergências com o «superministro» económico Fernando Abril.

Ante o crescendo de más notícias, o gabinete de Suarez apenas pode apresentar algumas declarações optimistas sobre um próximo ingresso na Comunidade Económica Europeia, ingresso que em Madrid se considera, sem que ninguém saiba muito bem porquê, como o remédio de todos os males. Nas últimas semanas, três altos dirigentes da CEE visitaram a Espanha. Um deles, Natali, teria declarado «off the record», que a Espanha ingressaria no Mercado Comum antes de Portugal. No entanto, o certo é que, economicamente a Espanha distancia-se cada vez mais da Europa.

"Skylab"

Continuação da pág. 17

afirmou. As estações de rádio suíças começaram a difundir programas de música, anunciando que só seriam interrompidos se houvesse possibilidades de a Skylab cair no seu país.

Na Grécia, um ministro do Governo declarou que «todos os voos poderão ser suspensos durante 30 minutos» no caso de a Skylab descer no seu território.

Na Checoslováquia, o jornal do Partido Comunista, tranquilizou os leitores escrevendo que tinham cinco vezes mais probabilidades de serem atingidos por um meteorito do que pelos fragmentos da Skylab.

O presidente do Gabão declarou esperar que a Skylab se despanhasse no deserto americano em vez de cair num local em que poderiam morrer vítimas inocentes.

Na Venezuela reina a tranquilidade. O Brasil admite a possibilidade de suspensão de todos os voos.

Em Londres, é estóica a reacção governamental. Desde que a Skylab não caia durante o chá das cinco, em Londres...

Em Bruxelas, as autoridades anunciaram que 1250 sereias públicas dariam o alarme uma hora antes de uma possível chuva de fragmentos da estação orbital.

Nos Estados Unidos vendem-se já «sprays» contra a Skylab, apólices de seguro e alvos de tiro Skylab. E brinca-se.

Na Austrália a Skylab foi vista ontem durante um minuto e meio.

Aniversário de S. Tomé e Príncipe

O cacau representa o principal produto de exportação da República de São Tomé e Principe que festeja amanhã o quarto aniversário da sua independência.

Numa produção que, segundo planos, deverá ser este ano de oito mil toneladas, o cacau ocupa mais de metade das terras cultiváveis, o que corresponde a 60 por cento do território nacional.

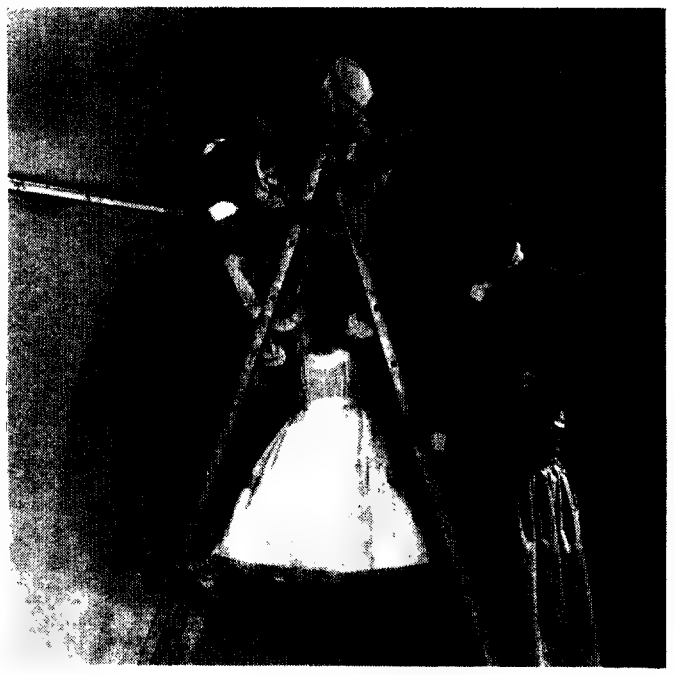
O café de São Tomé, inicialmente de excelente qualidade, foi piorando devido à antiguidade das plantações. As plantas jovens ainda não produzem e, por outro lado, ocupam ainda domínios muito reduzidos.

A agricultura é, em São Tomé, o principal nervo da economia. 80% das terras encontram-se hoje nacionalizadas.

As autoridades da jovem República procurám porém, diversificar a produção agrícola, principal nervo da economia deparando com o problema da ocupação dos solos. 40% das terras não são cultiváveis e o resto encontra-se já ocupado pelo cacau ou pelo café.

A criação de gado constitui também uma preocupação para as autoridades do país, onde há vários meses se regista uma vaga de peste suina, que vitimou já uma grande parte das cabeças de gado.

Os serviços do Ministério da Agricultura elaboraram um grande projecto que deveria permitir um consumo de um quilo de carne por pessoa e por mês e dez ovos na mesma proporção.



COMUNA ESTREIA 5ª FEIRA

"Guerra de Alecrim e Manjerona" com 12 canções inéditas de José Afonso

A «Comuna» estreia amanhã, às 21 e 45, ao ar livre, o seu novo espectáculo de teatro de pesquisa, «Guerras de Alecrim e Manjerona», de António José da Silva («O Judeu»), dirigido por João Mota. A parte musical está a cargo de José Luís Faro e inclui 12 canções originais de José Afonso.

Esta obra foi recentemente apresentada na Jugoslávia pela «Comuna», no Festival Internacional de Sibenik, onde a crítica da especialidade a considerou como um dos melhores espectáculos apresentados nesse festival, que teve a participação de grupos da Coreia, China, URSS, USA, Dinamarca. Itália, RFA, RDA, Polónia, Suécia, Zaire, Bulgária, Roménia, Noruega, França, Espanha, Checoslováquia e Holanda.

A «Guerra de Alecrim e Manjerona» será representada num recinto especialmente montado ao ar livre nos jardins do Casarão Cor-de-Rosa, na Praça de Espanha, até ao final do mês de Julho.

Os bilhetes estarão à venda na «Comuna» a partir de quarta-feira, ao preço único de 80 escudos, com descontos especiais para sindicatos, comissões de trabalhadores e de moradores, associações de estudantes, tal como habitualmente a «Comuna» tem feito.

"Lodo", de Alfredo Cortez e "Romance de Lobos", de Valle Inclan abrem a próxima época do D. Maria II

O Teatro Nacional D. Maria II vai abrir nos primeiros dias de Outubro a sua próxima temporada, com a apresentação da peça «Lodo», de Alfredo Cortez, numa encenação de Francisco Ribeiro.

«Lodo» – a segunda obra de Cortez – foi recusada por todas as empresas e representada, em récita única, por iniciativa do autor, no Teatro Politeama, de Lisboa, em 2 de Julho de 1923. Para esta representação reuniram-se elementos de várias companhias.

«O escândalo foi tremendo e o caso não era em verdade, para menos. Todos os três actos da peça se passam no mais sórdido bordel da Rua Suja, em plena Mouraria, entre rufias baratos e rameiras de navalha na liga e número na polícia» (Joaquim Madureira, **Impressões de Teatro,** 1924).

«Romance de Lobos» de Valle Inclan, em encenação de José Luís Alonso, renomado homem de teatro espanhol, será a segunda peça a apresentar na próxima época pela Companhia do Nacional.

Zeca Afonso nas Canárias

Zeca Afonso regressou à pouco das Canárias onde acompanhado por Guilherme Inês, Henri Tabot e Júlio Pereira deu um espectáculo em Orotava-Tenerife. No estrangeiro estiveram também recentemente Francisco Fanhais e Afonso Dias, que efectuaram uma digressão pela Holanda, Alemanha e França. Sérgio Godinho e Vitorino tem, entretanto, em preparação um novo espectáculo a estrear em Faro no dia 21.

"Babylon for us" - último êxito de Bob Marley

Lançado há cerca de duas semanas (pela Polygram), o último disco do célebre cantor jamaicano, Bob Marley, intitulado «Babylon for us», começa já a ser êxito das discotecas e rádio. Trata-se de um duplo álbum, gravado ao vivo durante uma digressão de Bob Marley, e o seu agrupamento, pelas principais capitais europeias, e que documenta a rara qualidade artística, rítmica e interpretativa do que é já considerado «sucessor» de Belafonte, outro grande criador de música afro-americana nascido em Kingston, na Jamaica.

Hoje

O escritor Romulo Gallegos autor de «D. Bárbara» telenovela venezuelana que esta noite inicia a sua exibição no II Programa

I PROGRAMA

18.45 **Ano Propedêutico**
20.30 **«Dona Bárbara»** – 1.º episódio.
21.30 **Informação/2**
22.00 **Paris-1900** – documentário sobre a vida parisiense entre 1900-1941.
23.00 Fecho

II PROGRAMA

19.00 **«Chapéu de Coco e Narigudo»** – filme sobre o «Ganso Selvagem».
19.25 **Manuel e Beatriz**
19.35 **Jornal RTP/1**
20.40 **Vamos Jogar no Totobola**
20.50 **«Os Novos Vingadores»** – o episódio de hoje intitula-se «Os Gladiadores».
21.55 **O Tempo**
22.00 **Jogos sem Fronteiras** – transmissão, via Eurovisão, da 4.ª jornada, que se realiza em Chioggio, perto de Veneza.
23.40 **24 Horas**
23.55 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

19.00: Clube do Rato Mickey; **19.25**: Manuel e Beatriz; **19.30**: Jornal RTP/1; **20.30**: Disco Magico; **21.10**: Boletim Meteorológico; **21.15**: A Falar é que a Gente se Entende, **21.45**: 1.ª Fila – «O Espertalhão»; **23.15**: 24 Horas; **23.30**: Fecho

II PROGRAMA

20.32: «Dona Bárbara» – 2.º episódio; **21.30**: Informação/2; **22.00**: «Uma Família Veneziana»; **23.00**: Fecho

V FESTIVAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL
1979 DE 12 DE JULHO A 31 DE AGOSTO

Organização da JUNTA DE TURISMO com a colaboração da: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, FUNDAÇÃO GULBENKIAN e ESTORIL SOL, S.A.R.L.

ESTORIL CASCAIS

Casino Estoril
12 de Julho / 21.30 h.
ORQUESTRA GULBENKIAN
maestro: FERNANDO ELDORO
piano: JOSEF PÁLENICEK
Beethoven, Joly Braga Santos e Schubert

Igreja de Sto. António Estoril
25 de Julho / 21.30 h.
KARENE GEORGIAN
violoncelo
Bach, Telemann e Britten

Igreja de Sto. António Estoril
15 de Julho / 21.30 h.
HOPKINSON SMITH
vihuela / tiorba
Milan, Narvaes e Visée

Igreja de Sto. António Estoril
27 de Julho / 21.30 h.
MARIA ROSA CALVO-MANZANO
harpa
Cabezón, Haendel, Glinka, Naderman, Fauré, Saint-Saëns, Albeniz e Salcedo

Pavilhão de Congressos Estoril
17 de Julho / 21.30 h.
mezzo. VERA SOUKUPOVA
piano: VLADIMIR MENCL
Wolf, Dvorak, Falla e Musorgsky

Pavilhão de Congressos Estoril
30 de Julho / 21.30 h
violoncelo: KARENE GEORGIAN
piano: TANIA ACHOT
Pergolesi, Locatelli e Rachamaninoff

Igreja dos Salesianos Estoril
20 de Julho / 21.30 h
CORO GULBENKIAN
maestro MICHEL CORBOZ
Soprano JOANA SILVA
Contralto. HELENA CLAUDIO
Tenor FERNANDO SERAFIM
Baixo JOSÉ AGUIAR
«Petite Messe Solennel» de Rossini ,extratos e Polifonia Portuguesa

Pavilhão de Congressos Estoril
1 de Agosto 21.30 h
maestro ALVARO SALAZAR
piano JOSEF PALENICEK
percussão J PEDRO ROPERO
Grupo de Metais de Lisboa
Grupo de Câmara do FMCE
Varese Janacek, Bertomeu e Barce

Casino Estoril
23 de Julho 21.30 h.
voz: BESSIE GRIFFIN
piano CHARLES BARNETT
Espirituais negros e Gospel

Pavilhão de Congressos Estoril
2 de Agosto 21.30 h.
TRIO ARCUS
oboé: BRUNO PIZZAMIGLIO
piano: OLGA PRATS
Telemann, Beethoven, Malcom Arnold e Brahms

Casino Estoril
6 de Agosto / 21.30 h.
BALLET GULBENKIAN
Obras de Lloyd Weber, John Cage e Poulenc
Coreografias de B. Moreland, N. van Manen e V. Wellenkamp

Museu dos Condes Castro Guimarães Cascais
8 de Agosto / 21.30 h.
JORGE PEIXINHO
piano
Música portuguesa dos séculos XVI a XIX

Pavilhão de Congressos Estoril
10 de Agosto / 21.30 h.
JORGE PEIXINHO
piano
Música portuguesa do século XX

Museu dos Condes Castro Guimarães Cascais
11 de Agosto / 18.30 h.
QUINTETO DE SOPRO DOS XVII CIMCE
Steiner, Marcos Romão, Sobeck, Haufrecht, Maria de Lurdes Martins e Bozza

Casino Estoril
13 de Agosto / 21.30 h.
BALLET GULBENKIAN
II Programa
Obras de Downs, Mendelssohn, Chostakovitch e C. Capdeville
Coreografias de C. Bruce, H. van Manem e C. Trincherras

Museu dos Condes Castro Guimarães Cascais
15 de Agosto / 21.30 h.
QUARTETO KODALY
Kodaly, Mozart e Dvorak

Igreja de St.º António Estoril
17 de Agosto 21.30 h.
QUARTETO KODALY
Hayden, Bartok e Ravel

Igreja dos Salesianos Estoril
19 de Agosto / 21.30 h.
PIERRE PILLOUD
órgão
Buxtehude, Cabezón, Bach, Mendelssohn e Langlais

Museu dos Condes Castro Guimarães Cascais
20 de Agosto / 21.30 h.
soprano: RACHEL SZÉKELY
guitarra: ALEXANDRE RODRIGUES
Renascença inglesa, Ser, Apinet, Villa-Lobos, Seiber e Brittes

Igreja dos Salesianos Estoril
22 de Agosto / 21.30 h.
trompete: FRANCISCO TANECO
órgão: PIERRE PILLOUD
Renascença, Brehms, Bach e Scarlatti

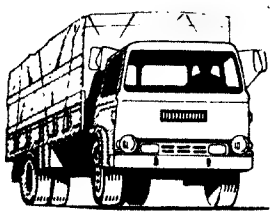
Igreja de St.º António Estoril
24 de Agosto / 21.30 h.
TANIA ACHOT
piano
Bach

Igreja de Sto. António Estoril
27 de Agosto / 21.30 h.
JOSÉ LUÍS LOPÁTEGUI
guitarra
Besard, Sanz, Bach, Balada, Laure, Brouwer, Falla e Villa-Lobos

Igreja de St.º António Estoril
29 de Agosto / 21.30 h.
RUGGIERO RICCI
violino
Bach, Prokofieff, Isaye, Kreisler e Paganini

Casino Estoril
31 de Agosto 21.30 h
violino RUGGIERO RICCI
piano HELENA SÁ E COSTA
Beethoven, Bartok, Cesar Franck e Paganini

VENDA DE BILHETES A PARTIR DE 7 DE JULHO NA JUNTA DE TURISMO – ESTORIL
E LOCAL DO CONCERTO A PARTIR DAS 20,30 H



Sr. Camionista
Muitos acidentes com veículos pesados têm como causa excesso de carga.
Respeite sempre os limites.

circular e viver.

A BARRACA
« r. alexandre herculano 75 »
tel: 686300
3.º MÊS (m/13)
Sub SEC
hoje 21.30
dom. tb/16.00
D. JOÃO 6º
Texto e encenação Hélder Costa
SÓ ATÉ DIA 29

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!
DESTAQUES
I PROGRAMA
Jogos sem Fronteiras (22.00)
II PROGRAMA
«Dona Bárbara» (20.30)

DE FÉRIAS COM O
Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias
pelo período de 10 dias,
ao preço de 10$00 por exemplar
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

Depois da morte de Wayne, as estrelas de Hollywood

A morte de John Wayne, no mês passado, deixou um gosto amargo, de tempo que passa, na boca dos cinéfilos do Mundo inteiro. Parece que todo o «sistema» sobre o qual Hollywood construiu a sua lenda ruiu mais um pouco com o desaparecimento do «Duke». Contudo, e esse é o grande paradoxo, ele era apenas o «Duke» de certo modo o segundo na hierarquia fictícia da sétima arte. O «King» era Clark Gable, cuja morte não suscitou a emoção da de Wayne. É certo que Gable morreu brutalmente e que o mundo não seguiu dia-a-dia a sua lenta agonia. Mas também houve outro fenómeno que desempenhou um papel decisivo na reacção do público no passado mês de Junho. Quando da morte de Gable, em 1960, as «estrelas» do cinema ainda eram bastantes. Spencer Tracy, Marylin Monroe, Judy Garland, Paul Muni, Bing Crosby, Connie Bennet, para só citar alguns, reinavam ainda sobre Hollywood, que tinha sabido conservar a sua magia.

Já há muito que os críticos e os financeiros diziam que tudo não estava a correr da melhor maneira na «Meca» do cinema, mas quem os viu nas «soirées» de estreia no «Chinese Theatre» continuavam a atrair uma multidão de «fans» que, quando chegavam os sumptuosos carros sabiam manifestar em desmaios e gritos, o amor que tinham pelas suas «estrelas».

Além disso, graças aos sistemas dos contratos exclusivos, os grandes estúdios dispunham de reservas inesgotáveis de jovens talentos, dispostos a tudo para alcançarem a celebridade e a fortuna.

O suicídio de Marilyn Monroe. em 1962, e a chegada em força da «nova vaga». género de expressão cinematográfica totalmente oposto aos critérios «hollywoodianos», desferiram o primeiro golpe nesse frágil edifício.

Mas o lento trabalho de minagem será feito pela própria filha da sétima arte americana: a Televisão. Em cerca de dez anos. com folhetins e filmes de pequeno orçamento vai criar uma multidão de vedetas mais próximas do público, mais acessíveis, e também matar o mito da «estrela».

Torna-se então frequente que algumas jovens vedetas que estavam a subir no cinema se voltem para o pequeno écran, considerado mais maleável e menos exigente do que o grande.

Pouco a pouco, a aura que envolvia os monstros sagrados vai desaparecer, por vezes até por iniciativa destes últimos, que, julgando intolerável as exigências impostas pela cèlebridade, vão descer do Olimpo. Esta «descida» dos deuses vai ser tornada possível pelo desaparecimento das duas críticas mais duras que Hollywood jamais conheceu: Hedda Hoppers e Louella Parsons. Guardiãs da moralidade da sétima arte, eram ainda um pouco as suas grandes sacerdotizas, e muitos actores devem-lhe a celebridade. Sem elas, nada voltou a ser o que era.

Wayne foi apenas o «Duke». Clark Gable, que desaparecera quase vinte anos antes, foi o «King» sem sucessor

Os anos sessenta também viram o desaparecimento desses santuários que eram os estúdios. Sem Samuel Goldwyn, Louis B. Mayer, e os irmãos Warner, a «MGM» e a «Warner Bros» a «20th Century Fox» e a «Paramount» vão morrer lentamente.

Os tão criticados «nababos» já não viram os estúdios da «Fox» tornarem-se na «Century City» ou a grande venda de roupas da «MGM».

Esta década permitiu a redescoberta e a confirmação de muitos talentos: Paul Newman, Rober Redford, Jane Fonda, Ryan O'Neal, e Warren Beaty. Mas todos estes actores já não fornecem aquela imagem que levava a sonhar.

Jane Fonda, consagra a sua vida a lutar contra a indústria nuclear depois de ter lutado contra a intervenção americana no Vietname. Paul Newman prefere as corridas de automóveis aos novos filmes.

Mas é certo que o público também já não sonha. A vida diária jã não pode ser esquecida durante duas horas por semana numa sala de projecção, porque, também no écran, o desemprego, a inflação e a miséria estão presentes.

Mas então porquê tanta emoção quando desaparece um dos últimos gigantes? – Depois da crise de 1929, o cinema e o sonho que oferecia tinham servido de poderosos derivativos para os problemas do momento.

O fim do século XX optou pelo realismo. Ao prestar esta vibrante homenagem a John Wayne, um dos que melhor soube suscitar o sonho, o público acaba talvez de dizer inconscientemente que lamenta o desaparecimento da época em que o cinema e os seus «deuses» lhe forneciam um convite para «viajar».

BREVES

OU ISTO OU AQUILO

LISBOA – A peça teatral «Ou Isto ou Aquilo», montada pelo Grupo Oficina Teatro e Comunicação será apresentada pela RTP, no dia 21 deste mês, a partir das 18 horas. A peça, considerada pela crítica como uma das melhores de 1979, é montada sobre os textos da poetisa brasileira Cecília Meireles e é encenada por José Caldas com espaço cénico de Dalton Salem Assef. «Ou Isto ou Aquilo», que é realizado pela RTP por Oliveira e Costa, foi gravado há alguns meses no Teatro Villaret.

«BALLET» GULBENKIAN

FUNCHAL – O grupo de «Ballet» da Fundação Gulbenkian dará uma série de quatro espectáculos no Funchal a partir do próximo dia 14. O «Ballet» da Gulbenkian não se apresenta na Madeira desde há cerca de 11 anos. Os espectáculos são patrocionados pela Câmara Municipal do Funchal.

TELEVISÃO JAPONESA

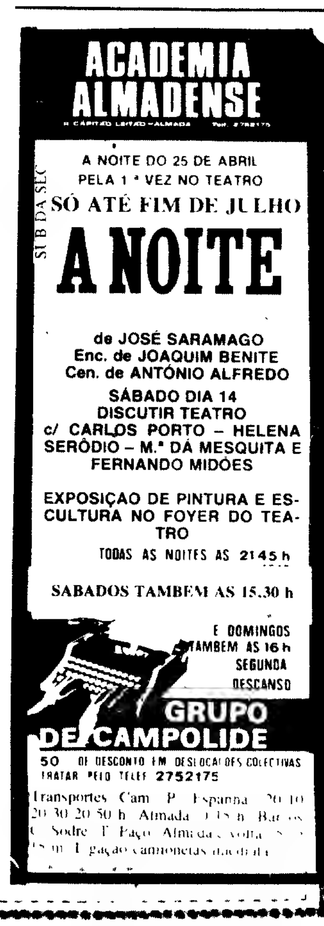
VIANA DO CASTELO – Uma equipa da televisão japonesa vai filmar na Meadela no próximo dia 28, um casamento que será celebrado segundo a tradição minhota. O filme destina-se a uma série que a TV japonesa está a realizar sobre ritos nupciais tradicionais de todo o Mundo. O casal da Meadela pertence ao rancho folclórico local.

FESTIVAL DA INTERVISÃO

VARSÓVIA – Quarenta países participarão este ano no festival da intervisão que se realizará na cidade jugoslava de Sopot, a partir do dia 23 de Agosto. A televisão portuguesa estará representada pela cantora Gabriela Schaff, que interpretará duas canções.

Caminhos de Ferro Portugueses

As Florestas são uma riqueza nacional.
O descuido de um fumador pode ser o início de um incêndio.
Um cigarro mal apagado é um fogo começado.
NÃO FAÇA LUME
PROTEJA AS FLORESTAS



FUTEBOL EUROPEU:

Os dados estão lançados

ZURIQUE (Suíça), 11 – Os presidentes dos clubes portugueses envolvidos nas competições europeias de futebol manifestaram-se «satisfeitos» com o resultado do sorteio ontem efectuado em Zurique, Suíça, e que já ontem noticiámos.

O F. C. do Porto tem como adversário, na Taça dos Campeões, o A. C. de Milão, de Itália, o Boavista defronta a Sliema Wanderers, de Malta, na Taça das Taças, e o Benfica e o Sporting jogam com o Aris Salonica, da Grécia e o Bohemians Dublin, da Irlanda, para a Taça UEFA.

«Confio na equipa portista» – assinalou Américo Sá, presidente do F. C. do Porto, quando foi anunciado o nome do A. C. de Milão.

«Preferia, é certo, uma equipa nórdica, da Dinamarca ou da Finlândia, mas, ao mesmo tempo, receava um clube da Alemanha Federal ou da Inglaterra» – observou.

Américo Sá referiu que dentro dos adversários considerados perigosos o «Milão era o menos pior».

O presidente nortenho declarou que o FC Porto jogaria primeiro nas Antas, competindo ao Boavista alterar os seus jogos, porque «o clube da Taça dos Campeões tem primazia na escolha».

Para Valentim Loureiro, presidente do Boavista, «só muito dificilmente o seu clube não estará presente na segunda eliminatória da Taça dos Vencedores das Taças».

Valentim Loureiro referiu que o resultado do sorteio só foi «negativo» no aspecto financeiro, pois vai ser «difícil encher o Estádio do Bessa com uma equipa de Malta».

José Rocha e Ferreira Queimado, presidentes do Sporting e do Benfica, respectivamente, manifestaram-se encantados com o sorteio, mas não adiantaram prognósticos.

Ferreira Queimado sublinhou, entretanto, que a transferência de Alves para o Paris St.-Germain está praticamente consumada, só faltando ao Benfica receber a verba acordada entre os dois clubes.

João Rocha, por seu turno, revelou que a permanência do jugoslavo Pavic como treinador do clube está a ser objecto de estudo, desconhecendo o presidente «leonino» se Pavic já tomou alguma resolução.

OS JOGOS MAIS «DUROS»

O Liverpool, campeão inglês, e o A. C. de Milão, campeão italiano, têm os jogos considerados mais difíceis na primeira eliminatória da Taça dos Campeões Europeus de Futebol.

«Dificilmente posso estar satisfeito» – foi a reacção de Sandro Mitali, secretário-geral do clube italiano, quando soube que a sua equipa defrontava a do F. C. do Porto, vencedora do campeonato português nas duas últimas temporadas.

Mitali acrescentou que «vai ser difícil ao Milão chegar à segunda eliminatória da competição».

O encontro F. C. do Porto-Milão foi considerado, pelos críticos presentes ao sorteio, o desafio mais importante da eliminatória da Taça dos Campeões Europeus, juntamente com o embate entre o campeão inglês e o Dínamo Tbilissi, União Soviética.

LISTA DOS JOGOS

ZURIQUE, 11 – Foram os seguintes os resultados completos dos sorteios dos encontros da primeira volta das taças europeias interclubes de futebol que ontem tiveram lugar em Zurique:

TAÇA UEFA: Progres Niedercorn (Luxemburgo)-Grasshoppers, Zurique; Gijon (Espanha)-P.S.V. Eindhoven (Países Baixos); Sporting Clube de Portugal-Bohamians Dublin (Irlanda); Bohemians Prague (Checoslováquia)-Bayern de Munique (RFA); Zbrojovka Brno (Checoslováquia)-Esbjerg (Dinamarca); Estrela Vermelha, Belgrado (Jugoslávia)-Galatasarray Instanbul (Turquia); Rapid Viena (Áustria)-San Sebastian (Espanha)-Inter-Milan (Itália); Dynamo Desde (RDA)-Atlético Madrid (Espanha); F. C. La Valette (Malta)-Leeds United (Inglaterra); Pergia (Itália)-Dinamo Zagreb (Jugoslávia); Benfica (Portugal)-Aris Salonica (Grécia); Kaiserlautern (RFA)-F. C. Zurique (Suíça); Widzew Lodz (Polónia)-St. Etienne (França); Skeid Oslo (Noruega)-Ipswich Town (Inglaterra); F. C. Keflavik (Islândia)-Isl-Kalmar (Suécia); Borussia Moenchengladbach (RFA, detentor do troféu)-Viking Stavanger (Noruega); Dundee (Escócia)-Anderlecht (Bélgica); Aarhus (Luxemburgo)-Stal Mielec (Polónia); Carl Zeiss Iena (RDA)-West Bromwich Albion (Inglaterra); Pallaseura Kuopio (Finlândia)-Malmoe F. C. (Suécia); Aberdeen (Escócia)-Eintracht Francfort (RFA); Everton (Inglaterra)-Feyenord Roterdão (Países Baixos); Glenavon (Irlanda do Norte)-Standar Liège (Bélgica); Locomotive Sofia (Bulgária)-Ferencvaros Budapest (Hungria); Nápoles (Itália)-Olympiakos Piree (Grécia); Chackthor Donetz (URSS)-Mónaco (França); Dinaz Bucareste (Roménia)-Alki Larnaca (Checoslováquia); Dinamo Kiev (URSS)-Cska Sofia (Bulgária); Orduspor (Turquia)-Banik Ostrava (Checoslováquia); Wiener Sportclub (Áustrua)-Uni. Craiova (Roménia); A. C. Torino (Itália)-V.F.B Stuttgart (RFA).

TAÇA DOS VENCEDORES DAS TAÇAS

Jogos preliminares, a serem disputados antes do dia 12 de Setembro: Glasgow Rangers (Escócia)-Lillestroem (Noruega); B. K. 1903 Copenhague (Dinamarca)-Apoel Nicosia (Chipre).

PRIMEIRA MÃO: o vencedor do jogo Rangers-Lillestroem contra o Fortuna de Dusseldorf (RFA); Dinamo de Moscovo (URSS)-Vlaznia Shkodra (Albânia); Juventus Turin (Itália)-Vasas Raba Gyder (Hungria); Twente Enschede (Países Baixos)-Panionios Atenas (Grécia); Akranes (Islândia)-F. C. Barcelona (Espanha, detentor do título); Arka Gdynia (Polónia)-Beroe Stara Zagora (Bulgária); Cliftonville (Irlanda do Norte)-Nantes (França); Wrexham (País de Gales)-Magdeburgo (RDA); Young-Boys Berna (Suíça)-Steaua Bucareste (Roménia); Aris Bonnevioe (Luxemburbo)-Lahden Reipas (Finlândia); S. S. W. Innsbruck (Áustria)-Locomotive Kosice (Checoslováquia); Beerschot Anvers (Bélgica)-F. C. Rijeka (Jugoslávia); vencedor do jogo B. K. 1903 Copenhague contra o Valência (Espanha); Boavista (Portugal)-Sliema Wanderers Malte (Chipre); Arsenal (Inglaterra)-Fennerbache Istambul (Turquia); I. F. K. Go (Irlanda)-Linfield (Irlanda do Norte).

PRIMEIRA ELIMINATÓRIA: Liverpool (Inglaterra)-Dynamo Tblisi (URSS); Arges Pitesti (Roménia)-A. F. K. Athens (Grécia); Levski Spartak (Bulgária)-Real Madrid (Espanha); Valur Reykjavik (Islândia)-Hamburg (RFA); Servette (Suíça)-Beveren (Bélgica); Vejle B. K. (Dinamarca)-Áustria Viena (Áustria); Nottingham Forest (Inglaterra)-Oesters Vaekjoe (Suécia); Porto (Portugal)-A. C. Milan (Itália); Red Boys Differdange (Luxemburgo)-Omonia Nicósia (Chipre); Hajduk Split (Jugoslávia)-Tranzonspor (Turquia); Dundalk or Linfiel-Hibernian Malta (Malta); Strasbourg (França)-Start Kristiansand (Noruega); Partizan Tirana (Albânia)-Glasgow Celtic (Escócia); Helsinki (Finlândia)-Ajax Amsterdam (Holanda); Ujpest Dosza (Hungria)-Dukla Prague (Checoslováquia); Dynamo Berlin (RFA)-Ruch Chorzow (Polónia).

"TOUR": Villemiane sobe a sexto Agostinho "agarrado" aos melhores

Villemiane, que se vem revelando como o mais precioso colaborador de Hinault, venceu a etapa de ontem da Volta à França e trepou para o sexto lugar da tabela. Esta foi aliás a mais importante alteração na «geral». Agostinho manteve a sua posição anterior e o holandês Zoetemelk detém a sua posição de guia.

Entretanto, Hinault, no final da etapa que terminou no Ballon d'Alsace, a 1178 metros de altitude, tinha motivos para estar feliz, pois graças a um «sprint» lançado em profundidade, conseguira recuperar três segundos a Zoetemelk. É pouco mas sempre ajuda...

A etapa foi disputada em bom ritmo, traduzido na excelente média de 40,893 km/h, impressionante para uma tirada de montanha. Logo nos primeiros quilómetros, o italiano Bataglin deu o sinal de ataque, levando na sua roda dez companheiros de fuga. Bataglin e os seus companheiros foram alcançados um pouco mais adiante, mas, de novo sob o impulso do italiano, nova fuga se verificou. Iam corridos 17 quilómetros de um etapa de 200. Entre os fugitivos, Villemiane, que viria a ganhar a etapa, e dois companheiros de equipa de Zoetemelk (Friou e Gauthier).

Entre a caravana existia a ideia de que se tratava de mais uma escaramuça sem grandes consequências, mas não era o caso. A vantagem sobre o pelotão, aumentava, continuando Bataglin a ser o animador da corrida. Ao abordar-se a escalada do Grosse Pierre, o pelotão ia mais de sete minutos para trás.

Na última escalada, o grupo de fugitivos perdeu homogeneidade. À frente, apenas cinco corredores estavam em condições de discutir a vitória e Villemiane, melhor «sprinter», impos-se irresistivelmente a Bataglin, Pevenace e Vallet, permitindo assim um novo êxito da sua equipa, para além de consolidar a posição da «Renault» na classificação colectiva.

Agostinho, ainda com dificuldades físicas provocadas pela queda, «agarrou-se» ao grupo que incluia Hinault e Zoetemelk e não o largou até à meta.

Classificação da 13.ª etapa: 1.º, Villemiane, 4 h 56 m 23 s; 2.º, Bataglia, m.t.; 3.º, Pevenage, 4.56.26; 4.º, Vallet, 4.56.30; 5.º, Galdós, 4.56.32; **18.º, Joaquim Agostinho,** a 4.43 do vencedor.

Geral individual: 1.º, Zoetemelk, 48, 57.25; 2.º, Hinault, a 1.32; 3.º, Kuiper, a 7.28; 4.º, Sutter, a 7.50; 5.º, Nilsson, a 8.18.

Futebol de Salão

I TORNEIO Unidade 1979

Iniciativa da C.T. da R.G./"D.L."

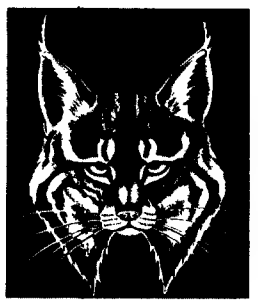
AINDA É POSSÍVEL A INSCRIÇÃO

Face ao interesse manifestado, por diversas equipas, no sentido da prorrogação da data limite para as inscrições no TORNEIO UNIDADE, a COT decidiu:

– Aceitar **todas** as inscrições efectuadas até 13-7-79 por não contrariar o estabelecido regulamentarmente (ponto I-7 do Regulamento);

– Admitir as inscrições enviadas pelo correio quando acompanhadas de cheque dirigido à COMISSÃO ORGANIZADORA DO TORNEIO UNIDADE, no valor da taxa de inscrição;

– Considerar como data de inscrição a data do carimbo dos Correios (no caso de inscrição via CTT).



CAMPANHA NACIONAL

Liga para a Protecção da Natureza
Faculdade de Ciências — Lisboa
Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
Rua da Lapa, 73 — Lisboa
Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal
Av. João Crisóstomo, 26 — Lisboa

TOTOBOLA

taça internacional de futebol

aposte e habilite-se também à oferta de um automóvel

uma CITROËN ⩓ DYANE por semana a sortear nos Concursos de 1, 8, 15, 22, e 29 de Julho e 5 de Agosto

1 X 2

Jogue 8 ou mais apostas por bilhete

INFORME-SE NAS AGÊNCIAS

ROTEIRO CULTURAL

A meio da semana os responsáveis pela vida cultural portuguesa costumam recordar, depois do longo fim-e-princípio-de-semana a que se dedicam por tradição. É, geralmente, a partir das quartas-feiras que temos coisas a anunciar aos nossos leitores, mas esta regra não se aplica a todas as épocas do ano, já que o Verão vem alterar profundamente o curso das coisas, prolongando o ócio dos promotores de eventos e atirando para as praias os que normalmente as frequentam. Este mês de Julho, incerto e irregular, que nos leva directamente a Agosto, confirma a tendência a que acima nos referimos: há acontecimentos a registar, mas em menor número do que haveria se estivessemos, por exemplo, em Fevereiro ou em Março. A continuar, porém, a chover e a fazer «tempo de Outono», parece-nos necessário aproveitar o pouco que há e não perder um único dos acontecimentos marcados para os próximos dias, tanto mais que alguns têm incontestável interesse.

Para começar, queremos chamar a atenção de todos para a Companhia de Martha Graham, que actua hoje, às 18 e 30, no Teatro Nacional de S. Carlos. Trata-se de uma companhia importantíssima que está a desempenhar um papel de relevo no sector do bailado moderno. Martha Graham, a primeira bailarina/coreógrafa que recebeu a Medalha da Liberdade é uma das grandes inovadoras da sua arte e a principal responsável pela renovação dos elementos que para ela contribuem, como é o caso da música e da cenografia, por ela confiadas a artistas norte-americanos especialmente contratados para o efeito que passaram a ser conhecios de um dia para o outro. Julgamos que as actuações da Companhia de Martha Graham são suficientemente importantes para justificarem a ida a S. Carlos dos leitores deste Roteiro que se interessam por «ballet» e, até, de muitos que não se interessando especialmente por ele, estão «abertos» a tudo o que os possa enriquecer culturalmente.

«Jardim da Estrela» – um quadro de Silva Lino que expõe, a partir do dia 13, no Casino do Estoril

Começa amanhã o «V Festival de Música da Costa do Sol». As edições anteriores deste festival obtiveram um grande êxito e tudo leva a crer que esse êxito se vai repetir este ano. O festival é inaugurado com um concerto, no Casino do Estoril, em que actua a Orquestra Gulbenkian dirigida pelo maestro Joly Braga Santos. Serão interpretadas obras de Beethoven e de Schubert.

Em Setúbal, prossegue o «4.° Festival de Teatro», este ano dedicado ao dramaturgo Bernardo Santareno, a quem devemos algumas das melhores – senão as melhores – obras da nossa dramaturgia contemporânea. Actua hoje, às 21 e 30 nos claustros do Convento de Jesus a companhia do Centro Cultural de Évora que põe em cena a peça «Jorge Dandin» de Molière. Não julgamos necessário referir que, em nosso entender, a população de Setúbal não deverá perder este espectáculo.

Já que estamos a falar de teatro, prosseguimos com o nosso noticiário referente a este sector. Como já tivemos ocasião de dizer várias vezes, esta época tem proporcionado aos amadores de teatro muitos originais portugueses. Julgamos, até, que raras vezes subiram à cena, numa só época, tantas peças portuguesas. Algumas delas terminaram as suas carreiras e já não é possível, portanto, vê-las. Algumas, porém, estão agora em cena e merecem bem a atenção dos leitores deste Roteiro. Se ainda não foi à «Barraca» ver a peça «D. João VI», de Hélder Costa, não sabe o que perde e pode estar certo de que não o aconselhamos a ir à «Barraca» por «dever de ofício» – neste Roteiro, nunca elogiamos nada por dever de ofício e quando temos de noticiar um evento que não nos agrada (informar, é, para nós, uma obrigação) fazêmo-lo sem comentários para que os nossos leitores nos entendam... Outra peça que merece a atenção de todos e que justifica plenamente uma deslocação à

António Assunção e Teresa Gafeira, numa cena de «A Noite», que todos podem ir ver à Academia Almadense

costa, é «A Noite», de José Saramago, que Joaquim Benite encenou com o seu talento habitual, para o Grupo de Campolide. No Vasco Santana, está em cena uma peça de Luzia Maria Martins – «Quando a Banda Toca» – que os amadores de teatro ganharão (e terão prazer) em ver. «Conceição ou um Crime Perfeito», de Jaime Salazar Sampaio, está em cena no S. Luiz. Recordamos que esta peça foi galardoada com o 1.° prémio no concurso de peças inéditas de teatro, de 1978, da Direcção-Geral da Acção Cultural.

No sector das belas-artes, não há nada de novo marcado para o dia de hoje, mas há tanta coisa a ver, que não perdemos nada com isso. Para começar, há a exposição de pintura de Escada na Galeria S. Mamede. Repetimos: esta é uma exposição que ninguém deve perder. Outra exposição que recomendamos é a da Escola de Paris, presentemente patente ao público na Fundação Gulbenkian. Trata-se de uma exposição de obras de 13 pintores escolhidos para documentarem a evolução da pintura de 1956 a 1976. Os leitores que a forem visitar verão 63 obras (o critério que presidiu à sua selecção é discutível) que merecem a atenção dos amadores de belas-artes. Na «Dinastia», continua a exposição de Carlos Calvet, que nenhum leitor deste Roteiro poderá deixar de ver e, na SNBA, está patente ao público uma exposição que já recomendámos mais de uma vez – a de Elsa, Isabel Sabino, Cristina Paula e Maria de Oliveira.

Ainda não vimos – o tempo não nos chega para tudo – a exposição de Brígida, Américo e José Maria na «Opinião», mas chegam-nos notícias de que se trata de uma exposição a ver. Relembramos que a «Opinião» fica na Rua Nova da Trindade 17.

No Porto, foi inaugurada uma exposição de Wolf Vostel, no Centro de Arte Contemporânea do Museu Soares dos Reis, com o patrocínio da Fundação Gulbenkian.

As Florestas são uma riqueza nacional.
Colabore com a sua atenção e vigilância na defesa desta riqueza.
NÃO FAÇA LUME
PROTEJA AS FLORESTAS

Anuncie no «DL»
O «DL» atinge diariamente muitas dezenas de milhares de leitores, potenciais compradores e utilizadores de coisas e serviços e tem, actualmente, a maior venda de entre os jornais da tarde. Anuncie no «DL»: as tabelas são moderadas e os resultados serão espectaculares. Experimente!

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Céu em geral limpo o vento era fraco e havia nevoeiro ou neblina em várias regiões.

TEMPERATURAS DO AR

V.DO CASTELO	21°
BRAGANÇA	26°
VILA REAL	25°
PORTO	18°
P. DOURADAS	21°
COIMBRA	20°
CABO CARVOEIRO	–
PORTALEGRE	22°
LISBOA	23°
ÉVORA	24°
SINES	18°
BEJA	23°
SAGRES	20°
FARO	25°
PONTA DELGADA	19°
FUNCHAL	21°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.04	4,0 m	9.35	0,7 m
16.22	4,3 m	22.06	0,5 m
Dia 12			
4.50	4,0 m	10.22	0,7 m
17.08	4,3 m	22.53	0,6 m
Dia 13			
5.37	4,0 m	10.22	0,7 m
17.08	4,3 m	23.43	0,7 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco. Condições favoráveis à ocorrência de nevoeiro ou neblinas locais.

AMANHÃ
NASCER ÀS 6.21
OCASO ÀS 21.03

DIA 16 DIA 24 DIA 1 DIA 8

rádio

1.° Programa

17.00: Trajectória, programa da juventude; **19.00**: Música portuguesa; **19.30**: Jornal da noite; **20.00**: Música variada; **21.00**: 14.° episódio do folhetim «A Pousada da Sexta Felicidade», de Alan Burgess; **21.20**: Orquestras e canções; **22.00**: Conjuntos ligeiros; **22.30**: Forma e conteúdo, quotidiano das artes e das letras; **24.00**: Último jornal.

2.° Programa

17.30: Música de Verdi; **18.00**: Solos de piano; **18.30**: Arquivo do disco; **19.00**: A música de Frederico de Freitas; **19.25**: Texto literário, um programa da Direcção-Geral do Ensino Básico; **20.00**: Obras de Mozart; **21.00**: Ópera comentada por Maria Helena de Freitas; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.40**: Concerto em ré menor, para dois violinos e orquestra, de Bach; **01.00**: Fecho.

Rádio Comercial (294m)

17.03: Contacto; **17.40**: Contacto com o Mundo, **18.10**: Contacto com a ciência; **18.45**: Zona de controlo; **19.45**: Teatro trágico; **20.00**: Cartaz; **20.15**: Música para meditar; **20.33**: Quando o teMaria Helena de Freitas; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.40**: Concerto em ré menor, para dois violinos e orquestra, de Bach; **01.00**: Fecho.

Rádio Comercial (294m)

17.03: Contacto; **17.40**: Contacto com o Mundo, : Quando o telefone toca; **21.33**: Quando o telefone toca; **22.00**: Tempo de desporto.

Emissão Estereofónica

15.03: Hora de ponta; **19.00**: Em órbita; **21.03**: Forum.

RÁDIO RENASCENÇA

18.08: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia – palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.54**: Apelos; **21.05**: Pentagrama; **21.30**: O som da noite; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.30**: Textos e pretextos; **23.55**: Fecho.

DAR SANGUE É DAR VIDA

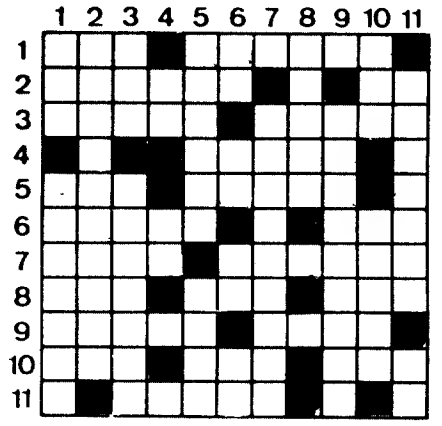
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.° 12 382

HORIZONTAIS:

1 Espaço de doze meses. Nevoento.
2 Bálsamos. Pequena ilha francesa do Mediterrâneo.
3 Verbais. Irmão de Moisés.
4 Terçado.
5 Cidade da Ucrânia. Aguçam.
6 Cantigas. Estimo.
7 Tenso. Pâmpanos.
8 Almirante veneziano que se distinguiu na luta contra os piratas barbarescos Semelhante. Remo para trás.
9 Agente. Grão-duque de todas as Rússias que escolheu Moscovo para sua capital.
10 Sufixo que designa abundância. Ovário de peixes. Caminha para ca.
11 Transpirais



VERTICAIS:

1 365 dias. Derrotamos.
2 Referiremos.
3 Agora. Galhofas.
4 Quinhentos e um em romano. Preposição e artigo
5 Pronome possessivo Vaidade (fig.).
6 Pertences. Nota musical (inv.). Utensílio doméstico. Lr.
7 Aguçarias.
8 Aldeia de índios do Brasil.
9 Punha nova marca em.
10 Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro. Antiga província de França.
Perfeito. Mulo.

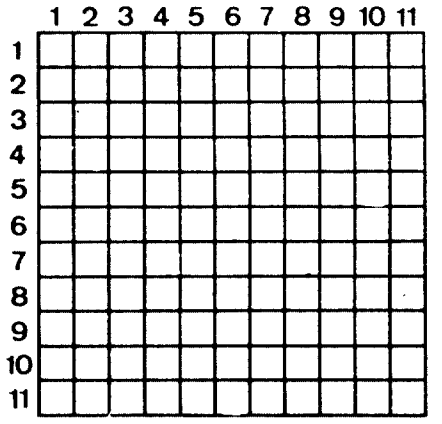
Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.° 8 442

HORIZONTAIS:

1 Pequenas lâminas Duna da Suécia.
2 Vila e sede do concelho (Portalegre). Antigo título do imperador da Turquia
3 Pronome pessoal. Desmontaram.
4 Preposição Causa amuo a.
5 Engano. Caminhar para cá
6 Irei para fora. Vossa Alteza
7 Transferir para outro dia.
8 Abreviatura de Santíssimo. Jogo também chamado da Glória.
9 Mandaram.
10 Transferiras para outro dia. Coisa (ant.).
11 Poderes (fig.). Pintas na pele.



VERTICAIS:

1 Freguesia do concelho de Viana do Castelo Antes do meio-dia.
2 Freguesia do concelho de Oliveira do Hospital. Rádio (s.q.). Nome vulgarmente dado ao carbonato de sódio.
3 Infortúnio. Curso de água natural e abundante.
4 Tempo do verbo ser. Ferradas.
5 Hospedaria oficial na China (inv.). Érbio (s.q.).
6 Cortesã grega, esposa de Péricles. Em as.
7 Transpirem. Agarrei.
8 Desenhista e gravador brasileiro que figurou em exposições do Museu Nacional de Belas-Artes em 1946 e no Salão Nacional de Arte Moderna em 1953. Sufixo que designa Estado.
9 Impedira.
10 Três vogais iguais. Estimei.
11 Silhuetas. Manuscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 12 381

HORIZONTAIS:

1 O MAL. ATRAI.
2 Airoso. Olá.
3 Limaras.
4 Ado. Patacas.
5 VA. Ca. Adaga.
6 Casa. Isar.
7 Acém. Rua. Ta!.
8 Alargarias.
9 Miara. Am.
10 Ad. Aram. Are.
11 Lassamos. Es.

VERTICAIS:

1 Lavra. MAL.
2 Aida. Caída.
3 Mimo. Cela.
4 Ara. Câmaras.
5 Lorpas. Rara.
6 Saa. Grã. Am.
7 Aosta. Ua. Mo.
8 Adiara.
9 Roscas. Imã.
10 Al. Agata. Re.
11 Ia. Sarastes.

Provérbio: O MAL ATRAI O MAL.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 8 441

HORIZONTAIS:

1 Cacimba. Bom.
2 Amo. Aias. Co.
3 Cadafalso.
4 Ir. Ni. Co.
5 Adamarias.
6 Urso. Omo. Ro.
7 Troçar. Os.
8 Pesos AC.
9 Arosa. Sarou.
10 Nós. Cravas.
11 Ás. Pairou.

VERTICAIS:

1 Cacique. Ana.
2 Amar. Prós.
3 Cod. Astros.
4 Andores.
5 Máfia. Osaca.
6 Bia. Moço. Ri.
7 Aal. Amassar.
8 SS. Ror. Avô.
10 Oc. Caroços.
11 Morosos.

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

NOGUEIRA, R. de Alcântara, 5-A-B (T. 637563); **ORIENTE**, R. Lopes, 120 (T. 843381); **CENTRAL DO AREEIRO**, Av. Paris, 2-2-A (T. 880820); **UNIFA**, R. da Vitória, 21-23 (T. 323793); **PORFÍRIO**, R. Francisco Metrass, 59-B (T. 663349); **CAMPO PEQUENO**, Av. Júlio Dinis, 10, lojas 18-19 (T. 771661); **BASTOS**, R. Morais Soares, 91-D (T. 844350); **SALUS**, R. Luciano Cordeiro, 73 (T. 42239); **ASCENSO**, P. do Norte, 11-A (T. 311216); **S. TOMÉ**, E. do Desvio, lote 12-A (T. 790704); **SOUSA**, E. de Benfica, 429-431 (T. 780027); **S. SEBASTIÃO**, L. S. Sebastião da Pedreira, 1-3 (T. 548642); **CORREIA**, E. Principal, lote 172 (T. 993148); **CENTRAL ODIVELAS**, Al. Infante D. Henrique, 1 (T. 911203).

REFORÇO

MARBEL, Av. Roma,. 131-A (T. 776235); **PALMA**, Av. Duque de Ávila, 25-31 (T. 547088); **ALB**, R. Santana à Lapa, 156 (T. 663562); **MAGALHÃES**, Av. Almirante Reis, 4-D-F (T. 549479); **MARLUZ**, C. da Picheleira, 140-B-C (T. 880703); **MODELAR**, L. Dr. António Sousa Macedo, 7 (T. 608896); **G. SILVA**, R. Francisco Tomaz Costa, 3-A-C (T. 771873); **BIOTIFAR**, R. D. João de Castro, 27-B (T. 638824); **S. JOÃO DE DEUS**, R. Pedro Ivo, 1-A-B (T. 885140); **ROSA & VIEGAS**, R. S. Vicente, 31 (T. 864351); **VAZ MARTINS**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **NOVA**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **CRUZ CORREIA**, E. Santo Eloi, 41-A (T. 992453); **MATOS**, T. Prioras, Vivenda Morgadinho (T. 2519939).

Outra Banda

ALMADA: Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (T. 370504); **COVA DA PIEDADE: Garcia Reis**, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A; **LARANJEIRO: A. Araújo**, Laranjeiro de Fora; **COSTA DA CAPARICA: Higiénica**, Av. da República, 23 (T. 2400020); **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471); **BARREIRO: Central**, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207); **AMORA: Julieta Campos**, R. Ribatejo, 2, Cruz de Pau (T. 2211131); **SEIXAL: Soromenho**, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560); **MONTIJO: Montepio**, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035); **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T 239025); **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020); **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T 234137)

Linha de Cascais

ALCABIDECHE: Carvalho. Até às 21 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**. Até às 21 horas. **PACO DE ARCOS: Godinho**, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039); **OEIRAS: Central**, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Até às 22 horas; **NOVA OEIRAS: Leal**. Até às 21 horas; **CARCAVELOS: Central**. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Vilar**. Até às 22 horas; **S. DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 21 horas; **PAREDE: Grincho**, Av. da República, 87 (T. 2471204). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas; **AMOREIRA: Amoreira** (T. 262313/267314). Até às 21 horas; **ESTORIL: Suíça**, Cruzeiro (T. 260087). Até às 22 horas; **CASCAIS: Nova**, E. Alvide, Fontainhas (T. 281044). Até às 21 horas; **Marginal**, Av. Marginal (T. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA: Jardim, Av. Conde Oeiras, 120, Reboleira (T. 938424). Permanente; **Confiança**, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, R. D. Maria II, lote D (T. 9710231); **QUELUZ: Queluz**, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841); **CAMARATE: Batalha**, R. Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2518669); **CACÉM: Central**, R. Elias Garcia, 55 (T. 2940034); **MEM MARTINS: Quimia**, E. Mem Martins, 285 (T. 2910012). Até às 24 horas; **AGUALVA-CACÉM: Mira Sintra**, P. N, Torre, 310. Até às 20.30; **MERCÊS: Claro Russo**. Até às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Permanente; **SINTRA: Misericórdia**, Vila (T. 2930391). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

Porto

(De dia e só até às 22 horas0

AMEAL – Rua do Ameal, 1227. Telef. 483550; **CAMPO ALEGRE** – Rua do Campo Alegre, 723. Telef. 622451; **FERREIRA DA SILVA** – Rua dos Mártires da Liberdade, 150. Telef. 24023; **PENINSULAR** – Rua Chã, 100. Telef. 20707; **MELO TAVEIRA** – Rua Alcaide Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** – Rua de S. Roque da Lameira, 1111. Telef. 51739; **SÁ DA BANDEIRA** – Rua Sá da Bandeira, 236. Telef. 22164.

(De dia e toda a noite)

PRELADA– Rua Central de Francos, 316. Telef. 64312; **MARTINO, SUCR.** – Praça Marquês de Pombal, 122. Telef. 480747; **POMBEIRO** – Campo dos Mártires da Pátria, 152. Telef. 311295; **S. LÁZARO** – Av. Rodrigues de Freitas, 297. Telef. 27043.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

SITÁLIA – Largo da Sé Velha, 13-14. Telef. 23234; **SILVA SOARES** – Rua M. Albuquerque, 26-28. Telef 71454.

centros de cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade
SALA A 13 anos
Às 14.30 16.30 18.30 e 21 30 h
UM AMOR EM NEW YORK
Às 23.30 h
BANANAS
SALA B 18 anos
As 15, 17, 19 21.30 e 23.30H
O QUARTO VERDE

ALVALADE 897480
Av. de Roma
Às 15.00, 18 15 e 21.30
N. ac. men 13 a.
DESTINOS CRUZADOS
c/ Dharmendra, Sanjeev Kumar e Hema Malini
3.ª semana

APOLO 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
Sessoes as 13.30, 15.30, 17.30, 19 30 e 21 30 h
O CÉU PODE ESPERAR
Não acons. men. 13 anos
Hoje e todos os dias as 23 30
Não acons men 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

AVIS 547163
Av. Duque D'Avila, 45
15.30 18.30 e 21.30 H
N. acons. m/18 anos
SUSPIROS DE AMOR
c/ Uschi Moser e Hans Hass Jr.

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar
14 16.30, 19 e 21.30 h
Louis de Funés em
O GENDARME EM NEW YORK
Um filme de Jean Girault
Colorido

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
As 14, 16.30, 19 e 21 30
Não acons men 13 anos
um filme de Randal Kleiser – colorido
GREASE
(Brilhantina)

CASTIL 580194
Rua Castilho
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Int men 18 anos
Premiado com 2 «Oscars»
4Globos de ouro
A obra-prima de terror volta novamente ao «écran»
O EXORCISTA

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Int. men. 18 a.
3.ª Semana
ORGIAS LOUCAS
Pornográfico
Às 24 horas – N ac. m. 13 anos
UMA MULHER IMPLACÁVEL
Com Jane Fonda e James Caan

CINE CAMÕES 324194
Rua de Loreto, 15
Às 14.15, 16.30, 21.30
Não acons. men. 13 anos
A VERDADEIRA HISTÓRIA DE BRUCE LEE
Filme de NC See Yien
Com No Ching Yaolinda Herst, Unicorn Cran

CITY CINE 549999
Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 14,30, 16.45, 19 e 21.30
Int. a men. 18 anos
O ÚLTIMO TANGO EM PARIS
um filme de Bernardo Bertolucci
Às 23.45
NEM GUERRA NEM PAZ
de Woody Allen

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2
às 14, 16.30 19 e 21.30 h
Às 21.30 – N. ac. men. 13 a.
A GUERRA DAS ESTRELAS
em 70mm, Technicolor e Panavision
n. acons. m/13 anos

DOIS MIL 2100055
Av. Bombeiros Voluntários, Lote 113 - Algés
Às 15.30 e 21.30 h.
TARZAN E A CAÇADORA
Maiores 6 anos

D. JOÃO V 971794
Praça Centro Comercial – Damaia
Amanhã às 21.15
Interdito menores 18 anos
PAIXÃO
Com Burt Lencaster e Silvana Mangano

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21
Às 14, 16 30, 19 e 21.30 h
Joan Collins, Oliver Tobias, Emma Jacobs em
O GIGOLO
Um filme de Quentin Masters
Colorido
Não acons. men 18 anos

ESTÚDIO 555134/5
Av. Afonso Henriques, 35
Às 15.30, 18 30 e 21.30 – 18 a
Volta ao convivio do público um dos maiores
êxitos de sempre!
ZORBA, O GREGO
c/ Anthony Quinn Alan Bates e Irene Papas

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83
Às 15.30, 18.30, 21.30
n/acons. m/18 anos
a comédia mais louca do mundo
«MINHA MULHER É DOIDA»
com Barbra Streisand e Michael Sarrazin

EUROPA 661016
R. Almeida e Sousa, 35
15.15, 21.30
Não acc. s. men. 13 anos
O INSP. MARTELADA
18.15 – Não ac. men. 18 anos
A MINHA INSACIÁVEL CUNHADINHA

IMPÉRIO 555134
Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15, 18.30, 21.30
Não acons. men. 18 anos
O maior espectáculo jamais filmado!
Foi só uma pequena faisca e a noite ardeu num abrasador «suspense»!
A TORRE DO INFERNO
2.ª Semana

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
UM CASAMENTO
c/Vittório Gassman-Mia Farrox
5.ª Semana

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha
Às 14.45, 18.15 e 21.30 h
horas n. acons. men. 13 anos
GRANDE PRÉMIO
70 m/m
Projecção do filme 5 minutos após o início das sessões

MONTECARLO Tel. 681117
A. Pedro Alvares Cabral, 37
às 15.30, 18.30 e 21.30 h
O ATIRADOR
c/ Lauren Bacall e James Stewart
Um filme de Don Siegel

MUNDIAL 538743
R. Martens Ferrão, 12-A
15.15 18.30 e 21.30h
O NOSSO AMOR DE ONTEM
2 «Oscars» da Academia
Barbra Streisand, Robert Redford
Não acons. men. 13 anos
2.ª Semana

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
Não acons. men. 13 anos
LED ZEPPELIN
num concerto ao vivo em
ROCK É ROCK MESMO
Hoje somente se realizão as sessões das 14, 16.30, 21.30

NOVOCINE 840678
Av. General Roçadas, 7
15.15, 21.30
Não acons. menores 13 anos
Uma noite inesquecível
A NOITE DE IGUANA
Com Richard Burton e Ava Gardner

ODEON 326283 4
R. Condes, 12 a 20
Às 21.30
Não acons. menores 18 anos
ADEUS EMANNUELLE
Ás 15.15 18.15
Despedida de
EMANNUELLE A ANTIVIRGEM

PATHÉ 821933
R. Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16.30, 18 45 21 30 H
CRAZY HORSE DE PARIS
Realizaçao de Alain Bernardin
Colorido
Int m/13 anos

POLITEAMA 326305
R. Portas de St.º Antão
14.15, 16.30, 19, 21 30
Não acons. men 18 anos
CIDADE VIOLENTA
c/ Telly Savalas e Jill Ireland

QUARTETO 771378
R. Flores do Lima, 16
SALA 1
às 15, 17, 19, 21 e 23 h
UM DIA EM NEW YORK
(6 anos)
Real: Stanley Donen
SALA 2
Às 14.30, 16.45 19, 21.15 e 23.30 H
JONAS
Int. men. 13 anos
Ralz: Alain Tanner
SALA 3
às 15, 17, 19, 21 e 23 H
O DISFARCE
Não acons men. 18 anos
Ralz: Sandor Pal
SALA 4
As 15 , 17 19 21 e 23.30 H
DR. ESTRANHO AMOR
Não acons. men. 13 anos
Realiz: Stanley Kubrick

RESTELO 610375
Av. Torre de Belém
15.30, 21.30
Não acons. men. 13 anos
ALGUÉM ANDA A MATAR OS GRANDES CHEFES DA EUROPA
Com Robert Morley, Jacqueline Bisset, Georg Segal, Jean Pierre Cassel e Philippe Worret

ROMA 887778
Av. de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30, 21.30
n. acons. m/13 anos
A volta da grande aventura do espaço
A GUERRA DAS ESTRELAS
com Alec Guiness e Mark Hamill

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20
Sessões às 14.15, 16.30 18.45 21.30
Joan Collins, Oliver Tobias, Emma Jacobs em
O GIGOLO
Um filme de Quentin Masters /// colorido
n. acons. a m/18 anos

SÃO JORGE 579144-579344
Av. da Liberdade, 175
Às 15.15, 18.30 e 21.30 – N. ac. men. 18 a.
Ciclo Grandes Realizadores
INTERIORS (INTIMIDADE)
Um filme de génio de Woody Allen

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Atenção ao horário especial para este programa
Às 14.00, 16.30, 19 00 e 21.30
Int. men. 13 anos
FILME DE QUALIDADE
A COLINA MALDITA
Projecção do filme 5 minutos após o início das sessões

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Int men 13 anos
15, 18 e 21.30
OS NOVOS MONSTROS
com Vittorio Gassman, Ornella Muti, Alberto Sordi e Ugo Tognazzi

TERMINAL 371573
Estação do Rossio
11 13 15 17 19 21.30 e 23.30 h
e 23.30
OS TRÊS AMIGOS
A história de 3 amisgos inseparaveis que viveram a incerteza a amizade e o amor

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188
Sessões às 14 00 16 30 19 00 21 30
Aude Landry France Dougnac Serge Regiani em
UMA VIDA PARA VIVER
Um filme de Michel Lang /// Eastmancolor
n. acons a m/13 anos

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
Às 15, 18.15 e 21 30
SKATE
Com Allen Garfield
3 semana

ZODÍACO Tel. 570551
Rua Conde de Redondo, 5
Sessões às 14.15, 16.30, 19, 21.30
Não acons. men. 13 anos
AVENTURA É AVENTURA
De Claude Lelouch
Com Lino Ventura e Jacques Brel
3.ª semana

PALÁCIO FOZ 367031
P. Restauradores
Ciclo VOLKER SCHLONDORFF
15.15, 21.15
FOGO DE PALHA
18.15 **DIE MORAL DER RUTH HALBFASS («A Moral de Ruth Halbfass»**
O filme é legendado em espanhol
Iniciativa do Instituto Alemão de Lisboa
Interdito a menores de 18 anos

teatros

Lisboa

ABC – «Crazy Horse», 21 e 23 (18 anos)
D. MARIA II – «A Bisbilhoteira», às 21.30 (6 anos)
MARIA VITÓRIA – «Rei, Capitão, Soldado, Ladrão», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
MONUMENTAL – «Um Zero à Esquerda» às 21.15 (13 anos)
VASCO SANTANA – «Quando a Banda Tocar», às 21.30 (13 anos)

Outros Espectáculos Lisboa

CAPITÓLIO, «Paraíso Sexual», 19, 21 e 23 (18 anos).
OLIMPIA – «Vendedor Sexual», sessões permanentes (18 anos)
CINEARTE – «A Mulher Dragão», 21.30 (18 anos)
ROYAL – «O Último Combate de Bruce Lee», 21.30 (18 anos)
PARIS – «A Lei do Ódio», 21.30 (18 anos)
PROMOTORA – «Tarzan e as Amazonas», 21.30 (6 anos)
LUMIAR – «Cuidado, as Crianças Estão a Ver», 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – Lido – «Grease», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «Testemunha na Ratoeira», às 21.30 (13 anos)

outros espectáculos

AMADORA – Cine-Plaza – «O 7.º Continente», às 21.30 (13 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «Bocas Guiosas», às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «Avisem os Espartanos», às 21.30 (13 anos)
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «Não Mudes de Mão», às 21.15 (18 anos)
OEIRAS – Oeiras-Cine – «Vá Gorila, Chega-lhe», às 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Casino – «O Vício de Família», às 17.00 e 21.15 (18 anos)
CASCAIS – S. José – «Arizona Colt», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Impala – «Caravana para Aventura», às 21.30 (18 anos)

Outra Banda

ALMADA – Cinestúdio – «A Febre de Sábado à Noite», às 21.30 (13 anos)
ALMADA – Academia – «Geordano Bruno, o Rebelde», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Incrível – «O Regresso do Inspector Martelada», às 21.15 (13 anos)
LARANJEIRO – Instrução e Recreio – «Kinara», às 21.15 (13 anos)

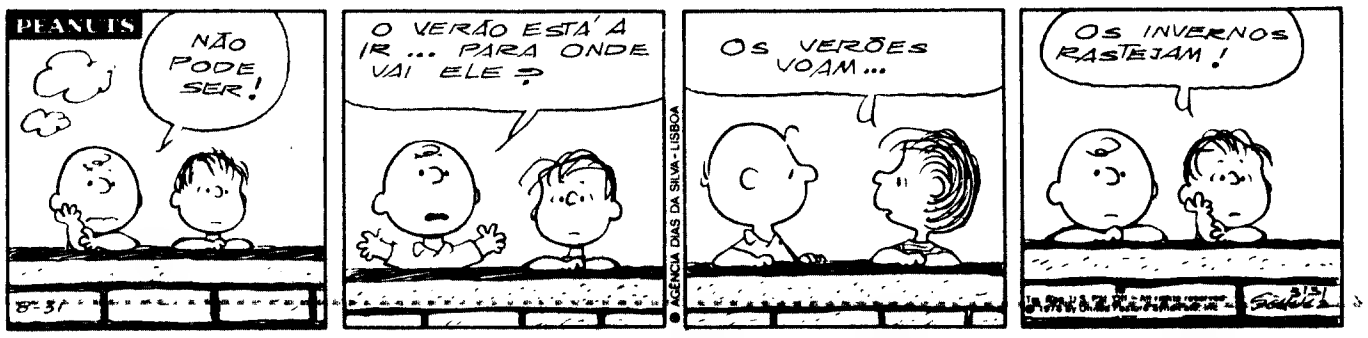
PÓVOA DE ST. ADRIÃO – S. José – «Estrela Negra», às 21 30 (10 anos)

Porto

TRINDADE – «Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras», às 21.30 (10 anos)

COLISEU – «Patton» às 21.30 (12 anos)
LUMIÈRE (L) – «Castelos de Gelo», às 21.45 (13 anos)
CARLOS ALBERTO – «Nene», às 21.30 (18 anos)
BATALHA – «Ódio Velho», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «O Polícia 777», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «American Fever», às 21.30 (13 anos)
S. JOÃO – «O Gendarme em Férias», às 21.30 (6 anos)
SALA BEBÉ – «Noite de Chuva», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT – «Kojak o Detective», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIS – «Vamos a Isto Rapazes», às 21.30 (13 anos)
FOCO – «Aquele Verão», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO – «Madame Claude», 21.45 (13 anos)
LUMIÈRE (A) – «Não me Chames Miúda», 21.30 (13 anos)
RIVOLI – «A Túnica», 21.30 (13 anos)
CHAPLIN – «A Grande Decisão», 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL – «Na Idade da Inocência», às 21 30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «A Freira Diabólica», às 21.30 (18 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Marilyn e o Senador», às 21.30 (18 anos)
TERÇO – «Lodo na Cidade» 21.30, (18 anos)

lubrificantes
GALP
a máquina é exigente



DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO RUA CASTILHO 105 1.º TELEFONES 554531/2/3
REDACÇÃO PUBLICIDADE E SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUIZ SCHWALBACH 34 TELEFONES 371154/5 328271/2/3 328279 372 81 2 PUBLICIDADE 368749
SERVIÇO NOITE (DEPOIS DAS 21)
PORTEIRO 371154 MENSAGENS GRAVADAS 328279
ENDEREÇO TELEGRÁFICO DIÁRIO TELEX 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO RUA DO ALMADA 387 TELEFONES 28954/5

TAP e Metro param para negociar ACT's

Os trabalhadores da terra da TAP deverão paralisar as suas actividades depois de amanhã, durante seis horas, segundo um horário que varia de acordo com o local de trabalho: das 11 às 17 horas no aeroporto e das 13 às 19 em todo o País.

Por outro lado, uma paralisação do Metropolitano de Lisboa foi ontem anunciada: deverá efectuar-se no dia 17, terça-feira, e abrangerá um período que vai das seis da manhã ao meio-dia.

Em ambos os casos, as formas de luta anunciadas resultam das dificuldades que têm sido encontradas pelos representantes dos trabalhadores nas negociações dos respectivos Acordos Colectivos de Trabalho e particularmente no que se refere às tabelas salariais. A situação é, de resto, paralela à que se verifica em todo o sector de transportes, em consequência das limitações que foram impostas pelos responsáveis governamentais.

No caso da TAP, as reivindicações salariais são de aumentos de cerca de 24 por cento, enquanto a administração vai além dos 20. Mas, em causa estão, também, os enquadramentos salariais, o subsídio de refeição e regulamento de funcionamento dos refeitórios e diuturnidades.

À hora em que encerrámos esta edição, decorria mais uma reunião de negociações, cujo resultado era ainda desconhecido.

Quanto ao Metro, a decisão de greve foi tomada em plenário efectuado ontem nas oficinas da empresa, em Sete Rios.

Um dos principais pontos de discórdia é o período de vigência do novo ACT, que os trabalhadores pretendem que consagre a retroactividade a 13 de Março, enquanto a administração daquela empresa pública se bate pelo dia 21 de Junho.

Mas controvérsia existe também quanto aos subsídios de refeição para quem não possa utilizar os respectivos serviços do Metropolitano e também no que se refere às diuturnidades.

Ontem, de manhã, tinha-se verificado uma nova ruptura das negociações que tinham sido retomadas na segunda-feira. Tal poderá levar ao pedido de conciliação, por parte da administração, o que certamente não contribuirá para a ultrapassagem do conflito.

AM DO PORTO:
A direita foi de férias?

Estavam completamente vazios os lugares do CDS e encontravam-se presentes apenas três representantes do PPD/PSD, quando foi declarada a falta de «qorum» na Assembleia Municipal do Porto. Aconteceu ontem, pela primeira vez, em dois anos de actividade daquela assembleia.

«A direita foi de férias» – ouviu-se comentar.

Da agenda da reunião, marcada para as 17.30 horas, destacavam-se a discussão e votação do Relatório e Contas dos SMAS relativos a 1978 e a proposta para a elaboração do novo Plano Director da Cidade.

A Assembleia tem nova reunião marcada para o dia 18, desta vez para apreciar, discutir e votar o processo de inquérito aos SMAS e, eventualmente, deliberar sobre a tomada de medidas.

Simone Veil candidata liberal ao Parlamento Europeu

Simone Veil foi hoje designada no Luxemburgo pelo grupo liberal, para ser candidata à presidência da Assembleia de Estrasburgo.

A sr.ª Veil, obteve 20 votos no seio do grupo liberal. O seu concorrente, o antigo primeiro-ministro luxemburgês, Gaston Thorn, obteve 16.

Segundo os observadores, Simone Veil tem fortes possibilidades de ser eleita para a presidência da nova Assembleia Europeia de Estrasburgo já que o grupo democrata cristão confirmou hoje a sua intençção de votar pelo candidato escolhido pelo grupo liberal.

Na foto Simone Veil abraça Jacques Barnot que a substituiu no Ministério da Saúde francês.

Três centenas de estrangeiros inscritos nos Cursos de Verão

Trezentos estrangeiros das mais diversas idades e nacionalidades aprenderão a conhecer Portugal e a sua lingua nos cursos de Verão organizados pela Faculdade de Letras de Lisboa.

No prpóximo dia 13, o prof. Ilídio do Amaral, profere a conferência inaugural sobre a universidade portuguesa, iniciando-se no dia 16 os cursos em três níveis, de acordo com o grau de conhecimento da lingua e literatura portuguesa que os candidatos demonstrarem nos testes, que hoje se iniciam.

Os cursos que se prolongam até 10 de Agosto oferecem este ano pela primeira vez a possibilidades dos alunos do nível mais avançado participarem em quatro seminários à sua escolha.

Do programa destaca-se na primeira semana Camões (por Vitalina Matos), Literatura Portuguesa Medieval (Elsa Gonçalves) História Contemporânea de Portugal (Jorge Custódio).

Na segunda semana, a opção será entre um seminário sobre Alexandre Herculano (Candido Beirante), a Geração de 70 (Alvaro Coelho) Manuel Machado e a História Medieval Portuguesa (Borges Coelho). Na terceira semana os temas serão Dialectologia e História da Lingua (Ana Ramos), Novelistica Portuguesa Contemporânea (A. M. Machado) e Geografia de Portugal (Carmelinda Cavaco).

A Literatura Popular Portuguesa e a Arquitectura Popular Portuguesa serão temas de seminários orientados por João David Pinto Correia e Cláudio Torres. A música portuguesa tem igualmente lugar neste curso de Verão, quer a nível de seminário, orientado por Gerard Dorderer, quer a nível de sessões extra-escolares, como é o caso da música de intervenção e de um concerto de cravo, previstos para o mês de Agosto.

Alcobaça, Évora e Tomar, serão visitadas pelos alunos estrangeiros que terão ocasião de se inteirar das acções de sensibilização e preservação do património que nalguns desses locais têm sido levadas a cabo.

A mulher espanhola e os anti-conceptivos

Quase 10 por cento das mulheres espanholas não solteiras, em idade fertil, desconhecem os métodos anticonceptivos e 7 por cento delas nunca ouviu falar destes métodos.

Este é um dos resultados divulgado ontem sobre a fecundidade em Espanha, e que foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

É no nível de instrução onde se apresenta as maiores diferenças.

Vinte por cento das mulheres analfabetas não conhecem métodos anticonceptivos.

Quase 13 por cento das que sabem ler e escrever, mas que não têm qualquer curso, não conhecem qualquer método.

A percentagem de mulheres espanholas com estudos primários que não conhecem os métodos é somente de 5 por cento e a partir dos bacharelato estas cifras baixam em 2 por cento.

O tipo de cidade onde se reside também condiciona o conhecimento, ou não, dos métodos anticonceptivos.

Treze por cento das mulheres que vivem em localidade de menos de 10 mil habitantes ignoram a existência de qualquer método.

SEGUNDO O MNE

Governo português não intervém nos orgãos de comunicação

Proença de Carvalho ameaça

O Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmou ontem que «o Governo português não tem nada a ver com reportagens que possam eventualmente ser divulgadas» pelos órgãos de Comunicação Social, numa referência ao protesto apresentado pelo embaixador marroquino por causa da exibição de um filme considerado hostil ao seu país.

O filme, exibido pela RTP-2, focava a luta pela libertação nacional do povo saraui e foi exibido no programa «A Par e Passo» do passado sábado, tendo sido considerado pela Embaixada de Marrocos como um acto de «propaganda antimarroquina», que poderia «influir nefastamente no desenvolvimento dos contactos» entre os dois países. O embaixador pedia ao Governo que evitasse a repetição do que qualificou como «tal erro».

Segundo o porta-voz do MNE, Portugal «tem mantido a mais estrita neutralidade» no conflito que opõe o povo saraui às forças marroquinas de ocupação.

Entretanto, o ministro demitido da Comunicação Social parece ter uma posição diferente sobre o problema. Proença de Carvalho teria afirmado ao embaixador que «deplorava» a transmissão do filme e prometera-lhe «evitar que tais actos antimarroquinos continuem», numa clara ameaça de censura sobre um órgão de Comunicação Social que, apesar de estatizado, não está, ou pelo menos não deve estar, debaixo do controlo directo do Governo.

ATENTADO

Entretanto, o Comité Português de Apoio à Frente Polisari divulgou um comunicado em que considera o protesto do embaixador como «um atentando ao direito do povo português ser informado».

O comunicado acusa a Embaixada marroquina de recorrer à ameaça e à chantagem, praticando uma «intolerável intromissão nos assuntos internos portugueses», ao manifestar a sua esperança de que não voltem a ser exibidos programas semelhantes.

Finalmente, classifica de acto prepotente e nitidamente censório as afirmações do minitro Proença de Carvalho.

CD's do ensino secundário reuniram-se em Lisboa

Os Conselhos Directivos das escolas secundárias e liceus da zona de Lisboa reuniram-se em Lisboa tendo a preparação do próximo ano lectivo e a gestão democrática sido os temas em foco. O encontro teve lugar no Liceu Passos Manuel com a presença de cerca de meia centena de Conselhos Directivos das escolas secundárias e liceus da zona de Lisboa.

As conclusões da reunião serão apresentadas ao MEIC. Surgiram propostas diversas que apontavam, no que se refere às condições de trabalho e à preparação do próximo ano lectivo as seguintes medidas: a partir de Setembro deverá começar a discussão dos programas e métodos de avaliação bem como a preparação do material didáctico; o acompanhamento de novos professores; constituição das turmas com base no número mínimo determinado pelo MEIC e atender aos problemas levantados pelos horários dos transportes colectivos; estabelecer grupos de turmas para grupos de professores no sentido de facilitar a interdisciplinaridade; redução ao mínimo das horas extraordinárias e ainda diminuição o mais possível do número de turmas atribuído a cada professor.

Além do estado de degradação das escolas foi debatida ainda a constituição das turmas do 10.º e 11.º anos, tendo em conta o rendimento das opções e, no 11.º ano, as previsíveis dificuldades levantadas pelas condições de passagens definidas pelo MEIC, criando um elevado número de alunos assistentes.

(Hoje 28 páginas)

PARTIDAS AOS DOMINGOS
Junho 24
Julho 1, 8, 22, 29
Agosto 5, 12, 19, 26
Setembro 2, 9, 16, 23, 30
Outubro 7, 14
INCLUINDO:
Avião, Hotel 1.ª, transportes em terra, visita da cidade e assistência Delegado abreu
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO.
LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef 317921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2
FARO Av. da República, 124 Telefs. 25035/6
FUNCHAL Rua do Gorguilho, 1 Telefs 31077/8
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

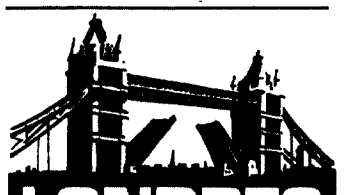
maravilhosas paisagens
CIRCUITO AÇORIANO (3 ilhas)
UMA SEMANA EM S. MIGUEL
AÇORES E MADEIRA
partidas semanais de Maio a Outubro
os melhores preços
peça-nos programa:
Europeia
• A EXPERIÊNCIA AO SERVIÇO DO TURISMO •
Av. da Liberdade, 223 • 1252 LISBOA Codex • Tel. 539121
Rua Rosa Araújo, 16 • 1252 LISBOA Codex • Tel. 561141
Av. Tomaz Cabreira • Vivenda Sant'Ana • Praia da Rocha
8500 PORTIMÃO Tel. 23377
membro IATA em Portugal

TERRA SANTA
VISITANDO: JERUSALÉM-BELÉM-JERICÓ MAR MORTO-NAZARÉ-TIBERÍADES CAFARNAUM-HAIFA-TEL-AVIV
1 SEMANA DE ESTADIA
Incluindo:
Viagens
Hoteis de 1ª (pensão completa)
Visitas e guia abreu
Partidas:
15/5 · 12 e 19/6 · 17 e 19/7
2, 7, 21 e 28/8 · 4, 11 e 18/9
2/10 · 16/12
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA GRUPOS
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
UMA EMPRESA PRIVADA DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO
PORTO Av dos Aliados, 207 • Telef 31 79 21
LISBOA Av da Liberdade, 160 • Telef 37 13 41
COIMBRA Rua da Sota 2 • Telefs 270 11/2
FARO Av da Republica 124 • Telefs 25035/6
FUNCHAL Rua do Gorguilho 2 • Telefs 310 77/8

GRANDE CRUZEIRO DE VERÃO
MEDITERRÂNEO
De LISBOA a LISBOA
A bordo do moderno paquete
"FUNCHAL"

Classe única • Serviço de 1ª cl.
TUNÍSIA - GRÉCIA - TURQUIA
ILHAS DE MALTA E SARDENHA
2 partidas: 27 Agosto e 15 Setembro 1979
18 maravilhosos dias no Mediterrâneo
ISENTO DE AVERBAMENTO NO PASSAPORTE
EXCELENTE OPORTUNIDADE! LUGARES LIMITADOS!
PROGRAMAÇÃO E VENDA abreu fundada em 1840
LISBOA - Av. Liberdade, 160 - Tel. 371341
PORTO - Av. Aliados, 207 - Tel. 317921
COIMBRA - Rua da Sota, 2 - Tel. 27011/2
FARO - Av. República, 124 - Tel. 25035/6
FUNCHAL - Rua Gorgulho, 1 - Tel. 31077/8
UMA EMPRESA PRIVADA DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

TEM FALTA DE ESPAÇO EM SUA CASA?
APRESENTE-NOS UMA SIMPLES IDEIA OU DESENHO, POIS NÓS EXECUTAMOS MÓVEIS DE TODOS OS MODELOS OU MEDIDAS
REQUINTE — MÓVEIS E ESTOFOS
(FABRICANTES)
Av. Almirante Reis, 110 – Telefone 82 28 91
(Defronte da Cervejaria Portugália)


LONDRES
1 SEMANA
FÉRIAS OU NEGÓCIOS
PARTIDAS SEMANAIS EM AVIÃO ESPECIAL TAP
1 SEMANA - 8 dias
SÉRIE A - Domingos (todo o ano)
SÉRIE B - 5ªs feiras (até 25/10)
FIM DE SEMANA - 4 dias
Quintas a Domingos
MINI SEMANA - 5 dias
Domingos a Quintas
Preços excepcionais desde * 7420$
* e vantagem dos voos especiais
Milhares de pessoas dizem com satisfação: "fui a Londres numa daquelas viagens baratas da abreu!
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO.
LISBOA Av da Liberdade 160 Telef 371341
PORTO Av dos Aliados, 207 Telef 317921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs 27011/2
FARO Av da Republica 124 Telefs 25035/6
FUNCHAL Rua do Gorguilho 1 Telefs 31077/8
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

MESA REDONDA

Contraponto de opiniões

NESTE SUPLEMENTO

O COOPERATIVISMO HOJE

participam

José Carlos Albino
Álvaro Alexandre
Albino Ramos
Manuel Azevedo
Luis Cardoso

Existem em Portugal cerca de 3200 cooperativas abrangendo os ramos do consumo, habitação, produção industrial e serviços, etc. Desde 1858, altura em que se formou a primeira cooperativa portuguesa, a Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, percorreu-se um longo caminho. O 25 de Abril veio introduzir uma dinâmica nova neste sector que sobreviveu com dificuldade o período do fascismo, em que desde a Lei Garrote, o Dec.-Lei 22 513 de 1933 ao Dec.-Lei 520/71, foram colocados sucessivos obstáculos ao seu funcionamento.

Hoje os tempos são diferentes. Em 1977 é formado o INSCOOP, Instituto Cooperativo António Sérgio de apoio ao sector. Em Outubro do ano passado é criada, no âmbito deste instituto, uma comissão que, integrando todos os sectores cooperativos, deve elaborar um Código Cooperativo que ultrapasse os condicionalismos que a realidade actual cria e que a Lei Andrade Corvo de 1867 não pôde prever. Na Assembleia da República reposam, desde há um ano, dois projectos de lei reguladores de alguns aspectos do sector. Mas, apesar de todas estas transformações iniciadas com o 25 de Abril, muitas são as dificuldades que os cooperativistas enfrentam. Neste suplemento são apontados os principais. Nesta Mesa Redonda participam José Carlos Albino **da UNIURBA, União das Cooperativas de Construção de Lisboa e Setúbal,** Álvaro Alexandre **da União das Cooperativas de Habitação,** Albino Ramos **da FENACOOP, Federação Nacional das Cooperativas de Consumo,** Manuel Azevedo **das CHE's, Cooperativas de Habitação Económica e** Luís Cardoso **da Liga Nacional das Cooperativas de Transportes. Esta Mesa Redonda realiza-se alguns dias depois da celebração em todo o País do 57.º Dia Mundial da Cooperação, em que foram recordados os problemas do sector cooperativo e as suas perspectivas futuras. O manifesto da Comissão Organizadora de Lisboa referia que «é indispensável que a ideia de solidariedade entre os cidadãos constitua um estado de espírito que, baseado num naturalmente aceite sentido de cooperação, que a todos congregue no mesmo esforço para construir uma sociedade à qual tenhamos a satisfação de pertencer».**

Para se conseguirem a curto prazo resultados mais concretos da evolução que se deseja é necessário que «a nossa política, **que por respeito dos princípios democráticos, deve favorecer o progresso do cooperativismo,** as nossas autoridades, **que estabelecem na prática as normas dessa política,** os organismos do Estado ou administrativos, **que as executam e** as outras entidades públicas ou privadas **das quais as cooperativas também dependem, cooperem activamente com essas instituições, conseguindo soluções para os seus problemas, evitando bloqueamentos e aceitando que as organizações no âmbito do cooperativismo reúnam condições para contribuir em larga medida para a construção do nosso País, com o mérito de ser apoiada na Constituição da República e nos princípios cooperativos, que deverão ser uma base para a nossa forma de proceder».**

Que os desejos expressos no manifesto divulgado no último sábado possam ser cumpridos pelos largos milhares de cooperativistas que não desistem de contrariar os mecanismos da economia de mercado, contrariando quem deseja perpetuar as sequelas da exploração do homem pelo homem pensando na construção da sociedade socialista.

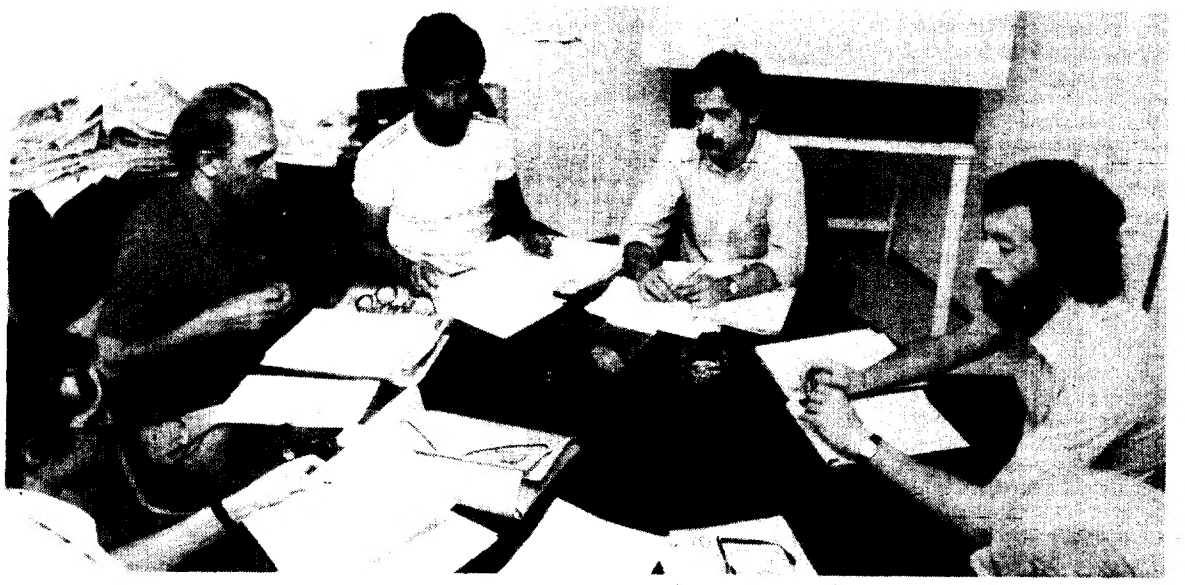
Só faltam condições. As Cooperativas já existem...

«DL» – Gostaríamos que, em primeiro lugar, nos fizessem um balanço do Cooperativismo em Portugal nos últimos anos.

José Carlos Albino – Existiam já mais de 800 cooperativas antes do 25 de Abril, cooperativas que se constituíram desde o final do século XIX, com um acentuado incremento no período da I República. Estas cooperativas distribuiam-se, predominantemente no sector da agricultura, não no campo da produção, mas nos sectores periféricos. O sector do consumo era também importante. Este grupo de cooperativas teve um papel importante na organização de actividades culturais, de defesa da liberdade e de resistência ao obscurantismo do regime deposto. Refiro-me, claro está, ao grupo das cooperativas de consumo. Existiam igualmente cooperativas de habitação e de crédito, sendo os outros sectores praticamente inexistentes. O 25 de Abril, com a instauração das liberdades e ao mesmo tempo a acentuação da crise económica que atravessamos, bem como o abandono de muitas empresas pelas entidades patronais, motivou a rápida expansão das cooperativas. Em quatro anos formaram-se mais de 2200 cooperativas. O salto mais significativo e que corresponde à degradação das condições de vida e de trabalho dos operários, registou-se no campo das cooperativas de produção industrial, tendo nascido cerca de 800 cooperativas. Como se sabe, também na zona da Reforma Agrária os números são significativos.

Se, no caso das COOPIS (Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços) o surto de constituição ficou a dever-se aos detentores dos mecanismos de produção do regime fascista, no âmbito das cooperativas de consumo, elas surgem pela necessidade das populações responderem ao progressivo aumento do custo de vida e pelo desejo de elas próprias contribuirem para ultrapassar os mecanismos corroídos pela especulação. No respeitante à habitação, saliente-se o facto evidente de não existir neste campo uma resposta conveniente às carências das populações. É caso das CHE's (Cooperativas de Habitação Económica), algumas ligadas ao processo SAAL. Resumindo, a conquista das liberdades e a situação económica foram os dois factores fundamentais na formação das novas cooperativas. As populações tendo de enfrentar e responder a novas situações encontraram um meio de superar alguns dos seus problemas. Mas o aumento em flecha do número de cooperativas que triplicou, gerou igualmente novos problemas. O avanço da consciência dos cooperativistas não foi tão rápido quanto o da formação das cooperativas e da sua estruturação em cada sector. Resta dizer que o período de maior expansão foi o dos anos 75 e 76 e que posteriormente se entrou numa fase de consolidação. Quando estas cooperativas podiam dar resposta aos seus problemas e propor soluções, verifica-se que, apesar da nossa Constituição consagrar o apoio ao sector cooperativo, os problemas em vez de se solucionarem, agravam-se. O Estado em vez de apoiar as cooperativas, tem ignorado a sua existência e até dificultado a sua vida. Um exemplo eloquente é o facto de a proposta das Grandes Opções do Plano do IV Governo, ignorar simplesmente o sector cooperativo. Numa reunião do Plano, o secretário de Estado do Planeamento afirmou mesmo que «as cooperativas eram como o Sol, nasciam e morriam todos os dias».

Por aqui se vê como o IV Governo entendia o sector cooperativo, desconhecendo que ele pode ser um instrumento relevante na resolução de muitos problemas colectivos.



UM POUCO DE HISTÓRIA

«DL» – Quais as diferenças existentes nas razões da génese de cooperativas, para além das apontadas, no período anterior ao 25 de Abril, no posterior, e na actualidade? Terá havido diferenças? Será que o «espírito de Rochdale» está hoje mais próximo dos cooperativistas nacionais?

Albino Ramos – Bom, o espírito ou o sentimento da cooperação já se verificava em certas comunidades ou clãs da antiga Ásia ou nas sociedades feudais europeias, a partir do momento em que os povos descobriram que cooperando eram mais fortes. Mas é a Revolução Industrial, no século passado que dá às cooperativas novos moldes, estes mais avançados. As revoluções americana em 1776 e a francesa em 1789, permitiram, através das liberdades que instauraram e do desenvolvimento das filosofias humanistas, a circulação das ideias, embora não tivessem dificultado as formas da exploração da burguesia já existentes. Esta circulação de ideias chegou progressivamente até às classes exploradas, aos operários concentrados nos grandes aglomerados industriais, nos subúrbios das cidades. A aquisição de uma mentalidade diferente permitiu assim a tomada de consciência da sua situação económica e social. Apoiados no ideário dos teóricos cooperativistas idealistas que pensavam poder chegar ao Socialismo através do cooperativismo, começaram a formação de cooperativas que tem o marco histórico importante com Rochdale. Também em Portugal os operários tentaram a pouco e pouco a formação de cooperativas para alcançarem a tão almejada transformação da sociedade. A partir de 1867 o cooperativismo tem a sua primeira lei portuguesa, lei conhecida por Lei de Andrade Corvo, o que na altura foi um grande passo em frente nas condições de formação de cooperativas. A I República surgiu e com ela, naturalmente, novas cooperativas. Chegou mesmo a existir a Federação das Cooperativas de Consumo que seria extinta em 1926. Desde então, as leis corporativas, o Estatuto Nacional do Trabalho e a chamada Lei Garrote em 1933 asfixiaram literalmente as cooperativas. Os trabalhadores tentaram então associar-se de outras formas com os mesmos objectivos. O cooperativismo transforma-se numa arma

●

MESA REDONDA

O IV GOVERNO MARGINALIZOU AS COOPERATIVAS

da resistência. São conhecidos os exemplos, sobretudo no sector do consumo, de cooperativas que constituiam lugar de encontro clandestino dos resistentes a Salazar e mais tarde a Caetano. Seria este que vibraria mais um golpe no movimento cooperativo, quando em 1971 proíbe por decreto, que as cooperativas desenvolvam, no sector do consumo, quaisquer actividades de natureza cultural, resumindo-as a actividades estritamente económicas. Os estatutos passaram a ser sujeitos a um controlo pela via administrativa. Apesar de tudo na zona de Lisboa, principalmente, fortaleceram-se cooperativas de grandes tradições democráticas, autênticas bolsas de resistência e de luta antifascista.

«DL» – E quanto ao espírito de Rochdale?

AS CARÊNCIAS E A FALTA DE APOIO

Albino Ramos – Eu penso que o «espírito de Rochdale» está hoje adaptado à realidade da época e do País. Parece-me que após o 25 de Abril houve o que se pode chamar uma explosão de cooperativas e, acentuadamente, no campo industrial e no sector de consumo. O seu número, como se disse, triplicou, houve aquela euforia mas, como o tempo, algumas delas não encontraram viabilidade económica, outras ficaram paralisadas pela inactividade que tem causas diversas.

O que em relação ao consumo se nota, é que há já uma preocupação de organização que inicialmente não existiu. No nosso II Congresso da FENACOOP, várias foram as pessoas que notaram a diferença no estado de consciência, noções de organização, inexistentes, praticamente, no período logo após o 25 de Abril, prova evidente de que os cooperativistas sabem que é necessário organizarem-se. Luta-se com enormes dificuldades e conclui-se que só através da organização e da intercooperação, não entre cooperativas mas também intercooperação com o movimento sindical, se podia avançar no sentido de exigir ao Poder a satisfação daquilo que está consignado na Constituição e que isso se cumpra: que o sector cooperativo, que o sector de propriedade social, seja o sector predominante, a base económica do desenvolvimento de que Portugal precisa, e não como agora, ultimamente, se tem ouvido dizer aos governantes que a iniciativa privada é a salvadora de Portugal...

Álvaro Alexandre – Bom, eu sou o mais velho e a minha experiência de cooperativista já fez 30 anos. Para ser breve, devo dizer que sempre tivemos as maiores dificuldades nas cooperativas de habitação. Antes do 25 de Abril não existiam muitas cooperativas nem existiam condições para o seu desenvolvimento. Por isto ou por aquilo não eram ajudadas e andavam sempre à procura dos seus lapsos ou faltas de capacidade para justificar a não atribuição de auxílio. Viviamos num regime corporativo e não cooperativo, o que explica tudo. Gostaria de sublinhar ainda dois aspectos a ter em conta: um é o da cooperação num âmbito global. Quando vamos a uma câmara municipal sentimos cooperação, quando vamos a uma Caixa Geral de Depósitos sentimos cooperação, quando nos deslocamos à Assembleia da República sentimos que há uma clara visão sobre os métodos do cooperativismo e da cooperação no sentido amplo, já que o cooperativismo pertence ao domínio exclusivo das cooperativas. O outro aspecto é o dos princípios do cooperativismo, a sua ética, a sua moral. É isso que me faz ser cooperativista: a luta contra a especulação, contra as regras do consumo, pois não faz sentido uma cooperativa participar em açambarcamentos contra os cidadãos. A ausência de fins lucrativos, pois uma cooperativa não tem lucros. Este aspecto obriga a cálculos complexos na utilização do dinheiro na construção de uma casa sem que se ganhe um tostão.

Manuel Azevedo – As CHE's Cooperativas de Habitação Económica não têm nada contra as cooperativas de antes do 25 de Abril. O que as diferencia é que antes do 25 de Abril as cooperativas existentes eram predominantemente de acesso à propriedade, ao passo que podem ser três as modalidades: o acesso à propriedade, o inquilinato cooperativo e o regime de propriedade colectiva. Nestes dois últimos casos, as habitações nunca pertencem aos sócios, mas às cooperativas. Pensamos inclusivamente que algumas dessas cooperativas de acesso à propriedade entram no campo especulativo. A tónica das cooperativas de habitação económica é procurar terrenos camarários que são mais baratos e escolher um tipo de habitação a construir que se adapte às capacidades financeiras das famílias que as vão ocupar e habitar.

Deve chamar-se a atenção para o crescimento que as CHE's registaram, sobretudo em 1975, ano a partir do qual existiu o Fundo de Fomento de Habitação e um núcleo de apoio para o sector cooperativo de habitação. Neste momento, só em Lisboa existem 86 cooperativas e no País, de norte a sul, 181.

Luís Cardoso – Eu penso que a União das Cooperativas de Habitação focou um aspecto importante, o dos princípios cooperativos, princípios que estão definidos, mas que nalguns casos merecem uma adaptação a realidades concretas, embora existam circunstâncias que permitam a aplicação mecânica dos princípios. Penso, apesar de tudo que o cerne do cooperativismo não reside aí. Penso que as cooperativas não são ilhas, estão integradas num regime político, económico e social e é esse sistema que as enquadra e não o contrário. Temos exemplos na Europa de cooperativas poderosas que se analisarmos mais profundamente pouco têm de cooperativismo na sua prática, embora aparentemente adoptem os princípios do cooperativismo. Existem cooperativas que são autênticas transnacionais. Há exemplos de comportamentos, mesmo por exemplo, a União das Cooperativas Suecas, que investiu em empresas construtoras de estradas que operavam no Vietname no momento da intervenção militar norte-americana. Não estou a querer pôr em causa o movimento cooperativo, mas penso que um dia deverá ser feito o debate aprofundado sobre o que, independentemente dos princípios e ideais que este ou aquele homem tenha, esta ou aquela cooperativa, esta ou aquela organização, o sistema em que se insere é o que muitas vezes mais conta e que molda os actos.

Isto para dizer que para além dos princípios cooperativos, que é uma questão importante, temos de pensar no sistema económico, político e social em que tudo se insere. Para dar um exemplo de um país onde estive, a Argentina, praticam-se aí as regras de ouro do cooperativismo de consumo, mas nós sabemos que o regime político não é propriamente democrático. E, na prática, o modelo vigente nada tem de cooperativo. São empresas, agem como empresas, têm relações internas e externas como empresas.

O INSCOOP ESTÁ MARGINALIZADO

«DL» – Mas, entremos em aspectos concretos da actualidade. A expansão e o crédito concedido às cooperativas.

José Carlos Albino – A expansão das cooperativas assenta, como se disse, na consciência concreta das populações de que sem o seu contributo prático, sem o seu trabalho efectivo, ninguém pode resolver problemas. Uma cooperativa, como outras organizações, permite de facto isso, quer seja no sector do consumo, na habitação ou na produção: a resolução de problemas com a contribuição conjugada de todos. Sem especulação mais-valia ou exploração. Com a libertação do homem desses mecanismos que podem ser exercidos pelas próprias entidades estatais ou de outros agentes que detém os mecanismos da economia do País.

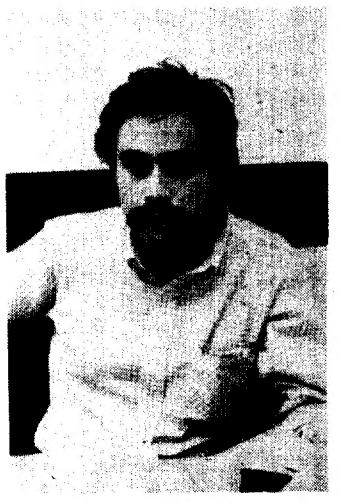
É aqui que se insere o problema do financiamento, o problema do crédito. Isto porque as cooperativas nascem à partida sem capitais próprios de grande vulto. A nossa necessidade é a de existência de mecanismos financeiros em que o Estado tenha um papel fundamental, no sentido de permitir que as cooperativas angariem a sua base de partida para o arranque das suas actividades. Este o grande problema que continua pendente. O autofinanciamento por parte das cooperativas tem-se realizado de forma mais acentuada do que seria desejável, pois as condições de crédito são más e não apenas para nós. São más para todos. Acontece é que a Constituição aponta o apoio financeiro a conceder às cooperativas. E porquê? Porque o apoio que lhes for dado resulta e reverte para o colectivo, para toda a sociedade, já que não há lucros materiais a distribuir. Outro ponto que defendemos é o da formação de quadros e apoio técnico.

Há cooperativas que têm conseguido resistir porque estão melhor preparadas para responder aos problemas, mas a falta de quadros capazes é preocupante, pois a experiência e os conhecimentos para enfrentar situações complexas não pode ser feita sem quadros.

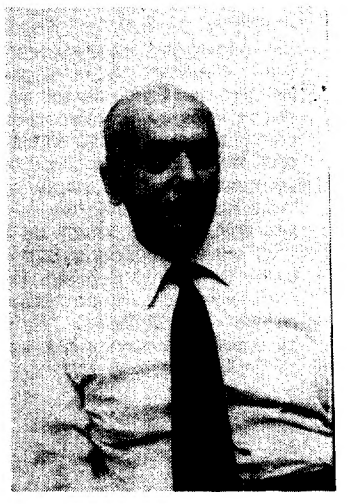
«DL» – Pode dizer-se que a Constituição estabelece esse apoio técnico. Não terá o INSCOOP nascido para suprir essa necessidade?

José Carlos Albino – É um facto que a Constituição o diz claramente. Não o regulamenta, como é óbvio. A Assembleia da República como os governos, têm de legislar nesse sentido. As poucas acções que têm sido feitas em relação às cooperativas são desgarradas e pontuais. Isto tem muito a ver com a questão das Grandes Opções do Plano. Nós, já aqui foi dito, não pretendemos viver como uma ilha no meio deste País, queremos integrar-nos nesta sociedade, de forma clara e se existe a obrigatoriedade constitucional de elaboração do Plano, deveriam ser esses planos a equacionar o contributo a prestar pelas cooperativas em conjugação com todos os mecanismos

Albino Ramos, FENACOOP



Luís Cardoso, LNCT



Álvaro Alexandre, UCH

CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS (1974/78)

Sectores	74	75	76	77	78	total
A. **Sector Primário**						
produção agrícola	–	3	84	337	48	472
produção de pesca	–	6	20	28	22	76
periferia de produção	1	1	22	111	52	187
B. **Sector Secundário**						
produção industrial	5	134	118	63	31	351
construção civil	1	38	62	32	16	149
C. **Sector Terciário**						
produção de serviços						
operários	3	48	68	49	39	207
não-operários	3	33	80	55	36	207
comercialização	3	8	13	11	2	37
consumo de bens	4	42	99	84	54	283
habitação	4	10	48	65	42	169
diversos	3	3	13	44	11	74
TOTAL	27	326	627	879	353	2212

(fonte: Departamento Central de Planeamento)

COOPERATIVAS ANTE

Agricultura	–
Consumo	–
Habitação	–
Crédito	–
Diversos	–
TOTAL	–

(fonte: Departamento Central de

COOPERATIVAS EM

	prod.	comerc.
Primário	548	187
Secundário	500	–
Terciário	414	37
TOTAL	1462	224

do dosenvolvimento nacional. Isto não tem acontecido e podemos salientar o caso da legislação saída através da Secretaria de Estado da População e Emprego. Legislação desgarrada sobre apoio ténico às cooperativas. Ou seja, quanto à estrutura de apoio, temos o INSCOOP, criado há dois anos e que nós pensávamos que tinha como objectivo o fomento, apoio e coordenação de toda a administração pública que estivesse ligada ao movimento cooperativo. Mas, o INSCOOP ainda não cumpriu o seu papel. O INSCOOP é um organismo dependente do Primeiro-Ministro que, pelos vistos, não

Manuel Azevedo, CHE's

emana as directivas necessárias provocando a marginalização deste instituto. O INSCOOP, na lei que o criou, aponta para a criação de núcleos de apoio em todos os ministérios de tutela de cooperati-

ES DO 25 DE ABRIL

		419
		177
		60
		140
		87
		883

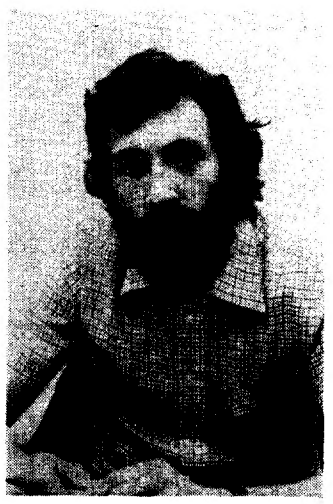
Planeamento)

M FINS DE 1978

habitaç. consumo	div.	total
–	–	753
–	–	500
452	74	977
452	74	2212

vas, mas o facto é que no sector cooperativo de produção industrial, que foi um dos de maior crescimento, o MIT nunca teve nem tem um núcleo de apoio às cooperativas. Isto implica uma correcção de atitudes da Administração Pública.

Podem ter-se alguns apoios desgarrados, mas quando se pretende apoio na formação de quadros, temos o IAPMEI, o INSCOOP, a Secretaria de Estado da População e Emprego, a Direcção-Geral de Educação Permanente. Todos estes departamentos têm de ser coordenados pelos próprios cooperativistas, pois tempos de andar de um lado para o outro, tentando con-



José Carlos Albino, UNIURBA

seguir uma solução para os nossos problemas. Estas acções desgarradas dão para «inglês ver» mas não favorecem objectivos. Por último, um problema importante: houve um grande desenvolvimento em quantidade do sector cooperativo, mas em qualidade temos de considerar o aparecimento de novos problemas, de novas realidades. Não podemos pensar hoje na forma como os teóricos do cooperativismo há 40 ou 50 anos respondiam aos problemas dessa época. A situação é completamente diferente e podemos dizer que a legislação não acompanhou as alterações entretanto ocorridas. No fundamental, a legislação tem mais de 100 anos, isto embora se esteja a elaborar um Código Cooperativo através de uma comissão que funciona há cerca de 6 meses e estando também para a apreciação da Assembleia da República dois projectos de lei. A verdade é que esses projectos de lei estão apresentados há mais de um ano e há mais de seis meses que se diz que subirão ao plenário, o que não acontece. A questão fiscal que era já fundamental antes do 25 de Abril, esse autêntico cerco fiscal combatido então por muitos advogados progressistas, continua por resolver, sem novas insenções e clarificações. Por último, saliente-se que se não efectua uma coordenação entre cooperativas e administração pública. Nós nunca advogámos uma luta contra a administração pública e continuamos abertos à cooperação, avançando propostas concretas, realistas, pragmáticas sem encontrar uma entidade dialogante com peso e influência. A base central seria uma posição clara por parte dos Governos, nomeadamente nos seus programas e planos económicos. Aí se deveriam definir as actuações conjugadas que em coordenação com os organismos cooperativos pudessem gerar projectos de desenvolvimento sectorial e regional enquadrados no esquema geral de desenvolvimento. Não pretendemos estrar contra. Se se entender que é a metalurgia o sector a desenvolver, iremos tentar desenvolver o movimento cooperativo nesse sentido, não desejamos ter uma acção espontânea, sem enquadramento geral. O INSCOOP, que porderia defender esta dinâmica junto da administração central, não tem tido o peso de o fazer.

A QUESTÃO HABITACIONAL CONTINUA PENDENTE

Luís Cardoso – Em relação à questão do INSCOOP, o problema já foi abordado mas não se desliga da necessidade de definição de uma política de apoio às cooperativas e sem essa definição as coisas não podem funcionar. Mas, essa definição prende-se por sua vez à existência de um governo que dê resposta às necessidades e anseios das cooperativas e os governos constitucionais não o têm feito, sobretudo nos casos dos III e IV Governos. Nestes dois casos, tem-se verificado um total alheamento e até um boicote do movimento cooperativo. Isto tem a ver com o que se seguiu ao 25 de Abril, as nacionalizações, a organização dos trabalhadores da terra na Reforma Agrária.

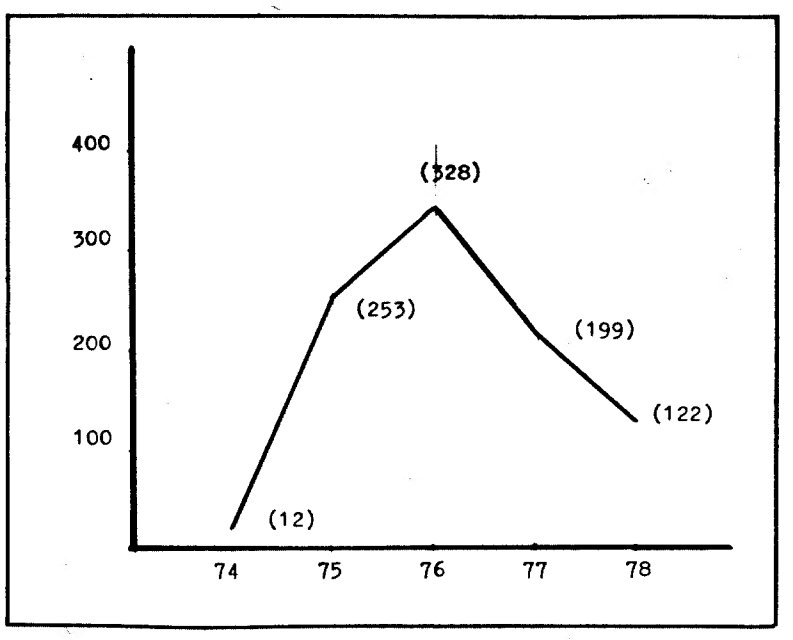
Verifica-se, presentemente um autêntico boicote que não é apenas alheamento. Por isso, tanto o problema do INSCOOP como o dos núcleos de apoio às cooperativas nos respectivos ministérios de tutela, não pode ser desligado da questão de fundo: a política de apoio por parte do Governo.

Uma outra questão diz respeito à política de financiamento que tome em linha de conta as características e realidades do movimento cooperativo, a sua falta de capitais próprios.

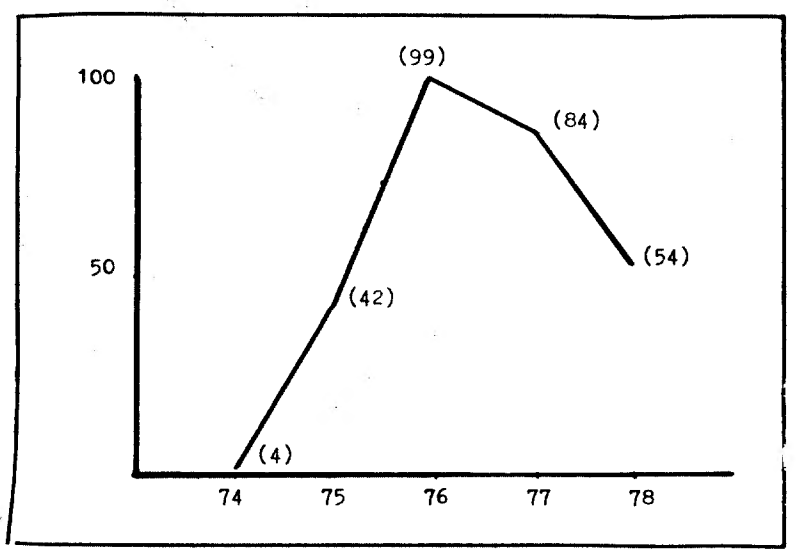
Temos uma banca nacionalizada que tem um funcionamento, que necessita de uma reestruturação, pois responde negativamente aos desejos das cooperativas. Deveria criar-se na banca um sector especializado na concessão de crédito às cooperativas e que considerasse a sua especificidade. Julgo que deve ser no seio da própria banca nacionalizada que esta questão deve ser resolvida.

«DL» – E no sector da habitação, quais são os principais problemas que se enfrentam e quais as formas de os ultrapassar?

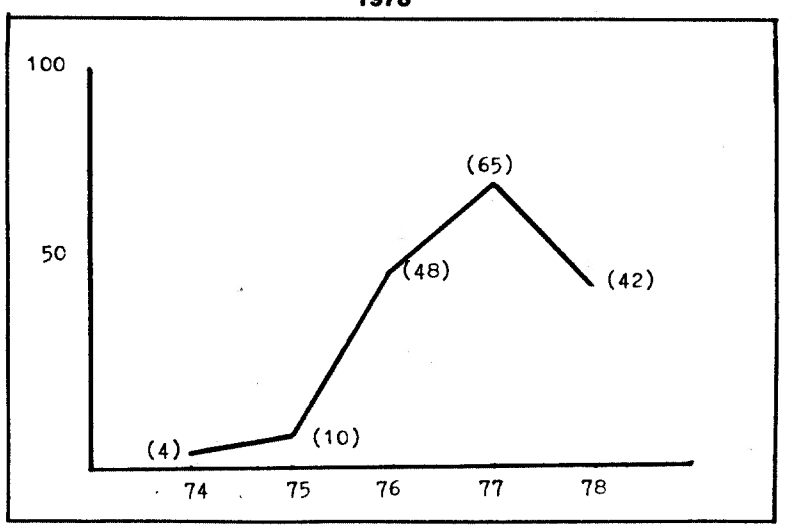
Álvaro Alexandre – O problema da habitação é, todos os sabem, uma vergnonha nacional, que carece de resolução. Há questões de fundo a ponderar, pois será este um dos mais complexos problemas sociais a resolver. Não há possibilidade de definir uma política de habitação sem entrar de vez no aspecto dos financiamentos. Quando se diz que existem 500 mil contos, o que é uma verba importante, deve também dizer-se que 500 mil contos chegam para construir 500 casas, enquanto nos faltam um milhão e duzentas mil para construir, reparar ou reconverter. O problema não se resolve com 20 casas aqui, 40 ali. Quando estamos anos e anos à pespera que os organismos administrativos resolvam aspectos de natureza financeira, também não estamos a resolver nada, antes estamos a aprofundar os problemas das cooperativas antigas que resultam da sua necessidade de viver. Para que vivam tem de construir. Para que construam, têm de ter condições não só para si próprias, mas também para os seus sócios



Constituição de Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços, 1974/78



Constituição de Cooperativas de Consumo e bens entre 1974 e 1978



Constituição de Cooperativas de Habitação Económica entre 1974 e 1978

A Constituição e as cooperativas

Artigo 84.º

1 – O Estado deve fomentar a criação e a actividade de cooperativas, designadamente de produção, de comercialização e de consumo.

2 – Sem prejuízo do seu enquadramento no Plano, e desde que observados os princípios cooperativos, não haverá restrições à constituição de cooperativas, as quais podem livremente agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações.

3 – A constituição e o funcionamento das cooperativas não dependem de qualquer autorização.

4 – A lei definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico.

O Artigo 84.º não é o único que na Constituição se refere às cooperativas. Também os Artigos 61, 89 e 90 fazem referências ao sector cooperativo.

MESA REDONDA

O MOVIMENTO COOPERATIVO NÃO PODE SER UMA ILHA

que mias tarde não conseguem amortizar as suas dívidas, face às condições que lhes foram criadas. Como os financiamentos tem sido dados com prazos de dois ou três anos, nalguns casos mais, e os sócios só os podem amortizar ao fim de 20-25 anos, este tipo de financiamento torna impossível a construção. Precisamos então de financiamentos com prazos e juros adequados às condições em que os créditos hipotecários se possam adaptar às possibilidades dos sócios. Mas é igualmente indispensável aplicar uma justiça social, mesmo nos aspectos financeiros. Se uma pessoa ganha 3 ou 4 contos por mês e tem de pagar uma taxa de esforço de 10% e a sua renda de casa é de 2 ou 3 contos, é evidente que essa pessoa não pode pagar 200 ou 300 escudos que são a percentagem correspondente. O problema é outro: temos de ir para os fundos perdidos. Para mim é claro. A taxa de esforço tem de ser encontrada em novos conceitos.

E, se o OGE dispõe de milhões de contos para coisas dicutíveis, então terá de ter também alguns milhões de contos para coisas indiscutíveis. Não penso que se possa solucionar o problema de carência habiticional de um momento para o outro, nem penso em dar a todos uma habitação luxuosa, mas apenas uma casa razoavelmente confortável onde o cidadão se sinta ao abrigo das intempéries. Por isso advogo os fundos perdidos e que a renda de casa seja estabelecida de harmonia com a capacidade de esforço. Como é que se encontra essa capacidade de esforço? Com o auxílio de sociólogos e com os tais milhões do OGE com os quais se estabeleceria um plano de necessidades a satisfazer.

Na questão da justiça social quero salientar o problema da concessão indiscriminada de crédito às cooperativas. Se elas têm geralmente uma população carenciada, há outras que com a mesma designação de cooperativas agrupam uma população com muito menos necessidades. O auxílio tem de ser ponderado individualmente. Qualquer que seja a cooperativa, existe a necessidade de auxílio, mas de forma diversa. Se nuns casos se deve ir totalmente para os fundos perdidos, noutros apenas se deve fazê-lo parcialmente e noutros ainda há que dilatar os prazos de amortização de acordo com as respectivas capacidades económicas.

Temos necessidade de construir muito, talvez 200 mil contos por ano para podermos manter os meios económicos que possam sustentar a equipa de trabalhadores que têm visto em perigo os seus postos de trabalho. Por isso é fundamental não retirar direitos ao cooperativista. Este aspecto tem de ser apreciado com precaução na legislação a sair. Se não se deve qualquer auxílio como é que se vê depois dizer que o cooperativista não tem este ou aquele direito? Foi o que sucedeu às cooperativas antigas.

Manuel Azevedo – No aspecto relativo às CHE's, a questão dos terrenos é importante, já que sem terrenos não há casas. Tem-se verificado que há certas zonas e certas autarquias que têm posto grandes dificuldades para terrenos a ceder às cooperativas. O caso mais flagrante é aqui na grande Lisboa onde existem 86 cooperativas e só fora do concelho é que se está a construir. Por outro lado, o agravamento das condições de financiamento e recordo o caso do Decreto-Lei 268/78, prejudica a construção. O custo de vida aumenta, e os juros pioram.

Neste momento estão construídos 281 fogos, estando em construção 3772 e adjudicados 3 mil novos fogos, sendo de 7 mil contos a quantia prevista para o financiamento de 1979. E, das duas uma: ou se gasta todo o dinheiro este ano, arriscando que para o ano tenham de parar muitos projectos, ou gasta-se menos neste ano assegurando a continuação dos empreendimentos no ano que vem. São necessárias 2000 lojas de abastecimento.

«DL» – No sector do consumo temos de considerar os vícios dos mecanismos de mercado a que se sujeitam as cooperativas deste sector, o consumo. Estas cooperativas inserem-se na última fase de um circuito em que os intermediários imperam...

Albino Ramos – Parece-me que as cooperativas de consumo não fogem aos aspectos globais que já foram enunciados. Em primeiro lugar, refira-se que ainda há pouco o secretário-geral das Nações Unidas afirmou que uma das formas de desenvolvimento a considerar nos países em desenvolvimento pertence às cooperativas. Isso é reconhecido e a nossa Constituição consagra aspectos positivos, embora seja verdade que tudo passa pela vontade política que se gera no seio do Governo. Um dos aspectos fundamentias é a estruturação a todos os níveis, desde a planificação, distribuição, armazenagem, escoamento, circuitos de distribuição e conservação, enfim todos os elos da cadeia até ao consumo. O apoio fiscal, técnico, financeiro e de formação de quadros, é o outro aspecto a considerar. A formação que está a ser feita no âmbito do Instituto Cooperativo António Sérgio, INSCOOP e pelos núcleos de apoio no caso do consumo e de forma isolada pelas estruturas da FENACOOP, deve ser articulada a partir de um diagnóstico do sector e com e de acordo com os representantes do sector do consumo, para que das cerca de 450 cooperativas que existem, abrangendo cerca de 350 mil famílias, influenciando cerca de um milhão de pessoas, de consumidores, se passe para cerca de 2 mil lojas de abastecimento, distribuídas por todo o País. No interior do País falta o estímulo, a informação, o apoio às populações para a formaçao de cooperativas. Relativamente ao consumo é também necessário incentivar a defesa do consumidor, pois, nós pensamos que as cooperativas de consumo são verdadeiras associações de defesa do consumidor. Isto, porque os seus preços são melhores e porque a qualidade dos produtos pode igualmente ser melhor e distribuída de forma racional. Há uma educação do consumidor que está por fazer. A publicidade, por vezes perniciosa, influencia os consumos. Daí, que a intercooperação com o movimento sindical e popular se faça no sentido de estimular uma educação, uma orientação dos consumos na defesa dos interesses das maiorias e não dos interesses das minorias que anunciam os seus produtos na mira do lucro máximo.

Luís Cardoso – Em relação às COOPIS, Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços, gostaria de focar dois aspectos. Um deles, que não se confina às COOPIS e diz respeito a uma maior justiça social, como foi afirmado pelo representante da UCH e que visa limitar as rendas de casa às capacidades económicas das famílias. Isto levanta muitas questões: como o vamos fazer? Com que meios, com que capacidades, a quem vamos pedir ajuda? Sem me querer repetir, parece-me que isto tem a ver com a questão do Governo. Um problema desta natureza, que deve ser solucionado de acordo com as camadas trabalhadoras do País, passa pela existência de um Governo que pretenda resolver os problemas dos trabalhadores e da habitação.

A outra questão diz respeito aos ramos cooperativos que são fomentados pelos governos, no intuito de aumentar os próprios benefícios dos executivos. Sabemos que em determinadas alturas de agitação social, em que os problemas da população se agravam e as carências se sublinham, os governos, no sentido de acalmar a pressão social, facilitam a formação de cooperativas. O movimento cooperativo serve assim, em contextos particiculares, para acalmar o clima social. Não estou a pensar particularmente em Portugal, mas em todos os países onde isto se tem passado.

Passando para o campo das COOPIS, Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços, seu desenvolvimento e perspectivas, quero começar por dizer e salientar os aspectos positivos do seu desenvolvimento. Estas cooperativas, praticamente inexistentes antes do 25 de Abril, só existiam 12, são hoje cerca de 700, envolvendo cerca de 300 mil operários, segundo dados não totalmente confirmados. Portanto, a sua evolução inicia-se depois do 25 de Abril com o corte abrupto que se verifica nas estruturas da nossa economia. No ramo dos têxteis, metalomecânica e gráficos o capitalismo, as entidades patronais, não estavam à altura para se adaptarem às transformações democráticas. A fuga de patrões e as operações de descapitalização das empresas gera situações de grande dificuldade. São os trabalhadores que se lançam na recuperação das empresas, de todo o aparelho produtivo, nalguns casos apenas com o seu próprio esforço e sacrifício. Este movimento é simultâneo com o ascenso do movimento popular, nomeadamente através da organização sindical. É o próprio movimento sindical que apoia a formação das cooperativas de produção industrial e de serviços. Se não existisse uma organização sindical dinâmica junto dos órgãos oficiais, não haveria neste país uma única cooperativa de transportes. Aqui se vê a importância da intercooperação do movimento cooperativo e sindical, da sua interligação. Mas, a partir de certa altura começamos a verificar que o número das cooperativas decresce e que os seus apoios escasseiam. Esta falta de apoio está relacionada com o interesse dos governos face às cooperativas de produção industrial, que são diferentes das cooperativas dos outros ramos. Surge, entretanto, o I Encontro Nacional das Cooperativas Operárias Industriais e Serviços e Empresas em Autogestão, como uma tentativa para dar resposta a todos os entraves que os diversos governos lhes colocam. Estas cooperativas vivem numa situação ambígua, são cooperativas de mão-de-obra, formadas a partir de empresas em autogestão, em que a regularização dos seus patrimónios ainda se não realizou. O encontro permitiu fazer o ponto da situação e tentar organizar o sector. O encontro não se destinou a marcar novos objectivos de expansão, mas a consolidar a organização e passar em revista os problemas existentes, tentando encontrar formas de os resolver. Há que equacionar as alterações qualitativas das suas relações de produção. Mas, 1979 pode ser considerado como um ano de consolidação da organização cooperativa. Foi o primeiro encontro das COOPIS e empresas em autogestão, foi o II Congresso da FENACOOP e o I Encontro das Cooperativas de Habitação Económica. Pensamos que os problemas têm solução, embora nesta conversa não se tivesse passado de uma abordagem meramente informativa dos problemas.

O Dia Mundial da Cooperação em Lisboa

As estruturas cooperativas que participaram nesta Mesa-Redonda integraram igualmente a Comissão Organizadora de Lisboa do Dia Mundial de Cooperação. Na sessão que promoveram no passado sábado na Faculdade de Letras, juntamente com os cooperativistas presentes, aprovaram o seguinte texto:

«O papel fundamental que a ideia da Cooperação tem tido na História da Humanidade, como forma de resolução dos graves problemas económico-sociais, que nos últimos cem anos, está, de certa forma, consubstanciada no Movimento Cooperativo Internacional, através da ACI, que o Movimento Cooperativo Português depois do 25 de Abril assumiu nova vitalidade, em conjugação com o Movimento Popular em ascenso, que se traduziu numa rápida e estrondosa expansão, quantitativa e qualitativa, das cooperativas nos mais variados ramos.

«Esta realidade veio a ser reconhecida pela Assembleia Constituinte, resultando daí o enquadramento Constitucional das cooperativas através do reconhecimento da existência do sector cooperativo, enquadrado na propriedade social que o Estado deverá apoiar no sentido de tender a ser predominante.

«As cooperativas, a nível pontual ou através das suas estruturas representativas, têm vindo frequentemente a apresentar as propostas, planos e reivindicações ao Estado, que foram, genericamente resumidas nas conclusões do DMC/78 saídas da sessão oficial do INSCOOP e formuladas pelo Movimento Cooperativo, que vieram a ser reforçadas e desenvolvidas nos congressos e encontros nacionais dos diversos ramos cooperativos.

«Hoje, DMC/79, as cooperativas são obrigadas a concluir que a esperança depositada no final das conclusões do DMC/78 – 'finalmente as cooperativas esperam que este DMC/78 constitua um ponto de partida para uma actuação clara e objectiva da parte do Estado, que há muito se faz esperar e sem a qual o Movimento Cooperativo não conseguirá atingir cabalmente os objectivos socio-económicos que estão ao seu alcance' – não tem tido correspondência nem aceitação por parte do Estado, consubstanciado nos Governos, como é exemplo o 'esquecimento' do sector cooperativo no plano de 1979;

«As cooperativas e suas estruturas, sentem ser hoje, mais do que nunca, o momento de clarificar o que tem sido e deverá ser o papel do Estado face às cooperativas, pois daí depende em muito, o seu desenvolvimento;

«As cooperativas podem contribuir para o alargamento da democratização das relações de trabalho, para uma maior justiça social e para uma luta objectiva contra a exploração e a especulação, integradas na luta mais geral do Povo português e das suas organizações.

«E, assim, **concluem** que se devem reforçar os laços de INTERCOOPERAÇÃO entre os diversos ramos cooperativos através de ligações estreitas entre as várias estruturas organizativas e de que esta jornada do DMC/79 é um exemplo, bem como, com outras forças e organizações representativas dos interesses das populações.

Suplemento coordenado por José Manuel Nunes, fotos de José Tavares.

No suplemento Mesa-Redonda sobre a Provedoria de Justiça foram publicadas algumas incorrecções de que pedimos desculpa. Os cidadãos que recorreram aos serviços da Provedoria de Justiça nos últimos três anos foram 6289 e não 2690 como se escreveu. O Estatuto do Provedor de Justiça está contido na Lei 81/77 e não na 18/77. Noutro passo, refere-se a greve académica de Abril a Outubro de 1928 como se tivesse sido em 1927. Um pouco à frente deve ler-se: «Em Maio de 1928... Duarte Pacheco, mas a Faculdade de Direito, só foi estabelecida por decreto de Outubro». Igualmente se refere na mesma coluna «mais tarde na Acção Socialista» quando devia ser «mais tarde na União Socialista» e duas linhas à frente deve substituir-se «Acção» por «União». Ainda na segunda página refere-se o «Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida» como «Associação Escolar». Na página central refere-se que o provedor da Justiça pode apresentar queixa no Ministério Público ou formar um processo crime. Este ou devia ter sido substituído por «**para** formar um processo crime».

As nossas desculpas pelos lapsos publicados.